UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE TECNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO

EUFRÁSIO VIEIRA DOS ANJOS JÚNIOR

ANÁLISE DAS COOPERATIVAS DA PARAÍBA COM FOCO NA RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA

João Pessoa – PB
Fevereiro/2015

EUFRÁSIO VIEIRA DOS ANJOS JÚNIOR

ANÁLISE DAS COOPERATIVAS DE SAÚDE DA PARAÍBA COM FOCO NA RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Engenharia de Produção, da Universidade Federal da Paraíba como requisito para obtenção do título de Mestre em Engenharia de Produção.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Moreira da Silva
Área de Concentração: Gestão de Produção
Subárea: Tecnologia, Trabalho e Organização

João Pessoa – PB
Fevereiro/2015

EUFRÁSIO VIEIRA DOS ANJOS JÚNIOR

ANÁLISE DAS COOPERATIVAS DE SAÚDE DA PARAÍBA COM FOCO NA RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA

Dissertação apresentação em ___ de _____ de 2015 ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para obtenção do título de Mestre em Engenharia de Produção.

BANCA EXAMINADORA

_____

Prof. Ricardo Moreira da Silva
Orientador

_____

Prof(a). Maria Bernadete Fernandes Vieira de Melo
Examinador(a) Interno(a)

_____

Prof(a). Carla Regina Pasa Gomes
Examinador(a) Externo(a)

Em plenitude a DEUS, aos meus pais
Lúcia e Eufrásio e a minha irmã Maria Carolina.

Dedico!

AGRADECIMENTO

Deus não colocaria um sonho à toa em meu coração seu eu não fosse capaz de cumprir. Tudo o que vier agora é consequência da prova que Ele cuida de mim a cada instante. Tenho muito que agradecer a DEUS por essa conquista e por me mostrar, também, que sou capaz de chegar aonde meu coração desejar.

Agradeço a minha Mãezinha, intercessora, por cuidar de mim em todos os momentos de aflição, fraqueza, felicidade e por sempre me dá sinal que está cuidando de mim.

O meu título de Mestre é resultado de uma vida de dedicação, cuidado e zelo. Por isso, não vejo problema algum se colocarem no lugar do meu nome os nomes de Zinca do Caminhão e o de Tia Lúcia. Uma vida toda de agradecimento ainda é pouco por terem sonhado o meu sonho. Tenho muito orgulho dos pais que tenho e todas as vitórias que tive e terei serão dedicadas a eles.

Agradeço a companhia do meu maior presente que DEUS me deu, a minha irmã. Meus esforços também são para sonhar os seus sonhos.

A maior prova de que ninguém chega a algum lugar sozinho, sempre teremos anjos a nos ajudar. Agradeço imensamente a Leninha e família e a Patrícia e Geysa, anjos que sem medida estenderam a mão a me ajudar.

Agradeço a todos os componentes do PPGEP pela confiança depositada, em especial ao meu orientador Prof Ricardo Moreira e a secretária Ana Araújo por todo o apoio e instrução dada nessa etapa tão importante.

Agradeço a todos os meus amigos, em especial a minha irmã Thayza, por me acompanhar em oração a cada momento decisivo para a conclusão desse curso, e por todo o carinho e atenção a mim dedicado.

Agradeço a toda minha família, primos, tias e tios, por toda a torcida e incentivo.

Agradeço a todos os companheiros de turma: Taise, Luana, Lívia, Priscila, Crisoleide, Ana Nery, Tati Lima, Tati Regis, Adriana, Denilson, Josy, Shirley, Nayanne e em especial a Patrícia Meira por ser uma das maiores lições de vida que o Mestrado me ensinou.

Agradeço ao Professor César que foi um grande mestre e incentivador para minha realização;

Agradeço aos EJC de Neves e o de Solânea, por serem os instrumentos de DEUS em minha vida;

Agradeço a todos que direta ou indiretamente me ajudaram nessa etapa.

A todos minha eterna gratidão!

“Vou perseguir, tudo aquilo que DEUS já escolheu para mim”

ANJOS JÚNIOR, Eufrásio Vieira dos**. Análise das cooperativas de saúde da Paraíba com foco na responsabilidade social corporativa**. João Pessoa, 2015. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção) – Departamento de Engenharia de Produção. UFPB, 2015.

RESUMO

Permanece em crescente debate e estudo as questões de responsabilidade social no âmbito das organizações, que buscam cada vez mais aprimorar suas práticas. Diante de um cenário com novas características e visões de produção e consumo, com clientes mais exigentes e conscientes, tem-se as cooperativas, com uma estrutura organizacional diferenciada e com princípios da cooperação. O Instituto Argentino de Responsabilidade Social Empresarial (IARSE) foi criado com a missão de promover e difundir o conceito e as práticas de Responsabilidade social corporativa e assim, promover o desenvolvimento sustentável na Argentina. Esse instituto desenvolveu o Indicador de Responsabilidade Social para Cooperativas (IRSC), como forma de incluir as organizações de autogestão nos parâmetros socialmente responsável. Buscando uma análise da relação da aplicação dos princípios cooperativistas com os princípios da responsabilidade social corporativa, surge à arguição problema: As cooperativas paraibanas de saúde possuem gerenciamento com foco na responsabilidade social corporativa, ou seja, elas possuem aplicados valores econômicos, sociais e ambientais? O presente estudo busca identificar a existência da Responsabilidade Social Corporativa na gestão das cooperativas de saúde da Paraíba. A pesquisa caracterizou-se como sendo exploratória baseado no método de pesquisa descritiva, bibliográfica e pesquisa de campo. Em se tratando da natureza dos dados, optou-se pela abordagem quali-quantitativa. O ambiente da pesquisa foram as cooperativas do ramo de saúde no Estado da Paraíba, que estivessem cadastradas na SESCOOP-PB. Para a análise comparativa dos dados utilizou-se o teste estatístico não paramétrico de Mann-Whitney (Teste U), em que foi adotado o nível de significância de 5% (α=0,05) cujo processamento dos dados se deu com o auxílio do pacote estatístico Statistical Package for the Social Sciences – SPSS. A partir da aplicação do Teste U pode-se concluir que Valores, Transparência e Governança Cooperativa aproximam as cooperativas do status de Cooperativas Socialmente Responsáveis. Em compensação as dimensões: Público Interno, Meio Ambiente, Fornecedores, Usuários e Cooperados, Comunidade, Governo e Sociedade não possuem práticas com características que possibilitem a aproximação das cooperativas do status de Socialmente Responsáveis.

Palavras – Chave: RSC. Cooperativas de Saúde. IRSC.

ANJOS JÚNIOR, Eufrásio Vieira dos**. Analysis of the health cooperatives from Paraíba with focus in the corporative social responsability**. João Pessoa, 2015. Dissertation (Posgratuate Program in Production Engineering) – Production Departament of Production Engineering. UFPB, 2015.

ABSTRACT

Remains growing debate and study the issues of social responsibility within organizations that seek increasingly improve its practices. Against of the scenery with new features and visions of production and consumption, with more demanding and conscious clients, has been cooperative with a different organizational structure and principles of cooperation. The Argentine Institute of Corporate Social Responsibility (IARSE) was created with the mission to promote and disseminate the concept and corporate social responsibility practices and thus promote sustainable development in Argentina. This institute developed the Social Responsibility indicator for Cooperatives (IRSC), in order to include self-management organizations in socially responsible parameters. Seeking an application of ratio analysis of cooperative principles with the principles of corporate social responsibility, the complaint arise the question problem: Health cooperatives from Paraíba have management with a focus on corporate social responsibility, in the other words, they have applied economic, social and environmental values? This paper seeks to identify the existence of Corporate Social Responsibility in the management of health cooperatives from Paraíba. The research was characterized as exploratory based on the method of descriptive research, literature and field research. In terms of the nature of the data, was opted for the qualitative and quantitative approach. The environment of the research were the health branch of the cooperatives in the State of Paraiba, which were registered in SESCOOP -PB. For the comparative analysis of the data was used the statistical test nonparametric Mann -Whitney test (U test), it was adopted the significance level of 5 % ($\alpha = 0.05$) whose data processing happened with the aid of Statistical Package for Social Sciences - SPSS. From the application of U test can be concluded that Values, Transparency and Governance Cooperative approach cooperatives of Cooperatives Socially Responsible status. In contrast dimensions: Workforce, Environment, Suppliers, Users and Cooperative, Community, Government and Society do not have practices with features that enable the approximation of Socially Responsible status of cooperatives.

Keywords: CSR. Health Cooperatives. IRSC

Listas de Siglas

ACI	Aliança Cooperativa Internacional
BDTD	Banco de Teses e Dissertações
CC	Cidadania Corporativa
CSP	Corporate Social Performance
DSC	Desempenho Social Corporativo
DJSI	Índice Dow Jones de Sustentabilidade
GRI	Global Reporting Initiative
RS	Responsabilidade Social
IARSE	Instituto Argentino de Responsabilidade Social Empresarial
IBASE	Instituto Brasileiro de Análise Social e Econômico
IRSC	Indicador de Responsabilidade Social das Cooperativas
RSC	Responsabilidade Social Corporativa
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
RSE	Responsabilidade Social Empresarial
SP	São Paulo
SPSS	Statistical Package for the Social Sciences
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNIMED	União dos Médicos
USP	Universidade de São Paulo
OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras
OEDC	Organização de Cooperação para o Desenvolvimento Econômico
ONG	Organização Não Governamental
PB	Paraíba
PNE	Portador de Necessidades Especiais
PNRS	Plano Nacional de resíduos Sólidos
SESCOOP	Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo

Lista de Figuras

Figura 1: Conceito de Cooperativas pelo SEBRAE 22
Figura 2: Modelo Tridimensional de Performance Social Corporativo 39
Figura 3: Pirâmide das Responsabilidades Corporativas 41
Figura 4: Modelo Bidimensional da RSC..... 43
Figura 5: Etapas do Desenvolvimento da Pesquisa 53
Figura 6: Valores, Transparência e Governança Cooperativa 58
Figura 7: Público Interno 61
Figura 8: Meio Ambiente 63
Figura 9: Fornecedores 66
Figura 10: Usuários e Cooperados 68
Figura 11: Comunidade 70
Figura 12: Governo e Sociedade 72
Figura 13: RS – Comparação Completa 73

Lista de Gráficos

Gráfico 1: Evolução das Cooperativas do Sistema OCB 25
Gráfico2: Valores, Transparência e Governança Cooperativa 59
Gráfico3: Público Interno 61
Gráfico4: Meio Ambiente 64
Gráfico5: Fornecedores 66
Gráfico6: Usuários e Cooperados 68
Gráfico7: Comunidade 70
Gráfico8: Governo e Sociedade 72
Gráfico9: RS – Comparação Completa 74

Lista de Quadros

Quadro 1: Conceitos de Cooperativismo 22
Quadro 2: Ramos do Cooperativismo 26
Quadro 3: Comparação entre os Princípios do Cooperativismo e Valores Culturais 30
Quadro 4: Principais Teorias da RSC 39
Quadro 5: Princípios, Dimensões e Vantagens da RSC nas Cooperativas 46
Quadro 6:Dimensoes e Indicadores da RSC..... 48
Quadro 7: Responsabilidade da Lei 12305 sobre PNRS 65

Lista de Tabelas

Tabela 1: Ramos do Cooperativismo na Paraíba..... 17
Tabela 2: Determinantes do Tamanho da Amostra 52

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO **11**
1.1 Exposição do Tema e do Problema de Pesquisa **11**
1.2 Justificativa..... **15**
1.3 Objetivos **18**
1.3.1 Objetivo Geral 18
1.3.2 Objetivo Específico..... 18
1.4 Estrutura Planejada para Dissertação..... **18**
2 REFERENCIAL TEORICO **20**
2.1 Histórico das Cooperativas..... **20**
2.2 Cooperativismo no Brasil..... **23**
2.3 Gestão das Cooperativas..... **26**
2.4 Responsabilidade Social Corporativa: Conceitos e Definições **28**
2.5 Principais Teorias da Responsabilidade Social Corporativa..... **31**
2.5.1Teoria dos *Stakeholders* 31
2.5.2 Teoria da Cidadania Corporativa 33
2.5.3 Teoria do Valor ao Acionista 34
2.5.4 Teoria do Desempenho Social Corporativo 35
2.6 Modelos de Responsabilidade Social Corporativa **37**
2.6.1 Modelo Tridimensional de Carroll 38
2.6.2 Modelo de Quazi e O'Brien 42
2.7 Indicadores De Responsabilidade Social Corporativo para Cooperativas **44**
3 PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS **49**
3.1 Natureza e Caracterização da Pesquisa **49**
3.2 Amostra e Sujeito da Pesquisa **50**
3.3 Coleta de Dados **52**
3.4 Instrumento de Coleta **53**
3.5 Ambienta da Pesquisa **54**
3.6 Tratamento e Análise dos Dados **54**
3.7 Análise Agrupada de Dados por Dimensão **55**
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS **57**
4.1 Dimensão Valores, Transparência e Governança Cooperativa **57**
4.2 Dimensão Público Interno **60**
4.3 Dimensão Meio Ambiente **62**
4.4 Dimensão Fornecedores **64**
4.5 Dimensão Usuários e Cooperados **67**
4.6 Dimensão Comunidade **69**
4.7 Dimensão Governo e Sociedade **71**
4.8 Sumarização das Dimensões **72**
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS **75**
5.1 Conclusão **75**
5.2 Discussão dos Objetivos **79**
5.3 Recomendações e Sugestões **80**
REFERÊNCIAS **81**

INTRODUÇÃO

1.1 Exposição do tema e do problema de pesquisa

Grandes problemas ambientais, altos índices de produção e o consumo desmedido têm gerado muita discussão com uso dos recursos naturais sem haver um planejamento para sua reposição. Consumidores, agências governamentais, empresas têm se dedicado as questões da Responsabilidade Social Corporativa (RSC). Segundo Heslin e Ochoa (2008), como consequência da eminente crise social e ambiental, as organizações têm buscado maior envolvimento com as questões da sustentabilidade.

Um marco histórico que teve grande contribuição na disseminação do conceito do desenvolvimento sustentável foi o relatório Nosso Futuro Comum, publicado em 1987 pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (BRUNDTLAND, 1987). Foi a partir desse relatório que se disseminou o conceito de desenvolvimento sustentável como meio de atender as necessidades da geração atual sem comprometer o atendimento das necessidades das gerações futuras.

Por volta de 1992, com a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e desenvolvimento que a sociedade e as organizações compreenderam esse conceito, buscando implementar uma nova visão sustentável (ZAMCOPÉ, 2012).

Em se tratando da Responsabilidade Social Corporativa (RSC), o fato importante que influenciou no envolvimento das organizações foi o Pacto Global da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Esse pacto solicitava que as empresas buscassem aplicar, divulgar e dar suporte aos princípios que o englobam, aspectos como os direitos humanos, questões trabalhista, meio ambiente e contra a corrupção (HESLIN E OCHOA, 2008; UNGC, 2014).

Em seu estudo, Alves et al. (2003) acrescentam que o conceito de RSC aplicado pelas empresas direciona-se como uma resposta às práticas desenvolvidas do cotidiano, visto que possuem um papel importante para a economia, mas em contrapartida podem resultar em aspectos negativos, como por exemplo, desvio de conduta moral, poluição, problemas na saúde humana e animal, entre outros.

O conceito de RSC não pode ser minimizado apenas como uma dimensão social das organizações, mas como uma intercorrelação entre as várias dimensões ambientais, econômicas e sociais (COSTA, 2007).

Como permanecem crescente os debates e estudos sobre a responsabilidade social, as empresas têm buscado cada vez mais aprimorar suas práticas diante desse conceito. Assim, Bell e Morse (2008) afirmam que, com essa preocupação as empresas estão inserindo os pressupostos da responsabilidade social nos seus processos estratégicos, dando origem à responsabilidade social corporativa.

Diante de um cenário com novas características e visões de produção e consumo, com clientes mais exigentes e conscientes, tem-se as cooperativas, com uma estrutura organizacional diferenciada e com princípios da cooperação. Mas mesmo assim, buscando atender as nuanças do mercado, como também se enquadrando dentro dessa nova filosofia de gestão. Em se tratando dos estudos sobre a gestão das organizações cooperativistas, percebem-se características particulares no tocante a sua instalação, gestão e procedimentos de encerramento.

Incluso nesse cenário e com sua forma gerencial peculiar, as cooperativas desenvolvem-se movidas pelo desejo de empreender dos seus cooperados ou pela busca da independência financeira e profissional, como também pelas facilidades e incentivos para a formação das cooperativas.

Com o passar do tempo, as cooperativas vêm tomando destaque no mercado com um desenvolvimento socioeconômico. Como mostra os dados da OCB (2013) em que no ano de 2011 havia 6586 cooperativas no Brasil registradas, com mais de 10000 cooperados. Fazendo uma projeção, a OCB espera alcançar o número de 12000 membros associados no ano de 2016. Com esse crescimento faz-se necessário que as cooperativas também tomem suas decisões com princípios da RSC, visto que estão causando considerável impacto na economia nacional.

Muito se tem debatido acerca dos problemas corporativos e suas consequências, como também em relação às responsabilidades e atitudes que se espera das organizações. Ao longo dos tempos percebe-se um “aumento na preocupação do presente sem esquecer-se do futuro, buscando várias conjecturas da sustentabilidade nos processos empresariais” (BELL; MORSE, 2008). Assim, essas preocupações surgem como resultado das pressões causadas pela apreensão global das práticas da sustentabilidade e seus impactos. Com o advento das mudanças tecnológicas, econômicas, sociais, culturais, democráticas e

ecológicas as organizações tiveram que se adaptar, tentando se tornar mais dinâmicas, competitivas e compromissadas com o cliente.

No presente estudo buscou-se maior entendimento sobre a Responsabilidade Social Corporativa que vem recebendo grande atenção e sendo aplicada no âmbito empresarial, com enfoque nas cooperativistas de saúde do Estado da Paraíba-PB.

Nascimento et al. (2008) afirmam que a RSC está relacionada ao comprometimento dos gestores com um comportamento ético de suas práticas, buscando, de forma concatenada o desenvolvimento econômico, a qualidade de vida da sociedade e a qualidade ambiental. Dessa forma, percebe-se que a responsabilidade social corporativa, está interligada com as organizações de autogestão que consiste em uma ferramenta que busca maior transparência entre a organização e a comunidade (AGUIAR, 2013). Assim, tem-se a importância da aplicação da RSC nas cooperativas de saúde, visto que, além da preocupação com a comunidade que é inerente às cooperativas, o ramo em foco atua com a busca do bem estar, como também assegurar assistência médica, curativa e preventiva aos cooperados e usuários.

Segundo Davis (1973) e Carroll (1999), o conceito de RSC não se trata de algo tão simples, contudo pode ser compreendido pelas organizações como os aspectos que ultrapassam os interesses econômicos, técnicos e legais da organização. Ou seja, que o executivo tem responsabilidades que vão além do seu negócio.

As adaptações das práticas da RSC necessárias para atuação no mercado resultam em procedimentos que as organizações buscam como forma de se manter ativas, seja por intervenção do Estado, por meio das fiscalizações, ou pelo simples fato da conscientização ambiental.

A sociedade e as empresas vêm absorvendo a nova abordagem da RSC, apresentando novas práticas e estratégias de forma mais rápida como também em caráter preventivo.

O Instituto Argentino de Responsabilidade Social Empresarial (IARSE) foi criado no ano de 2002 com a intenção de difusão dos conceitos e práticas da RSC na Argentina, atuando através de redes de informações, trocas de experiências e cooperação mútua. Esse instituto desenvolveu o Indicador de Responsabilidade Social para Cooperativas (IRSC), como forma de incluir as organizações de autogestão nos parâmetros socialmente responsável.

O IRSC tem como foco as cooperativas, abordando várias dimensões, entre elas: Valores, transparência e Governança; Público interno; meio ambiente; fornecedores; usuários/associados; comunidade; e por fim governo/sociedade. Tem como objetivo buscar mensurar a Responsabilidade Social das cooperativas considerando todos os grupos de interesses (IARSE, 2014).

Por essência, as cooperativas buscam o econômico de forma solidária, e incorporando o ambiental como prática de gestão, buscam, ainda, a aplicação de ferramentas e técnicas gerenciais que estejam de acordo com os princípios cooperativistas, como também com o mercado a qual esteja inserida (SANTOS, 2013). Assim, o modelo de gestão cooperativo deve estar concatenado com as reais necessidades da organização e também de acordo com sua realidade e contexto.

Inclusas no cenário mercadológico, as cooperativas (que por valores corporativos já incluem o aspecto social em sua criação) sentiram a necessidade de implementação de práticas éticas refletidas pela pressão existente no mercado, seja como estratégia de sobrevivência ou por conscientização.

Compreende-se por cooperativa qualquer associação de pessoas que possuem o objetivo de melhoria econômica e social dos membros por meio de uma empresa baseada na ajuda mútua e que esteja sob os princípios regidos pela Aliança Cooperativa Internacional – ACI (OCB, 2015).

A institucionalização das cooperativas aconteceu na década de 30 com o decreto n.º 22.236, que tinha como objetivo definir e organizar as cooperativas de trabalho (VERAS NETO, 2002). Por vários anos as cooperativas permaneceram sob a tutela do Estado por meio de várias normas estabelecidas, como por exemplo, a obrigação do registro das cooperativas no Ministério da Agricultura. A partir da Constituição de 1988 as cooperativas passaram a ser mais independentes, passando a obrigatoriedade do registro para OCB (Organização das Cooperativas Brasileira).

Ainda no cenário mercadológico, mesmo possuindo uma diferente forma de gerenciamento, percebe-se que se exige das cooperativas um novo perfil mais estrategistas de atuação, como uma forma de prover condições para sua sobrevivência no mercado competitivo.

Buscando uma análise da relação da aplicação dos princípios cooperativistas com os princípios da responsabilidade social corporativa, surge à arguição problema: As cooperativas paraibanas de saúde possuem gerenciamento com foco

na responsabilidade social corporativa, ou seja, elas possuem aplicados valores econômicos, sociais e ambientais?

1.2 Justificativa

Na perspectiva dos rendimentos, as cooperativas têm buscado manter o padrão de competitividade de seus produtos ante os produtos comercializados no mercado capitalista mundial. Assim, submetendo-se a um processo de mudança de comportamento como resposta ao desenvolvimento.

Inseridas no mercado extremamente competitivo, as cooperativas desenvolvem, a cada instante, novas condições de sobrevivência, como também, uma vantagem competitiva. Assim, percebe-se que as cooperativas foram obrigadas a passar por um processo de adaptação as novas nuanças de um mercado caracterizado pela produção em massa, seja nos seus procedimentos, estratégias e/ou estrutura, para poder ter condições de competir de forma igualitária com as empresas com fins lucrativos.

Com base no relatório anual da SESCOOP (2013) o cooperativismo tem recebido grande destaque a nível mundial, em que, segundo a Aliança Cooperativa Internacional as cooperativas estão localizadas em mais de 100 países e gerando mais de 100 milhões de empregos.

O cooperativismo também tem movimentado a economia brasileira, em que tem possibilitado o aumento das negociações com mercados internacionais, como também introduzindo capital. Segundo o portal da OCB (2013) as cooperativas têm injetado cerda de R$ 8 bilhões na economia nacional, advindo de salários e benefícios ao trabalhador. Em se tratando de exportações as cooperativas contabilizaram em média US$ 6 bilhões. Os principais clientes são: os Estados Unidos com 15,1% (US$ 900 mi); a China com 13,2% (US$ 791 mi); Emirados Árabes com 6,5% (US$ 386,2 mi); e a Alemanha com 6,4% (US$ 380,4 mi).

Contata-se o desenvolvimento das cooperativas no Estado da Paraíba desde a década de 1970, com as cooperativas de beneficiamento do algodão, como também as cooperativas ligadas ao setor primário, principalmente as direcionados à pecuária bovina leiteira (NOVAES, 1981). A Tabela 1 apresenta os ramos do cooperativismo que predominam na Paraíba, destes ramos percebe-se que as

cooperativas Agropecuárias, de Produção e a de Saúde apresentam bom crescimento em que representam de 56% do total das Cooperativas.

O ramo de cooperativas de saúde consiste em uma experiência pioneira no Brasil e que vem crescendo a cada ano. Esse ramo busca dispor para os usuários a preservação e promoção da saúde e bem-estar. Tendo como grande desafio um investimento cada vez mais qualificado e inovador e ao mesmo tempo ser fonte de trabalho e renda para os cooperados (SESCOOP, 2013).

Verificando a Tabela abaixo percebe um dado importante e decisivo para a escolha do ramo do cooperativismo a ser estudado. A quantidade expressiva no número de associados no ramo de saúde com 3.418 colaboradores que corresponde a mais de 77% do total de colaboradores e associados na Paraíba, foi o aspecto de decisivo para a escolha do ramo da saúde.

TABELA 1 - Ramos do Cooperativismo na Paraíba

RAMOS	Nº de Cooperativas	Nº de Associados	Nº de Colaboradores
Agropecuário	36	5.173	297
Consumo	0	0	0
Crédito	17	18.543	455
Educacional	4	1.919	11
Especial	1	20	0
Habitacional	3	308	6
Infraestrutura	8	4.554	74
Mineral	5	174	2
Produção	20	606	33
Saúde	20	503	3.418
Trabalho	13	524	46
Transporte	9	376	71
Turismo e Lazer	2	43	0
TOTAL	138	32.743	4.413

FONTE: OCB/PB (2013)

A Responsabilidade Social Corporativa (RSC) vem ocupando um espaço cada vez maior nos debates sobre como conciliar o desempenho organizacional com o compromisso com as questões de sustentabilidade. Elkington (2012) acrescenta que uma das vertentes condutoras utilizadas para a sobrevivência no mercado é a sustentabilidade, como forma de encaminhar e assegurar as organizações em ambientes mais abertos.

Dessa forma, esse estudo se justifica de duas formas: a) Tecnicamente, pois identifica a responsabilidade social corporativa na gestão das cooperativas. Em se tratando das cooperativas, a pesquisa apresenta considerável contribuição no alinhamento das práticas e procedimentos da RSC no ramo das cooperativas de saúde, com base nas dimensões exploradas pelo Indicador de Responsabilidade Social das Cooperativas. Contribuindo ainda com a apresentação de aspectos não praticados no exercício da RSC das cooperativas no Estado da Paraíba; b) Academicamente, pois resulta em um complemento no campo de estudos do tema em debate, visto que a pesquisa está inserida em uma área que apresenta um número resumido de trabalhos, fato que é comprovado pela pouca pesquisa sobre o tema proposto.

Como forma de acompanhar as pesquisas sobre a Responsabilidade Social Corporativa nas cooperativas, foi elaborada uma busca no banco de teses e dissertações da Capes e no BDTD Nacional. Para essa pesquisa foi estabelecido como critério de pesquisa palavras-chave do tema proposto pela pesquisa: Responsabilidade Social Corporativa nas Cooperativas. Constatou-se que com as respectivas palavras não foram encontradas pesquisas nos referidos banco de dados.

Com base nas buscas, percebe-se que pouco se tem pesquisado sobre o tema proposto pelo presente estudo. Encontram-se vários estudos acerca das cooperativas na ótica de sua estrutura, forma de gestão e crescimentos de um específico ramo de atuação, deixando, assim, uma lacuna na observância de alguns aspectos como, por exemplo, a Responsabilidade Social Corporativa.

Dessa forma, acredita-se que esta pesquisa proporciona considerável contribuição tanto para o âmbito teórico como no prático, visto que contribui como uma forma de aperfeiçoamento das práticas de gestão da RSC para as cooperativas. Assim, pretende-se que este trabalho gere insumos que contribuam com o conhecimento nas seguintes áreas: Responsabilidade Social Corporativa; Cooperativismo; Desenvolvimento Socioambiental; Trabalho, Tecnologia e Organização.

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo Geral

Identificar a existência da Responsabilidade Social Corporativa na gestão das cooperativas de saúde da Paraíba.

1.3.2 Objetivos Específicos

- Apresentar a contextualização de Mercado em que as cooperativas estão incluídas;
- Contribuir com a consolidação de um arcabouço teórico sobre RSC, aplicado em outro país, na gestão das cooperativas;
- Identificar os principais conceitos de RSC que podem ser aplicados nas Cooperativas de saúde da Paraíba;
- Analisar a aderência das principais teorias de RSC ao Cooperativismo;
- Delinear um panorama da atuação da RSC nas cooperativas paraibanas de saúde;
- Averiguar a Responsabilidade Social Corporativa nos procedimentos gerenciais das cooperativas de saúde.

1.4 Estrutura Planejada para Dissertação

No primeiro capítulo tem-se a introdução, expondo a contextualização sobre a temática trabalhada, a delimitação do tema, a questão problema, a justificativa expondo a relevância do tema e os objetivos propostos pela pesquisa.

O segundo capítulo apresenta o referencial teórico em que os tópicos abordam aspectos sobre a evolução histórica das cooperativas, o desenvolvimento desse segmento no Brasil, a gestão e os ramos do cooperativismo, as principais teorias e alguns modelos de RSC, como também alguns modelos de relatórios para RSC. O tópico sobre os modelos de RSC traz o Indicador de Responsabilidade Social para Cooperativas em que explicita e contextualiza a metodologia que será utilizada para analisar a RSC nas cooperativas de Saúde do Estado da Paraíba.

O terceiro capítulo apresenta os detalhes sobre os procedimentos metodológicos necessários para a realização da pesquisa, como a sua caracterização, amostra e sujeitos da pesquisa, determinação do ambiente da

pesquisa e instrumentos de coleta e análise dos dados obtidos e a contribuição ao modelo com a análise agrupada dos dados.

Por fim, os capítulos seguintes apresentarão os resultados da pesquisa.

Assim, com a apresentação geral em que foi descrito a respeito dos aspectos introdutórios, a apresentação do tema e da questão problema, o delineamento dos objetivos, a apresentação da justificativa passar-se-á ao referencial teórico que ancoram o presente estudo.

CAPÍTULO 2 - REFERÊNCIAL TEÓRICO

Este capítulo tem o objetivo de apresentar os aspectos conceituais relevantes da história do cooperativismo, as limitações e dificuldade de gestão das cooperativas, como também as teorias, modelos e mensuração da responsabilidade social corporativa como meio de permanência no mercado.

2.1 Histórico do Cooperativismo

O cooperativismo possui características que o diferencia das organizações mercantis, mesmo possuindo a mesma finalidade. Isso se justifica pelo formato de sua estrutura e a aplicação de seus princípios e valores, que é o diferencial. Esse ramo é tido como canalizador de desenvolvimento socioeconômico e devido a isso recebeu maior atenção durante a elaboração da Carta Constituinte de 1988.

Em sua essência, as cooperativas possuem questões chaves que fazem com que vários interessados busquem maior conhecimento e aplicação desses ideais. As palavras cooperação, cooperar, cooperativa e cooperativismo têm recebido destaque no âmbito empresarial por ser uma porta para o caminho da redução do desemprego, como também a redução das desigualdades sociais e econômicas. (RIOS, 1987).

Alguns estudiosos apresentam definições de cooperativas de acordo com algumas ópticas, como exposto no Quadro 1:

Quadro1 - Conceitos de Cooperativismo

Conceitos de Cooperativismo		
Óptica	**Conceitos**	**Autor**
Literal	É uma sociedade ou empresa formada por membros de um grupo econômico ou social que tem como objetivo um benefício em comum a partir da determinada atividade praticada.	Ferreira (2009)
Social	Trata-se de uma associação de pessoa com interesses e necessidades em comum, organizadas de forma democrática, e com livre participação e igualdade de direitos.	Panzutti, et al. (2000)
Econômica	Visa aumentar o ganho financeiro do cooperado.	Boschi (2000)
Jurídica	São formações de pessoas de natureza	Brasil (1971)

	jurídica, não sujeitas a falência e com o intuito de prestar serviço aos cooperados.	

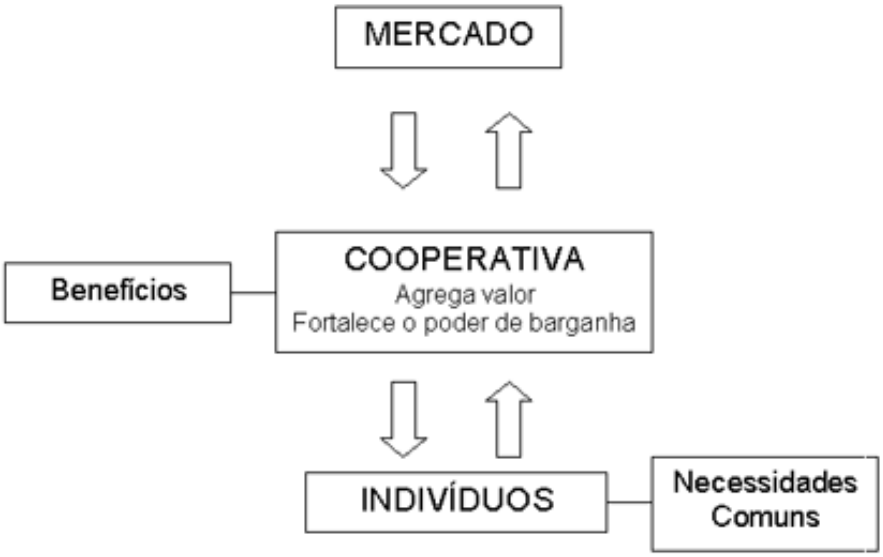
Fonte: Adaptado de Barbosa (2010)

É com base nesse Quadro que se percebe o diferencial de atuação das cooperativas, dispondo de benefícios e vantagens para os cooperados nos mais variados âmbitos. Na literatura encontram-se inúmeros conceitos para cooperativismo como, por exemplo, Cançado (2004) que em síntese define as cooperativas como organizações autônomas e independentes, que possuem como o objetivo o desenvolvimento de suas comunidades.

Bertuol et al. (2012) *a*crescentam um conceito que busca diferenciar as cooperativas das organizações mercantis quando afirmam que as cooperativas se tratam de uma organização econômica, por outro lado, não é um empreendimento que tem como principal objetivo o lucro, mas também não é uma associação caritativa.

Acrescenta-se ainda o conceito fornecido pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE (2013), esboçado na Figura 1:

Figura 1 - Conceito de Cooperativas pelo SEBRAE



Fonte: Adaptado de Silva (2010)

A partir da Figura 1 percebe-se que o SEBRAE corrobora com os estudiosos quando afirma que o cooperativismo tem como finalidade a melhoraria da vida

econômica e social de um determinado grupo de interesse, solucionando possíveis problemas e atendendo as necessidades em comum.

A origem do cooperativismo está ligada aos ideais políticos dos socialistas utópicos que apoiavam a ideia da autogestão das organizações, como uma forma de defesa às precárias condições de vida em que os operários se encontravam. Essas organizações de autogestão tinham como princípios a democracia e o poder igualitário (LIMA, 2004).

Nos registros históricos atribui-se a origem do cooperativismo a abertura da Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale na Inglaterra em 1844. Essa cooperativa possuía uma organização baseada em suas próprias normas criadas pelos tecelões (SILVA, 2010).

A cooperativa de Rochdale era formada por tecelões que buscavam melhores condições de trabalho da indústria e reuniram-se em um armazém com o propósito de melhorar as condições de vida de seus sócios. A sociedade foi constituída por 28 tecelões que contribuíram de forma igualitária. Com o passar do tempo projetou-se, tomando maiores proporções, alcançando o número de 1400 cooperados (MARTINS, 2006).

De acordo com Silva (2010), a sociedade dos Probos de Rochdale tinha como objetivo a formação de capital para autonomia dos trabalhadores, com base nas economias das compras de gêneros alimentícios, construção de casas a preço de custo, produção agrícola de tudo o que fosse necessário para garantir uma fonte de renda para os trabalhadores desempregados ou mal remunerados e, também, o trabalho social contra o alcoolismo.

Muitas críticas caíram sobre essa nova forma de atuação, mas os tecelões assumiram uma postura de compromisso com essas novas práticas, como também buscaram pôr em práticas todos os princípios estipulados durante a abertura da sociedade.

O conceito de cooperativismo foi se desenvolvendo e os princípios utilizados pelos tecelões foram utilizados como base para os princípios de hoje. Segundo Bertuol (2012) esses princípios se tratam das mais importantes regras a serem seguidas por todos os cooperados, com o objetivo de promover o desenvolvimento da organização, como também do ideal cooperativista. A seguir são apresentados os princípios cooperativistas fornecidos pela OCB (2014):

- **Adesão voluntária:** as cooperativas se tratam de organizações voluntárias e abertas a todas as pessoas a utilizar de seus serviços e assumir com responsabilidade;
- **Gestão Democrática:** são organizações controladas pelos seus membros, que participam ativamente do delineamento de suas políticas, práticas e estratégias, ou seja, são organizações de autogestão.
- **Participação econômica dos membros:** os membros participam de forma igualitária para formação do capital necessário, como também todos têm o direito de controlá-lo democraticamente. Parte do capital investido é de posse da cooperativa e os cooperados recebem os excedentes das negociações;
- **Autonomia e Independência:** as cooperativas são de caráter autônomo e de ajuda mútua, caso necessite de acordos com terceiros se faz necessário à manutenção de seu controle democrático e manutenção de sua autonomia como também, seus princípios.
- **Educação, formação e informação:** as organizações dispõem de meios para promulgar os princípios das cooperativas, a forma de atuação e da estrutura organizacional; busca também a formação dos novos cooperados e a informação para outras pessoas que ainda não conhecem o conceito cooperativista;
- **Intercooperação:** corresponde à ideia do trabalho em conjunto por meio das instituições que ajudam a seu desenvolvimento e organização;
- **Interesse pela comunidade:** as cooperativas atuam com o foco no desenvolvimento sustentável da região em que está atuando, por meio de políticas e práticas estipuladas pelos membros.

2.2 Cooperativismo no Brasil

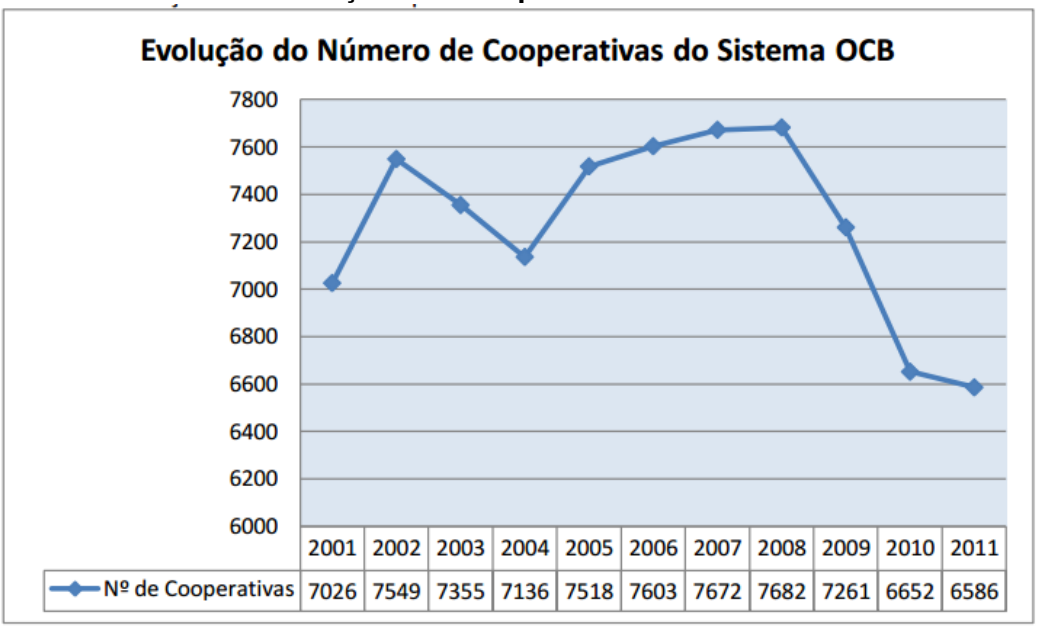
O primeiro indício da atuação das cooperativas foi como consequência das grandes produções de cana-de-açúcar e do algodão, juntamente com Rochdale em 1844 (BARBOSA, 2010). Teve, também, seus primeiros passos na área urbana com a primeira cooperativa de crédito na cidade de Ouro Preto (1889) (SILVA, 2010). Rios (1987) afirma que o cooperativismo no Brasil tinha uma divisão de atuação, as cooperativas de rico destinadas a agricultura do algodão e da cana-de-açúcar e as

cooperativas de pobres que atuavam com a comercialização da produção de pequenos agricultores.

Em 1932 foi promulgado a Lei do Cooperativismo que permitiu as cooperativas a assumirem o perfil diferenciado das outras organizações (BARBOSA, 2010). Com o passar do tempo, inúmeras cooperativas foram se estabelecendo e dando mais força ao sistema cooperativista. Em Dezembro de 1971 é criada a Lei 5.764 com o intuito de regularizar a abertura das Cooperativas e também organizar as suas atividades com a criação de um órgão que fomentasse as cooperativas, a Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB (SILVA, 2010).

O Gráfico a seguir demonstrar o crescimento no número das cooperativas no Brasil, segundo a OCB (2013):

Gráfico 1 - Evolução das Cooperativas do Sistema OCB



Fonte: OCB (2013)

Segundo Gráfico1 o número de cooperativas vem mantendo sua média. Ao se deparar com o índice referente ao ano de 2009, percebe-se uma diminuída na quantidade de cooperativas, mas, em contrapartida identifica-se um ganho de produtividade e qualidade pelo fato do processo de fusão e incorporação das cooperativas (OCB, 2013).

As cooperativas brasileiras são classificadas de acordo com sua abrangência, tem-se: as cooperativas singulares - formadas por no mínimo 20 cooperados; as cooperativas centrais ou federação – são constituídas por três ou mais cooperativas

singulares; e por fim as confederações de cooperativas – que são constituídas por no mínimo três federações. Ainda se tem as cooperativas mistas, em que atuam com mais de uma atividade, ou seja, podem atuar fornecendo mão de obra, bens e serviços (BARBOSA, 2010).

A OCB, como meio de organização e de manter um ambiente democrático e participativo estipulou uma divisão das cooperativas de acordo com suas atividades de atuação, como forma de organizar tanto nas questões políticas, como nas questões de competitividade no mercado, como apresenta o Quadro 2:

Quadro 2 - Ramos do Cooperativismo

Ramos	Atuação	Número de Cooperativas
Agrícolas	Compreende as cooperativas de produtores rurais, agropastoris e pesca. Geralmente essas cooperativas cuidam de todos os processos da cadeia produtiva, iniciando no preparo da terra até a industrialização e comercialização do produto final;	1523
De Consumo	Destina-se a viabilização e desenvolvimento de atividades de compra em comum de produtos de consumo de acordo com a necessidade dos seus cooperados;	120
De Crédito	É composta pelas cooperativas dedicadas a garantia creditícia, como por exemplo, a captação de recursos, realização de empréstimos aos cooperados e aplicações financeiras, proporcionando melhores acessos ao mercado financeiro, com condições reais de acordo com a possibilidade dos cooperados;	1047
Educacionais	Promovem o ensino de boa qualidade, contando com a participação de professores e pais de alunos que formam e administram as escolas;	294
Especiais	Constituem cooperativas sociais que prestam serviços sociossanitários, educativos, em relação às atividades agrícolas, industriais, comerciais e de serviços, para pessoas portadoras de necessidades especiais (sensoriais, psíquicos, mentais, dependentes químicos, egressas de prisões, condenados a penas alternativas e aos adolescentes com idade de trabalhar, mas com problemas econômicos, sociais e afetivos);	9
Habitacional	Dispõe da condição de aquisição e construção de moradia a preço justo;	226
De Infraestrutura	Busca atender as necessidades de serviços em infraestrutura como a limpeza pública, a segurança,	128

	a eletrificação, entre outros;	
De Mineral	Formada pelas cooperativas que pesquisam, extraem, industrializam, comercializam, importam e exportam produtos minerais;	69
De Produção	É um ramo em que, após a falência das empresas garante a continuação do posto do trabalho dos funcionários. É composta pelas cooperativas destinadas a produção de bens e mercadorias;	243
De Saúde	Possuem a preocupação com a prevenção e recuperação da saúde humana. Estão envolvidos os médicos, dentistas, psicólogos entre outros profissionais na área de saúde;	846
De Trabalho	Compreende as cooperativas que se dedicam a prestação de serviço de qualquer categoria profissional;	966
De Transporte	Nesse ramo estão presentes as cooperativas de transporte de carga e de passageiros;	1088
De Turismo e Lazer	É composta por cooperativas que prestam serviços turísticos, artísticos, entretenimento, esportes e de hotelaria.	27

Fonte: OCB (2013)

2.3 Gestão das Cooperativas

A Lei 5.764/71 é responsável pela Política Nacional do Cooperativismo. Ela descreve todos os procedimentos para fins de registro de uma cooperativa. Por mais que as cooperativas sejam sociedade civil, elas estão sujeitas a inscrição na junta Comercial e no Cadastro da Fazenda. É permitido que as cooperativas atuem em qualquer ramo na prestação de serviço ou produção de bens. É exigida a utilização do termo “Cooperativa” na nomenclatura da Razão Social e no Estatuto Social (BRASIL, 1971; 2013).

Durante todo o processo de abertura da cooperativa, se faz necessário a presença e acompanhamento de um representante do órgão estadual das cooperativas, como forma de manter os princípios cooperativistas e também dar apoio e esclarecer possíveis dúvidas.

Como forma de facilitar a gestão das cooperativas, o poder legislativo inclui essas organizações como um modelo especial de autogestão, dando a elas plena liberdade de associação com objetivos lícitos, com independência para criação e vedada à interferência estatal no desenvolvimento das atividades (BRASIL, 1988). Benato (1997) reforça a ideia afirmando que o poder de autogestão de uma

organização foi previsto na Constituição de 1988 em que o poder público não teria mais influência e nem interferência na administração da sociedade.

Mesmo com essa característica de autogestão, as cooperativas passam por várias dificuldades, sejam no momento de abertura, com a burocracia, as documentações, ou no desenvolver de suas atividades, com as dificuldades de relacionamento e o mercado cada vez mais exigente.

Segundo Silva (2010) as principais dificuldades para a constituição de uma cooperativa são:

- **A falta de capital:** há a necessidade de um capital a ser investido no momento de abertura da cooperativa, podendo ser com os gastos da regularização da organização junto aos órgãos competentes ou para a estruturação da cooperativa;
- **Responder as exigências legais:** os documentos exigidos para abertura, as condições que a lei exige para o funcionamento correto da cooperativa para que se evite o desvio dos princípios do cooperativismo e assim surja uma falsa cooperativa;
- **Falta de conhecimento sobre o mercado:** mesmo por ter características diferenciadas, os cooperados têm que ter conhecimento suficiente para atuação no mercado em que desejam entrar. Assim se faz necessário ter um planejamento estratégico bem definido com sua missão e visão;
- **Falta de comunicação e compartilhamento entre cooperativas:** a falta de comunicação entre as cooperativas podem dificultar a atuação, pois muitas ainda possuem um pensamento de individualismo pregado pelo mercado capitalista. A experiência é uma grande ajuda para as cooperativas entrantes sabem como atuarem no mercado.

Há dificuldade, também, que são identificadas durante o funcionamento e que possuem muita influência podendo levar a cooperativa ao fracasso. Um dos problemas encontrados é a falta de transparência entre os membros, por se tratar de uma organização com estrutura diferenciada e que todos os envolvidos têm participação nos seus processos, deve haver transparência e troca de informações constantes para todas as ações, de forma que os associados tenham conhecimento de todo planejamento, investimentos, captação de recursos entre outros. Outro

problema identificado é o esquecimento dos princípios e cultura do cooperativismo. Os resquícios de comportamento capitalista, o medo do mercado e as exigências dos consumidores podem fazer por onde membros esqueçam a forma de atuação e passem a agir de modo contrário ao cooperativismo (SILVA, 2010).

Além desses problemas burocráticos de gestão, as cooperativas encontram grandes barreiras nas questões culturais do Brasil. Em seus estudos Cançado et al. (2013) comentam sobre valores culturais brasileiros que dificultam o desenvolvimento da gestão das cooperativas. Esses valores se tratam de contradições inerentes às cooperativas, pois para cada princípio do cooperativismo, tem o valor cultural correspondente que o contradiz, como mostra o Quadro a seguir:

Quadro 3 - Comparação entre os princípios do cooperativismo e valores culturais

Princípios Cooperativistas	Valores Culturais
Controle democrático pelos sócios	Hierarquia Personalismo
Participação econômica dos sócios	Patrimonialismo
Autonomia e Independência	Formalismo
Adesão Voluntária e Livre	
Educação, Treinamento e Informação	Jeitinho
Preocupação com a Comunidade	Estrangeirismo
Cooperação entre cooperativas	Aventureiro

FONTE: Adaptado de Cançado et al. (2013)

Mesmo possuindo uma legislação própria e uma forma de atuação diferenciada, as cooperativas devem sempre buscar a formação e informação dos membros, como também do mercado a qual está inclusa, para assim poder atuar no mercado competitivo possuindo ferramentas e estratégias semelhantes às outras organizações.

2.4 Responsabilidade Social Corporativa (RSC): Conceito e Definições

As questões sobre responsabilidade social recebem grande atenção no âmbito acadêmico-científico, como também no âmbito corporativo. As organizações buscam aplicar essas novas práticas como forma de reafirmar seu posicionamento

diante de ações que apresentam maior comprometimento com aspectos sociais e econômicos, garantindo participação mais efetiva em ações comunitárias com o intuito de minimizar possíveis consequências negativas que decorre de sua atividade.

O conceito de RSC vem passando por processo de redefinição ao longo do tempo, a partir do momento em que considera as questões e riscos globais que ameaçam a vida. Assim, pode-se dividir a evolução da RSC em dois períodos: primeiro no início do Século XX até a década de 50; e o segundo da década de 50 até a contemporaneidade, com a inclusão do conceito de sustentabilidade (COSTA, 2007).

No primeiro momento têm-se as consequências do processo de industrialização que auxiliaram no entendimento das obrigações da organização para com o ambiente e com o funcionário. O Fordismo, que foi um dos percussores de novas práticas responsáveis, estipulou algumas ações que pode ser entendias como socialmente responsáveis, como a jornada de trabalho de oito horas diárias, o pagamento do salário mínimo, a baixa nos preços dos carros, que beneficiava os clientes, entre outros (COSTA, 2007). Tratava-se de um período em que se dava ênfase a dimensão econômica

No segundo momento, diante de uma sociedade pós-industrial, tem-se a busca pelo aumento da qualidade de vida, valoração das ações sociais, o respeito ao meio ambiente. Esse novo perfil demonstra que as organizações estão inseridas em um ambiente complexo, que recebem influências de várias agentes, fazendo com que as organizações, além de atender as exigências dos acionistas, incluam práticas de responsabilidade social ao plano de negócio e assim resultando em uma maior integração da organização com a sociedade (COSTA, 2007). No decorrer do tempo percebem-se várias preocupações com a relação dos negócios e a sociedade, assim se apresenta como um produto formal que só pode ser observada após os anos de 1950 (CARROLL, 1999).

Na literatura não se tem um período concreto do surgimento da RSC, mas Froeming e Souza (2009) apresentam que o conceito de RSC começou a ser debatido na década de 50 nos Estados Unidos e na Europa, com a preocupação relacionada ao poder e a autonomia dos negócios, sem atentar para os impactos negativos que as atividades exerciam sob a comunidade. Pode-se referenciar,

também, o início dos debates da RSC a partir do lançamento do livro *Responsability of the Businessman* de Howard Bowen em 1953 (RAMALHO, 2011).

A Responsabilidade Social Corporativa tem como objetivo ser um canalizador para o desenvolvimento econômico sustentável e assim buscando integrar todos os interessados e envolvidos para dispor de uma melhor qualidade de vida.

Um dos conceitos mais utilizados na literatura sobre a RSC é o disposto pelo Instituto Ethos (2014) a qual afirma que:

> A forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais (INSTITUTOETHOS, 2014)

A definição de Serra et al (2008) tem a RSC como sendo compromissos em que uma organização possui com a comunidade, demonstrado por ações que a afeta positivamente em relação ao seu bem estar. Já Carroll (1979) apresenta um conceito em que a RSC se trata de um meio que as organizações encontram para melhorar ou atenuar algum aspecto importante da sociedade ou de relacionamentos com comunidades ou organizações não governamentais. Assim, as atividades correspondentes à RSC desenvolvida pelas empresas não englobam as questões empresarias com as atividades sociais e ambientais, deixando de ser considerada com relevância econômica. Zamcopé, et al. (2012) acrescentam que essas atividades podem resultar na abertura de uma organização paralela na empresa, para lidar e avaliar as questões não econômicas.

A responsabilidade social corporativa se apresenta em um contexto em que o poder público não age mais, não dispõe de meios que garantam o mínimo do bem estar social e assim as organizações passam a cuidar desses problemas sociais dividindo a responsabilidade (AGUIAR, 2013). Assim, corresponde a uma forma em que as empresas têm para serem co-responsáveis pelo desenvolvimento social da comunidade. Uma empresa para ser considerada socialmente responsável deve possuir a expertise de ouvir a todos os *stakeholders* e conseguir aglutinar as necessidades ao planejamento das atividades da empresa (ETHOS, 2013; QUELHAS, 2010).

Por muito tempo a responsabilidade social passou por confusões em suas definições, sendo confundida com filantropia. Por tanto, essa discussão perdeu o caráter de apenas boas ações, programas de filantropia, ajuda aos mais necessitados e passou a abordar comportamentos das organizações intrísecos da empresa diante questões sociais da comunidade a qual está inserida (ALIGLERI, 2011).

Muitos debates são feitos a cerca de um conceito sobre a Responsabilidade Social Corporativa, mas não se encontra um consenso, pois se trata de um conceito em constante desenvolvimento e por possuir vários significados em diversos contextos que possa ser aplicado.

2.5 Principais Teorias da Responsabilidade Social Corporativa

A RSC não se pode ser minimizada apenas por uma única dimensão social, e sim possuir uma visão ampla da integração das dimensões ambientais, econômicas e sociais.

Com base nisso Garrida e Melé (2004) apresentam quatro teorias que estão relacionadas à RSC e se direcionam de acordo com o segmento da realidade social aplicada: Teoria dos *Stakeholders* – abordar a relação entre as organizações e a sociedade que devem ser direcionada sob a óptica da ética; Teoria da Cidadania Corporativa – baseada em estudos políticos que buscam maior integração social; Teoria do Valor ao Acionista–que visa às organizações como meio de maximizar riqueza dos acionistas; e por fim, Teoria do Desempenho Social Corporativo – com influências da sociologia, envolve o poder social da organização e a responsabilidade que as organizações possuem.

2.5.1 Teoria dos *Stakeholders*

No contexto mercadológico, aspectos como preço e qualidade são decisivos e obrigatórios no desempenho das organizações. As organizações que buscam apresentar algum diferencial de mercado estão buscando a união do fator econômico com o fator social. Assim, tem-se aplicado ações com princípios éticos, transparência e responsabilidade, possibilitando uma nova conotação na relação entre a organização com os funcionários, sociedade, governo, consumidores,

fornecedores. Para todos os agentes envolvidos com a organização, que possuem alguma relação direta ou indireta, é dada a nomenclatura de *Stakeholders.*

Um dos conceitos mais debatido sobre *Stakeholders* é apresentada por Freeman (1984) em que afirma que consiste em todo e qualquer indivíduo que possa ser beneficiado pelos objetivos da atuação da organização. Ou seja, a organização terá como finalidade prover benefícios, não só para os acionistas, e sim para seus funcionários, clientes, fornecedores, sociedade, como também manter a sobrevivência da organização.

Essa teoria possui destaque entre as outras por demonstrar maior atenção aos interesses e direitos dos envolvidos com a organização. Além de contribuir para a concretização do conceito de RSC a partir do instante que se aplica ações de responsabilidade a grupos que são afetados pelas atividades da organização (CLARKSON, 1995).

Freeman (1984) defende a Teoria dos *Stakeholders*, pois é por meio delas que as empresas buscam demonstrar ações que englobam a RSC para os diversos grupos de interesses que mantêm um relacionamento com a organização, reconhecendo os interesses específicos.

Assim, com a visão consciente dos consumidores, critérios que determinavam opções de comprar como preço, distribuição, benefícios, entre outros, não são bastante, para tanto se faz necessário à inclusão de práticas que maximizam a satisfação dos *Stakeholders*. E como consequência das novas práticas e da nova forma de pensar dos consumidores Grajew (2002) contribui que as organizações que possuem um destaque com a RSC recebem vantagem na disputa do mercado, além de ganhos na sua imagem e para seu negócio.

Buscando elaborar um paralelo entre a Teoria dos Stakeholders com os princípios do Cooperativismo, alguns princípios possuem forte aderência à teoria. O controle democrático pelos sócios, que a partir do momento em que as ações estão direcionais para o bem comum dos grupos de interesses, subentende-se que para chegar a esse bem comum teve que haver a participação, como também a escuta dos interesses de todos. Outro princípio do cooperativismo que possuem forte aderência à teoria gira em torno do interesse pela comunidade, em que as cooperativas tendem a desenvolver suas atividades foco, como também desenvolver benefícios à região por ela afetada, seja por meio das práticas responsáveis, ou alguma ONG.

Pode-se afirmar também que um dos aspectos relevantes para se tornar um *Stakeholders* é o despertar do interesse, assemelhando-se ao princípio da adesão voluntária e livre, em que as cooperativas, assim como as pessoas interessadas, buscam de acordo com suas necessidades, vontades e de forma espontânea.

Bertuol (2012) reforça essa ideia afirmando que as questões democráticas e a educação dos membros demonstram a preocupação das cooperativas em relação à comunidade e ao seu desenvolvimento, buscando estimular a formação do cidadão. Assim, identifica-se uma semelhança com a Teoria dos *Stakeholders* pelo fato da busca mútua de atender aos interesses de todos os grupos envolvidos. Constatando-se que a Teoria possui forte aderência aos princípios do cooperativismo.

2.5.2 Teoria da Cidadania Corporativa (CC)

Essa teoria tem como principal enfoque a participação da organização como componente da sociedade, como também, detentora de responsabilidades com o bem comum na região de atuação.

Organ (1997), um dos grandes estudiosos da Teoria da Cidadania Corporativa, apresenta um conceito como sendo a performance das organizações que dá alicerce ao ambiente social e psicológico no qual ocorre a performance da tarefa. Com o advento da globalização o conceito de Cidadania Corporativa recebeu maior atenção, como também pela abertura dos mercados para as organizações multinacionais, fato justificado por causa do apelo global que essa teoria possui.

Alguns estudiosos (WOOD; 2002; MATTEN; CRANE, 2005) tentam desenvolver conceitos e teorias, mas ainda não apresenta algo concreto estabelecido (BARAKAT, 2013). Mas a literatura justifica essa teoria a partir de que as empresas estão cada vez mais usufruindo e alocando recursos na sociedade, e a cidadania fornece uma forma de pensar sobre as responsabilidades dos envolvidos com a organização (CRANE, et al., 2008).

Sobre essa teoria é regido algumas críticas no que concerne ao seu conceito, por serem muito prolixos, podendo ser incluído vários aspectos como, por exemplo, as práticas éticas das organizações, as questões do voluntariado, a gestão da marca, imagem e reputação, parcerias público-privado (GARRIDA; MELÉ, 2004). Os

referidos autores ainda acrescentam que essa teoria não agrega valor na relação entre a sociedade e a organização.

Fazendo a relação de aderência dessa teoria com a realidade cooperativa, percebe-se que mais uma vez, os princípios do cooperativismo podem ser identificados na essência da Teoria da Cidadania Corporativa, visto que as cooperativas são tidas como meio propulsor de renda dos interessados, e assim solucionar problemas econômicos e financeiros de seus membros. Com isso são considerados agentes relevantes para a sociedade, exercendo papel importante para o bem estar e desenvolvimento das questões sociais.

Assim, o princípio que mais apresenta aderência à teoria, novamente, é preocupação com a comunidade, pois a cooperativa busca melhorar não só a situação econômica dos cooperados, mas com todo o desenvolvimento da comunidade, preocupando-se com a repercussão de suas atividades.

Tem-se como exemplo a Organização Não Governamental (ONG) Unijovem, promovida pela Unimed de Marília – SP em que atua com desenvolvimento de projetos sustentáveis, inclusive com geração de renda. Juntamente com parcerias estabelecidas com Santa Casa de Marília e a Justiça Federal da Marília, essa ONG atua com a transformação de materiais recicláveis como forma de compor enfeites natalinos para a cidade através da reutilização de materiais, dando uma nova estética e aplicação (UNIMEDMARILIA, 2014).

2.5.3 Teoria do Valor ao Acionista

Essa teoria é baseada na Teoria Econômica Neoclássica que está preocupada principalmente com a maximização da utilidade dos acionistas. Um dos principais estudiosos dessa linha de pensamento é o Milton Friedman, em um dos seus primeiros estudos sobre o tema afirmou que a única responsabilidade das organizações com a sociedade é a maximização dos lucros dos acionistas, obedecendo apenas às questões éticas e legais do país (FRIEDMAN, 1970).

As organizações só necessitariam englobar outras responsabilidades e/ou atividades sociais, caso fossem obrigadas por lei ou se estivessem atreladas a algum meio de angariar maiores resultados financeiros (BARAKAT, 2013).

Segundo Lazonick; O'Sullivan (2000) os defensores dessa teoria a justificam pela facilidade da criação de valor, pois, para eles, gerir uma organização com base

na maximização dos lucros não consiste apenas em dar mais resultados aos acionistas e assim buscar melhores e novos resultados, seja na produção, no setor econômico, entre outros. Para tanto, é necessário se ter incentivos a novas práticas, inovação, redução de custos e despesas, capital para futuros investimentos, entre outros.

Em se tratando das críticas a essa teoria, giram em torno do seu principal ideal que é a visão limitada da relação das organizações para com a sociedade. Outros questionamentos abordam a visão singular dada à sociedade, o pouco reconhecimento aos seres humanos e a liberdade de escolha e interesses próprios (GARRIDA; MELÉ, 2004).

Pode-se afirmar que essa teoria possui uma ligação com o princípio da participação econômica dos sócios, pelo fato que é dada atenção à dinamização dos recursos investidos na organização. Contudo percebe-se que se trata de teoria com fraca aderência aos princípios cooperativistas, devida a sua visão direcionada ao aspecto financeiro. Para a teoria, a organização teria apenas um objetivo, que seria fornecer rendimentos aos grupos de interesses, sem responsabilidade alguma com a sociedade. Fator que difere da essência das cooperativas, visto que a maximização do lucro não está entre os enfoques das organizações de autogestão, como também não atentar para as questões sociais da sociedade.

2.5.4 Teoria do Desempenho Social Corporativo

Desde o início da década de 80 que estudiosos como Jones (1980), Wartick e Cochran (1985) buscam aprimorar uma definição conceitual para o Desempenho Social Corporativo. Com essa delimitação possibilitaria a realização de pesquisas, com também a procura por indicadores e valores que representassem essa teoria (BORBA, 2005).

O conceito de Desempenho Social Corporativa, que também é conhecido como *Corporate Social Performance* (CSP) ou como o Modelo de RSC de Wood, se mantém em constante desenvolvimento, mas no início dos seus estudos Jones (1980) definiu como sendo uma forma de comportamento organizacional diante dos diversos grupos de interesses. Borba (2005) acrescenta que, por mais simples que seja essa definição, ela explicita a relação da organização com seus *Stakeholders.*

Wartick e Cochran (1985) contribuem afirmando que o desempenho social corporativo (DSC) se trata da junção de três aspectos relevantes que são os princípios da Responsabilidade Social Corporativa; as políticas desenvolvidas para atender as questões do ambiente social juntamente com o processo da responsividade social. Corroborando com essa ideia, Wood (1991) acrescenta ao conceito de DSC como sendo uma interface da organização corporativa juntamente com os princípios da RSC, as respostas às exigências sociais e políticas, com os programas e resultados intangíveis que estão envoltos na relação entre a organização e a sociedade.

Com base no exposto, percebe-se que essa teoria, além das responsabilidades legais e econômicas da organização, possui certa preocupação com as consequências de suas atividades que podem ser causadas por elas ou por outros motivos. Assim, são desenvolvidas ações filantrópicas, melhorando o desempenho social com as boas práticas de comportamento organizacional, promovendo ações benéficas para a sociedade (WOOD,1991).

Como situação aplicada dessa teoria tem-se os projetos desenvolvidos pela UNIMED João Pessoa-PB no segmento da Responsabilidade Social, como por exemplo, o projeto Mosaico que no ano de 2008 desenvolveu atividades junto a jovens carentes que dinamizavam a eficiência artística, cultural e social, utilizando os muros, praças e viadutos de 32 municípios do Estado da Paraíba (GUSMÃO, 2014).

Para Garrida; Melé (2004) uma das críticas que são direcionadas a essa teoria se dá pela distância entre os aspectos éticos e as atividades desenvolvidas pelas organizações, ou seja, essa teoria busca dar uma nova roupagem ao capitalismo, separando a ética da economia.

Essa teoria possui ligação com os princípios das cooperativas pelo fato de que busca aplicar o conceito de que as organizações devam desenvolver atividades que fujam da sua atividade fim, analisando as consequências das ações, como também buscando dispor de um bem comum a todos os interessados na organização.

Para melhor exposição têm-se o Quadro resumo abaixo com objetivo de montar um comparativo das teorias e as semelhanças e/ou diferenças com o cooperativismo:

Quadro 4– Principais Teorias da RSC

Principais Teorias da RSC				
Teoria	**Origem**	**Principal Ideia**	**Principais autores**	**Semelhança e/ou Diferença**
Teoria do *Stakeholders*	Ética	A organização tem função de gerar benefícios para todos os grupos de interesses.	Freeman (1980); Clarkson (1995)	Assemelha-se com o princípio do interesse pela comunidade
Teoria da Cidadania Corporativa	Ciência Política	A organização faz parte da sociedade e deve ter bom comportamento.	Wood; Logsdon, (2002); Matten; Crane (2005)	Assemelha-se por buscar meios que promova as questões sociais.
Teoria do Valor aos Acionistas	Economia	A única responsabilidade das organizações é a geração de lucros para os acionistas.	Friedman (1970); Lazonick; O'Sullivan (2000)	Difere das cooperativas pela exclusão do bem comum dos *stakeholders.*
Teoria do Desempenho Social Corporativo	Sociologia	Desenvolver ação socialmente responsável sem fins econômicos	Jones (1980), Wartick e Cochran (1985); Wood (1991).	Assemelha-se pela busca de desenvolver atividades sem focar o lucro

FONTE: Adaptado de Garrida, Melé (2004)

2.6 Modelos Conceituais de Responsabilidade Social Corporativa

Os modelos conceituais refletem os aspectos dimensionais da RSC a serem desenvolvidos pelas organizações, são esses conceitos que determinaram as diretrizes a serem abordadas pelas organizações diante das práticas desenvolvidas junto à sociedade. Esses modelos possuem grande importância para as organizações, pois auxiliam no alcance das necessidades da sociedade, dispondo de ferramentas que instrumentalizaram a relação da organização com a sociedade.

Vários modelos são propostos para o estudo da Responsabilidade Social Corporativa que apresentam diversas ópticas de como analisar o papel das organizações diante desse tema. Assim, para a sistematização dos modelos conceituais, buscou-se sistematizar os modelos mais evidenciados por diversos pesquisadores em estudos que apresentassem uma abordagem contextualiza com a

contemporaneidade, como também que pudesse ser aplicada à realidade das cooperativas.

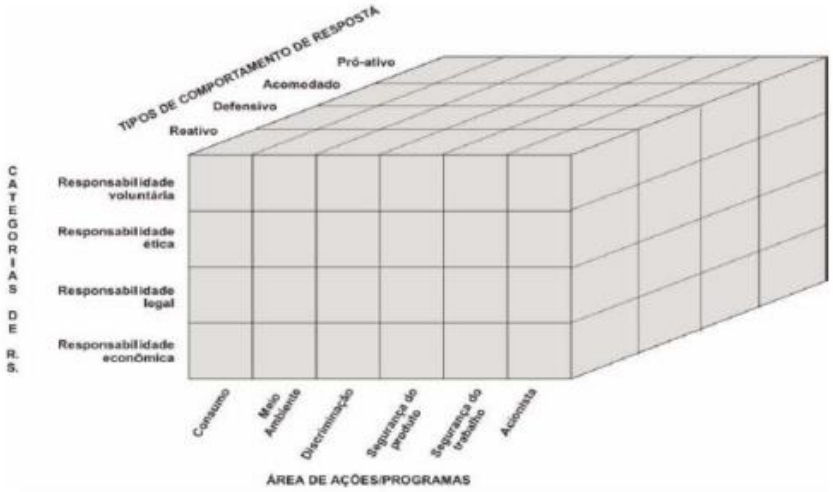
Para tanto foi elencado o Modelo Tridimensional de Carroll (1979); o Modelo Bidimensional de Quazi e O'Brien.

2.6.1 Modelo Tridimensional de *Performance* Social de Carroll

Com o intuito de analisar as várias percepções da responsabilidade social corporativa, Carroll (1979) apresentou seu próprio modelo conceitual em relação às expectativas que a sociedade possui sobre as organizações.

Esse modelo conceitual foi desenvolvido para analisar as práticas de responsabilidade social que fazem parte das três dimensões: as categorias; os tipos de comportamento de respostas e as áreas de ações/programas que são expostas na Figura 2:

FIGURA 2 - Modelo Tridimensional de Performance Social Corporativa



FONTE: Carroll (1979)

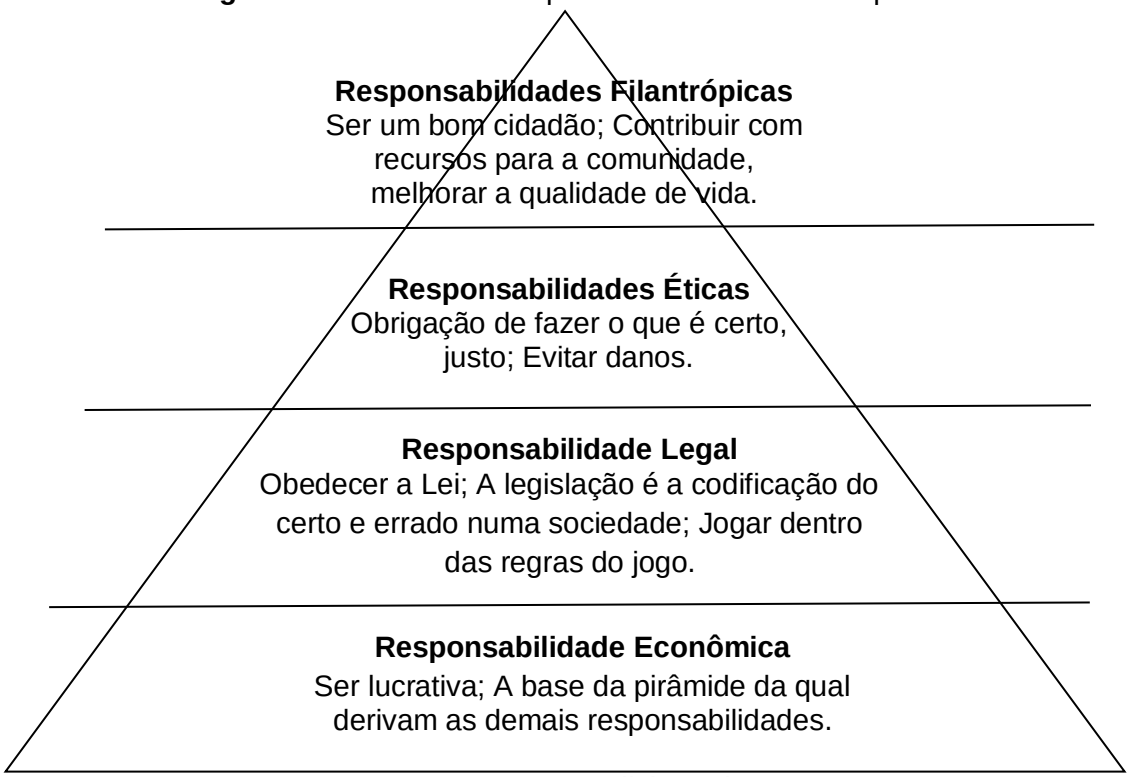
A dimensão que trata dos tipos de comportamento de resposta pode variar em um continuum de respostas, que, segundo Carroll (1979), possibilita as organizações se posicionarem na mais variada forma em relação à RSC como se pode citar os comportamentos reativos: como respostas às questões sociais no momento em que percebem que essas questões estão atrapalhando o desenvolvimento de seus objetivos; reações de forma defensiva: quando estão alinhadas as questões de RSC e praticam ações que as protejam de possíveis

dificuldades; de forma acomodativa: quando buscam atender somente as exigências legais do governo; e por fim as ações proativas: que agem de forma antecipada a qualquer problema ou exigência legal.

Em se tratando das áreas da atuação, em seus estudos Gadelha (2010) expõe os campos da atuação: consumo: destacando as especificações e características dos produtos de acordo com as necessidades reais dos clientes, como o atendimento pré e/ou pós-venda; meio ambiente: quando as organizações se sentem responsáveis com as questões sustentáveis; discriminação: ações que consideram as questões da discriminação racial, sexual, religioso ou de qualquer tipo de intolerância as diferenças, seja dentro, fora ou até nos processos de seleção de funcionários; segurança do produto: quando as organizações obedecem às normas técnicas de qualidade dos produtos ou da produção; segurança no trabalho: quando dedica atenção a ergonomia, como também a proteção física dos funcionários, garantindo a segurança; e por fim os acionistas: que são os detentores das ações da organização.

O modelo de Carroll (1979) defende a atuação das empresas com base numa estrutura que obedece a um modelo em forma de pirâmide que engloba quatro categorias: responsabilidade econômica; legal; ética e filantrópica. Na época apresentada, tratou-se do maior argumento sobre a responsabilidade em uma única proposta, por se tratar de um marco no estudo da inter-relação das dimensões do comportamento social das organizações (GADELHA, 2010) como mostra a Figura 3:

Figura 3: Pirâmide das responsabilidades social corporativas



Fonte: Carroll (1991)

A categoria da responsabilidade filantrópica determina que as organizações devam estar direcionas para a melhoria da sociedade por meio da responsabilidade ética, legal e econômica adicionadas a práticas de filantropia. Nessa dimensão é previsto o engajamento com questões sociais externas a empresa tendo a comunidade como o beneficiário direto (CARROLL, 1991; ETHOS, 2013).

Na categoria da responsabilidade ética é considera os aspectos dos princípios e padrões de comportamento aceitável que é determinado pelos mais variados órgãos interessados como instituições regulamentadoras, grupos de interesse, o público alvo e até a própria organização. A responsabilidade social corporativa exigirá uma análise ética na tomada de decisão, buscando atentar para as consequências diretas das ações, mantendo os direitos e deveres de todos como também o bem estar social e ambiental (FROEMMING; SOUZA, 2009; CARROLL, 1991).

A categoria da responsabilidade legal exige que na missão econômica sejam acrescentados aspectos que respeitem às leis e os regulamentos que sustentam e regulam as organizações. Os consumidores possuem a expectativa que os produtos e/ou serviços oferecidos estejam dentro das normas e padrões aceitáveis de

segurança e qualidade e, ainda regulamentados de acordo com as regras governamentais vigentes (CARROLL, 1991).

A categoria da responsabilidade econômica engloba as obrigações da empresa em ser produtiva e lucrativa, como também atenda às expectativas dos *Stakeholders,* disponibilizando o retorno de todo o investimento direcionado.

Ao analisar esse modelo percebe-se que o formato em forma de pirâmide possibilita uma conotação em que a categoria que está no topo possui maior importância do que a categoria que está na base, sendo que, na realidade, todas as outras categorias dos negócios são derivadas desse pressuposto fundamental (FROEMMING; SOUZA, 2009; CARROLL, 1991).

Ainda sobre as o modelo de Carroll (1979), Heleno (2008) apresenta algumas limitações como, por exemplo, a ausência das demonstrações das influências e sobreposições às categorias; na categoria da filantropia, que possuem natureza voluntária, dificultando a diferença do que é filantrópico e o que é ético e por fim, o modelo demonstra algumas lacunas sobre os critérios que permitem classificar o que seria ações econômicas, éticas e/ou legais.

Em contrapartida Ramalho (2011) defende o modelo afirmando que possui um diferencial em relação a outros modelos, pois abordam questões relacionadas ao consumo e meio ambiente, que são pontos relevantes para o surgimento de novas práticas de consumo socialmente responsável.

Buscando fazer um paralelo entre a Pirâmide do Modelo Tridimensional de Performance Social Corporativa apresentada por Carrol (1991) e os princípios cooperativistas, percebe-se algumas semelhanças. A responsabilidade filantrópica está diretamente ligada à preocupação com a melhoria da comunidade, como por exemplo, o engaje em ações sociais que beneficiem a comunidade e não só a organização. Vale ressalta, ainda que na responsabilidade legal há uma preocupação com o atendimento das expectativas legais e de segurança na oferta dos produtos/serviços, assim, possuindo aderência ao princípio da preocupação com a sociedade.

Outro princípio que possui forte aderência ao modelo é a Educação, formação e informação, pois o modelo busca a conduta ética em suas ações e tomada de decisão. Essas práticas partem da disponibilização de cursos, treinamentos e formação, para os grupos de interesse, acerca da boa conduta social, dos procedimentos legais, entre outros. A participação econômica dos membros

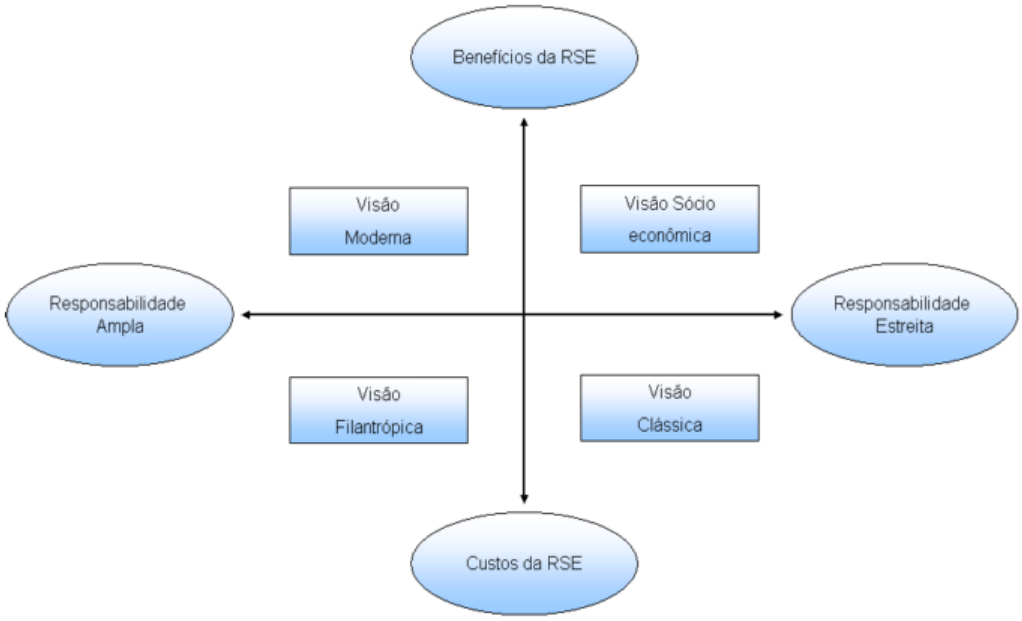
assemelha-se à responsabilidade econômica do modelo, pois a cooperativa, por mais que não vise o lucro, deve-se manter produtiva e atender as expectativas depositadas pelos cooperados.

Para as cooperativas, poderia ser um modelo a ser aplicado, pois se percebe que o modelo busca analisar o ambiente interno e externo das organizações, com o intuito de atender as demandas sociais, considerando os aspectos éticos, sociais e legais que são base das cooperativas.

2.6.2 Modelo Bidimensional de Responsabilidade Social Corporativa de Quazi e O'Brien (2000)

O modelo apresentado por Quazi e O'Brien (2000) tem enfoque na Responsabilidade Social Corporativa, dando ênfase a aspectos e abordagens existentes dentro da RSC. Nesse modelo as percepções são apresentadas em duas dimensões como apresenta a Figura 4:

FIGURA 4 - Modelo Bidimensional da RSC



FONTE: Quazi; O'Brien (2000)

O modelo proposto possui duas dimensões, a Responsabilidade Ampla, quando a organização não se preocupa apenas com suas obrigações econômicas e

a Responsabilidade Estreita, quando a organização possui o enfoque apenas na maximização dos lucros aos acionistas (QUAZI; O'BRIEN, 2000).

A responsabilidade ampla subdivide-se em duas visões: a visão moderna em que as organizações ao aplicarem ações de responsabilidade social, tendem a receber benefícios; na visão filantrópica defende a ideia de que mesmo sem trazer algum benefício, as organizações devem praticar ações de responsabilidade social (HELENO, 2008).

Em se tratando da responsabilidade estreita, Ramalho (2011) afirma que se divide, também, em duas visões, sendo que a visão socioeconômica considera a maximização dos lucros para o acionista, mas em compensação acredita que as ações de responsabilidade social podem ajudar na geração de valor para a organização; já a visão clássica tem um ponto de vista mais fechado em que acredita que as ações de responsabilidade social não devem ser praticadas, pois não trazem nenhuma geração de valor como consequência.

Percebe-se que esse modelo bidimensional foi elabora com o objetivo de testar o grau de RSC nas organizações, buscando abordar tanto as questões éticas e da geração de valor para a organização, como a aplicação das ações socialmente responsáveis, vista nas visões modernas e socioeconômicas, quanto à maximização dos lucros para os acionistas com ou sem retorno algum e por fim às organizações com as práticas socialmente responsáveis.

Em se tratando da relação de aderência desse Modelo Bidimensional de Responsabilidade Social Corporativa de Quazi e O'Brien (2000) com os princípios do Cooperativismo contata-se que as duas visões que o modelo Bidimensional é constituído sugere linhas de pensamentos bastante divergentes. A primeira visão apresenta que as organizações devem praticar a responsabilidade ampla em que as organizações se preocupem, também, com as questões da responsabilidade sociais e filantrópicas, não apenas com as questões econômicas. Assim percebe-se aderência ao princípio do compromisso com a comunidade, como também ao princípio da adesão voluntária, partindo da ideia que essas ações são espontâneas e dependentes da iniciativa de cada organização.

Em contrapartida a segunda visão sugere que as organizações preocupam-se, apenas, com a maximização dos lucros, possuindo uma visão fechada sobre a RSC, considerando-a como forma de geração de custos e despesas desnecessárias

para organização. Concluindo assim, que essa visão afasta-se dos princípios apresentados pelas organizações de autogestão.

Trazendo esse modelo para a realidade das cooperativas, percebe-se a sua inaplicabilidade nas organizações de autogestão, pois por mais que as cooperativas devam garantir o retorno do que foi aplicado a seus cooperados, esse modelo não seria aplicado, por direcionar uma de suas dimensões aos aspectos econômicos, em que busca a garantia do retorno e maximização dos investimentos aos acionistas. O lema do cooperativismo é a garantia do bem estar dos grupos de interesse.

2.7 Indicadores de Responsabilidade Social para Cooperativas

Os indicadores de responsabilidade social corporativa consistem em um guia para grandes organizações analisarem a profundidade de suas ações de RSC. Foi elaborado pelo Instituto Argentino de Responsabilidade Social Empresarial (IARSE) com o intuito de desenvolver e disseminar o conceito de Responsabilidade Social Corporativo (RSC) promovendo o desenvolvimento sustentável a partir de trocas de experiências e informações com organizações.

O IARSE se trata de uma organização privada, sem fins lucrativos em que as atividades desenvolvidas englobam o acompanhamento e orientação às empresas, o desenvolvimento de ferramentas que auxiliam na gestão das organizações, o intercâmbio de informações com quem praticam a RSC, apoio e assistência técnica aos associados que divulgam a RSC em suas localidades, acompanhamento e orientação às organizações que decidem aplicar a RSC, a oferta de treinamentos, cursos, workshops e capacitação para empresários, a realização do prêmio “Ética e responsabilidade Empresarial” (IARSE, 2015).

Os Indicadores de Responsabilidade Social Empresarial têm como objetivo de se dispor como uma ferramenta de aprendizado e avaliação da gestão das empresas em relação as suas práticas socialmente responsáveis, ao monitoramento da gestão, como também a inclusão da RSC no planejamento estratégico da empresa (INSTITUTOATKWHH, 2015).

As cooperativas como sendo organizações presentes no cenário mercadológico tornaram-se alvo do IARSE em que buscou desenvolver indicadores que auxiliares as organizações de autogestão a se enquadrarem, também, na linha de pensamento da RSC. Segundo o Instituto, a RSC enquadra-se nas cooperativas,

como um meio de gestão estratégia que considera as dimensões econômicas, sociais e ambientais das atividades do cotidiano da uma cooperativa, reforçando o compromisso das organizações de autogestão com a comunidade, com os *Stakeholders* e com o ambiente através de atividades éticas (IARSE, 2014).

A partir de então, no ano de 2007 o IARSE juntamente com as cooperativas elétricas de Córdoba adaptou os IRSE e direcionaram para o uso e aplicação, também, para as cooperativas, facilitando, assim o monitoramento e gerenciamento da RSC nesse segmento. A partir de então se tem a aplicação da RSC nas cooperativas (INSTITUTOATKWHH, 2015).

A partir das características intrínsecas das cooperativas como organizações que sempre estão com a preocupação de canalizar alguma benfeitoria para os cooperados, assim como para a sociedade, percebe-se que a RSC já está incluída nessa essência, pois as práticas socialmente responsáveis estão, também, ligadas ao bem estar dos envolvidos.

Assim com essa relação íntima das Cooperativas com a RSC, o IARSE (2014) apresenta algumas vantagens, ao buscarem aplicar e dinamizar as práticas sociais no contexto cooperativista, como demonstra o Quadro a seguir, em que se buscou fazer um paralelo entre os princípios do cooperativismo, as dimensões do Indicador de Responsabilidade Social nas Cooperativas e algumas vantagens de sua aplicação:

Quadro 9 - Princípios, Dimensões e Vantagens da RSC nas Cooperativas

Princípios do Cooperativismo	Dimensões da RSC	Vantagens da Gestão com RSC
Adesão Voluntária	Valores, Transparências e Governança Cooperativa.	Construção de um desenvolvimento social, cultural, econômico mais favorável ao meio ambiente local e global;
Controle Democrático pelos membros	Público Interno	Aumento da participação, liderança e do impacto das organizações na construção de uma sociedade inclusiva, no âmbito do modelo sustentável.
Participação econômica dos membros	Meio Ambiente	Melhor qualidade e a competitividade dos produtos gerados a partir da economia social.
Autonomia e Independência	Fornecedores	Ambiente propício para o desenvolvimento econômico,

Cooperação entre cooperativas	Usuários/Associados	com base no aumento da igualdade de acesso às oportunidades.
Educação, Formação e Informação	Comunidade	
Compromisso com a comunidade	Governos/Sociedade	

FONTE: IARSE (2014)

A partir de análise do Quadro 9, pode-se perceber que os princípios do cooperativismo já possuem grande relação com ações de responsabilidade social, como também estão relacionadas as dimensões do Indicador de Responsabilidade Social da Cooperativas.

Dentro do princípio do controle democrático das cooperativas está o aspecto da transparência em suas ações, para todos os grupos de interesse nas cooperativas, que se trata de um ponto presente entre as dimensões do IRSC. Desenvolver ações que estejam claras e do conhecimento de todos os envolvidos assemelha-se com a dimensão da transparência. Santos (2006) reforça essas semelhanças quando afirma que os princípios do cooperativismo têm se envolvido com os mais variados ramos da economia, e assim alcançando maiores semelhanças e adequações. Assim, as práticas no aspecto social, se tornam mais evidentes quando maior for o envolvimento dos cooperados com os princípios e a com a RSC.

Para o princípio do compromisso com a comunidade, também é notório a presença da RSC, pois o desenvolvimento e o bem estar promovido pela cooperativa que abranger não só o público interno, como também a sociedade no geral, provando de benefícios de práticas que auxiliem no desenvolvimento social.

A partir dessas vantagens, pode se perceber que o IRSC busca dispor vantagens e benefícios para todos os segmentos da sustentabilidade, seja econômico com a canalização do desenvolvimento econômico das cooperativas, as vantagens no âmbito social com foco no público interno e externo (sociedade), e as vantagens ao meio ambiente com as práticas corretas através de programas e ações de responsabilidade social. Reforçando essa ideia, Azapagic (2003) conclui que as organizações estão cada vez mais envolvidas com o debate da RSC, e assim, buscando meios de novas melhorias.

Ainda sobre o indicador, têm-se 7 dimensões que auxiliam na análise da responsabilidade social nas cooperativas e para cada dimensão tem subdivisões que completam essas analises como mostra a Quadro 10:

Quadro 10 - Dimensões e Indicadores da Responsabilidade Social nas Cooperativas

Dimensões	Subdimensões	Indicadores
Valores, Transparência e Governança Cooperativa	Autorregulação do comportamento	▪ Compromissos éticos; ▪ Firmeza da cultura organizacional; ▪ Governança cooperativa; ▪ Renovação dos órgãos diretivos; ▪ Eleição dos órgãos diretivos.
	Relação transparente com a sociedade	▪ Diálogo com as partes interessados; ▪ Relação com os concorrentes; ▪ Balanço social.
Público Interno	Diálogo e Participação	▪ Gestão Participativa; ▪ Relação com os sindicatos.
	Respeito ao indivíduo	▪ Compromisso com o futuro das crianças; ▪ Valorização da diversidade do trabalho
	Trabalho Descente	▪ Política de remuneração, benefícios e carreira; ▪ Cuidados com as condições de saúde e segurança no trabalho; ▪ Compromisso com o desenvolvimento profissional e a empregabilidade; ▪ Preparação para aposentadoria; ▪ Desempenho contra demissões.
Meio Ambiente	Responsabilidades frente às gerações futuras	▪ Compromisso da cooperativa com a melhora ambiental; ▪ Educação e consciência ambiental.
	Gerenciamento dos impactos ambientais	▪ Gerenciamento dos impactos das atividades das cooperativas no meio ambiente ▪ Minimização das entradas e saídas de materiais
Fornecedores	Seleção e Avaliação dos fornecedores	▪ Critérios para seleção e avaliação dos fornecedores; ▪ Trabalho infantil na cadeia produtiva; ▪ Trabalho escravo e/ou negro na cadeia produtiva; ▪ Relações com trabalhadores terceirizados; ▪ Apoio ao desenvolvimento dos fornecedores
Usuários/ Associados	Dimensão social do consumo	▪ Relações responsáveis; ▪ Qualidade do serviço; ▪ Conhecimento e gerenciamento de potenciais danos aos produtos ou serviços.
Comunidade	Relação com a comunidade local	▪ Gerenciamento do impacto da cooperativa na comunidade local; ▪ Relacionamento com as organizações locais.
	Ação social	▪ Financiamento da ação social; ▪ Compromisso com a ação social.
Governos/ Sociedade	Transparência Política	▪ Papel das cooperativas em campanhas político-partidárias; ▪ Prática de corrupção e propina

	Liderança Social	▪ Liderança e influência social; ▪ Participação em projetos sociais e governamentais; ▪ Apoiar a consolidação do conceito e da prática da responsabilidade social

FONTE: IARSE (2014)

Um dos fatores de decisão para escolha desse indicador como diretriz para a pesquisa foi a abrangência das dimensões abordadas, que para se analisar as práticas desenvolvidas pela cooperativa, usa-se dimensões com enfoque no meio interno das cooperativas, como também ambiente externo. Ramos (2011) afirma que as cooperativas, assim como as organizações mercantis passam por modificações na sua estrutura como consequência do mercado acirrado e inconstante, assim adequações em sua gestão como também nos parâmetros para medição de suas práticas.

Outra questão decisiva para escolha desse indicador é a atenção dada ao consumo, como também ao processo de pós venda, a partir do instante que se busca mensurar a qualidade do produto ou serviço prestado, como também possíveis danos do produto ao consumidor.

Essas dimensões igualam as cooperativas como organizações presentes no mercado, que por mais que possuam benefícios e características diferenciados, possuem aspectos equivalentes as organizações mercantis, seja no seu gerenciamento, imagem, práticas sustentáveis, entre outros.

CAPÍTULO 3 PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS

Neste capítulo busca-se apresentar a metodologia da pesquisa e as particularidades do processo de pesquisa, com o objetivo de dispor as informações necessárias para proposta de estudo. São apresentadas as características e classificação da pesquisa, definindo o instrumento de coleta, análise e tratamento dos dados, o sujeito da pesquisa e a metodologia a ser aplicada.

3.1 Natureza e Caracterização da Pesquisa

Considerando a classificação proposta por Vergara (2004), a pesquisa é dividida quanto aos fins (exploratória, descritiva, explicativa, metodológica, aplicada e intervencionista) e quanto aos meios (pesquisa de campo, pesquisa de laboratório, documental, bibliográfica, experimental, participante, pesquisa-ação e estudo de caso).

Assim, quanto aos fins, a presente pesquisa é caracterizada como sendo exploratória baseada no método de pesquisa descritiva, pelo fato de analisar a Responsabilidade Social Corporativa nas Cooperativas de saúde da Paraíba. Quanto ao meio será uma pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo.

Fez-se a necessidade de visitação às cooperativas de saúde, a fim de que buscasse entender e ter maior contato com o cenário em foco. Para Lakatos e Marconi (1986) a pesquisa de campo tem como principal objetivo a aquisição de dados sobre o objeto de estudo em que se buscam respostas à questão problema, ou até a descoberta de outros fenômenos.

É considerada uma pesquisa bibliográfica pelo fato de que no primeiro momento a pesquisa foi sistematizada com base em materiais publicados em *journal*, livros, portais de pesquisa e periódicos, ou seja, materiais que estão acessíveis ao público. Os bancos de dados utilizados para as pesquisas foram o *Web of Knowledge, Science Direct,* Biblioteca Digital de Teses e Dissertações de algumas instituições como o da UFPB, USP e UFRGS, entre outras.

É caracterizada como descritiva por buscar melhor entendimento das características da responsabilidade social nas cooperativas, sem que os dados coletados, analisados e interpretados sofram alguma alteração por parte do

pesquisador, pois o principal foco da pesquisa descritiva é a identificação das características reais de um determinado público (GIL, 1999).

Para Gil (1991), a pesquisa exploratória tem como objetivo de desenvolver, estabelecer e transformar ideias e conceitos, com intuito de elaboração de problemas mais concisos ou hipóteses pesquisáveis para futuros estudos.

Em se tratando da natureza dos dados, optou-se pela abordagem quali-quantitativa, com o intuito de ter maior interpretação e contextualização e assim conseguir um contexto mais amplo dos dados.

Silverman (2009) justifica o diferencial da pesquisa qualitativa pelo seu ponto forte, a qual a pesquisa usa dados que ocorrem naturalmente para encontrar as sequências (“como”) em que os significados dos participantes (“o que”) são exibidos e, assim, estabelecer o caráter de algum fenômeno. Os dados qualitativos são mais sutis, exigindo maior subjetividade na análise do problema em questão. Na abordagem quantitativa, para a coleta e tratamento dos dados, foi utilizada técnica estatística que auxiliasse na exatidão da análise. Para Richardson et al. (1999) a abordagem quantitativa, inicialmente, demonstra a intenção da precisão dos resultados das análises, evitando, assim, desvios e distorções de interpretação.

3.2 Amostra e Sujeitos da Pesquisa

Sobre os sujeitos da pesquisa, como forma de coletar dados importantes para o alcance dos objetivos da pesquisa foram entrevistados alguns *stakeholders* das cooperativas, entre eles estavam os diretores das cooperativas, os cooperados e funcionários, ou seja, as pessoas que estavam em contato direto com a gestão e os processos da cooperativa.

Já a amostra utilizada foram 108 respondentes dos mais variados segmentos da cooperativa de saúde como, por exemplo, cooperativas dos pediatras, cooperativas dos ortopedistas e traumatologistas, cooperativas os intervencionistas, cooperativas de prestação de assistência médica e cooperativas dos fisioterapeutas distribuídas em vários pontos do Estado da Paraíba como João Pessoa, Campina Grande, Guarabira e Patos, a fim de coletar informações mais precisas.

Como forma de garantir maior certeza do tamanho da amostra, foi utilizada como fonte a tabela determinante do tamanho da amostra e assim, fornecer o tamanho ideal que satisfizesse a pesquisa, como exposto na Tabela 2:

Tabela 2 - Determinante do Tamanho da Amostra

POPULAÇÃO	ERRO AMOSTRAL = +/- 3%		ERRO AMOSTRAL = +/- 5%		AMOSTRAL = +/- 10%	
	SPLIT 50/50	SPLIT 80/20	SPLIT 50/50	SPLIT 80/20	SPLIT 50/50	SPLIT 80/20
100	92	87	80	71	49	38
250	203	183	152	124	70	49
500	341	289	217	165	81	55
750	441	358	254	185	85	57
1.000	516	406	278	198	88	58
2.500	748	537	333	224	93	60
5.000	880	601	357	234	94	61
10.000	964	639	370	240	95	61
25.000	1.023	665	378	243	96	61

FONTE: SEBRAE (2013)

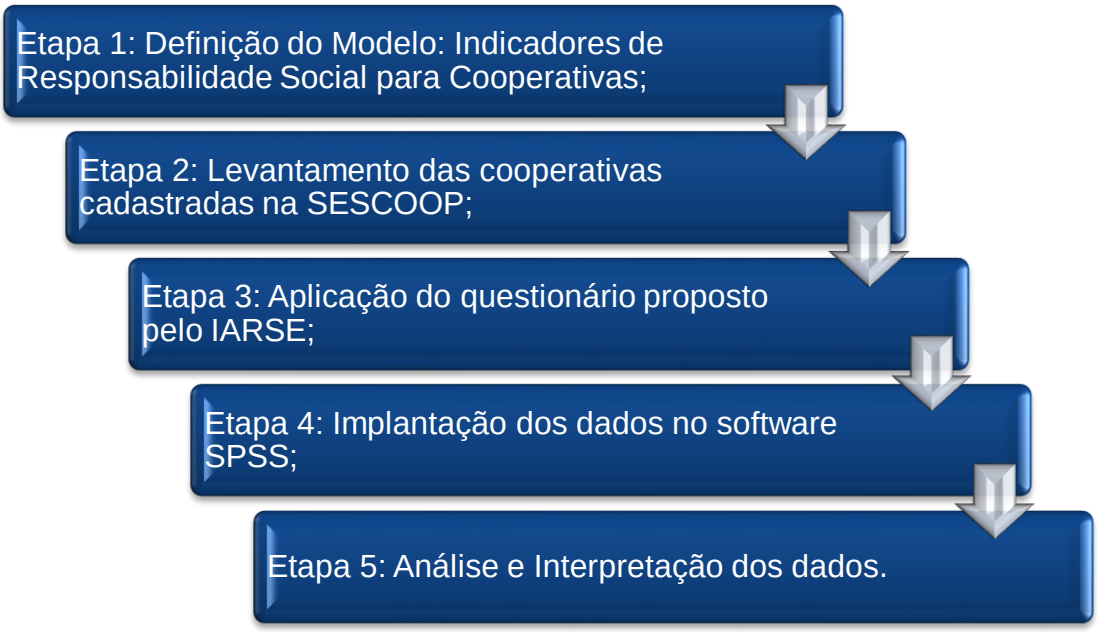
Para uma população de 5000, sua necessidade é de 94 respondentes. Para tanto, utilizou-se um erro amostral de +/- 10% para uma população em média de 3921 cooperados e colaboradores, adquirindo 108 respondentes, assim garantindo maior confiabilidade estatística da amostra.

3.3 Coleta de Dados

A coleta de dados foi desenvolvida a partir de constantes visitas às cooperativas para a aplicação do instrumento de pesquisa, o questionário elaborado pelo Instituto Argentino de Responsabilidade Social Empresarial.

A Figura 5 demonstra resumidamente como foi desenvolvida a pesquisa:

FIGURA 5 - Etapas do Desenvolvimento da Pesquisa



FONTE: Elaboração Própria (2015)

O desenvolvimento da pesquisa se sucedeu com a realização de cada etapa, delineada abaixo:

- Etapa 1 – Definição Modelo: Indicadores de Responsabilidade Social para Cooperativas – a definição dessa ferramenta deu-se por abranger indicadores não abordados por outras ferramentas, sendo assim melhor aplicado às cooperativas;
- Etapa 2 – Levantamento das cooperativas – deu-se a partir da busca pela localização e dos representantes das cooperativas junto a SESCOOP;
- Etapa 3 – Aplicação do questionário proposto pelo IARSE – iniciou-se com inúmeras visitas as cooperativas e a realização da pesquisa se deu a partir da possibilidade de acesso aos possíveis respondentes;
- Etapa 4 – Tabulação e Implantação dos dados coletados no software SPSS;
- Etapa 5 – Análise e Interpretação dos dados – utilizou-se o Teste de Mann-Whitney (Teste U) como método de auxílio à interpretação dos dados coletados.

3.4 Instrumento de Coleta

O instrumento de pesquisa consistiu em um questionário específico proposto pelo IARSC para o Indicador de Responsabilidade para Cooperativas. O questionário é composto por 187 sentenças, em que o respondente tem a possibilidade de afirmar ou negar a presença do aspecto em foco. As questões estão divididas em 7 dimensões: Valores transparências e Governança Cooperativa, Público Interno; Meio ambiente; Fornecedores; Usuários e Associados; Comunidade; Governo e Sociedade.

A primeira dimensão trata dos Valores, Transparência e Governança Cooperativa. Os aspectos abordados nessa dimensão auxiliam as cooperativas a terem práticas que melhor auxiliam no seu desempenho diante de um mercado bastante exigente, competitivo e concorrente. Essa dimensão aborda os aspetos relacionados à segurança da cultura organizacional, compromissos éticos, governança, as eleições dos órgãos diretivos, o balanço social, respeito e preocupação com indivíduo, entre outros.

A segunda dimensão trata do Público Interno que está relacionada à gestão participativa, o relacionamento com os sindicatos, valorização da diversidade, condições de trabalho, preparação para a aposentadoria, entre outros.

Dentro da terceira dimensão, Meio Ambiente, há questões relacionadas ao desenvolvimento sustentável, educação e conscientização ambiental, sobre os impactos das ações desempenhadas pelas cooperativas, desperdícios e exageros de materiais.

Na dimensão sobre Fornecedores é tratado de questões de grande valia para o suprimento das cooperativas, como por exemplo, os critérios de seleção e avaliação dos fornecedores, questões sobre o trabalho escravo e o trabalho infantil dentro da cadeia de suprimento, a disposição de programas de desenvolvimento de fornecedores e sobre o relacionamento com os trabalhadores terceirizados.

A quinta dimensão envolve as práticas de responsabilidade social para com os usuários e cooperados. As questões que são tratadas nessa dimensão estão relacionadas à qualidade do serviço prestado, a comunicação e informação entre os usuários e cooperados, como também o gerenciamento e conhecimento dos danos dos serviços prestados.

Os aspectos abordados na dimensão sobre a comunidade giram em torno da relação Cooperativa *versus* Comunidade, do relacionamento com os órgãos locais, financiamento e compromisso com a ação social.

E por fim, na dimensão sobre Governo e Sociedade têm os aspectos referentes às questões de transparência política, as práticas do antirroubo e suborno, liderança e influência social, participação em projetos sociais e governamentais e em relação à disseminação do conceito de RS.

3.5 Ambiente da Pesquisa

O ambiente da pesquisa foram as cooperativas do ramo de saúde no Estado da Paraíba, que estivessem cadastradas na SESCOOP-PB (Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo do Estado da Paraíba) que se trata do órgão regulamentador das cooperativas no Estado da Paraíba. A seleção das cooperativas se deu por oportunidades de acesso aos gestores.

3.6 Tratamento e Análise dos Dados

Para a análise comparativa dos dados utilizou-se o teste estatístico não paramétrico de Mann-Whitney (Teste U), em que foi adotado o nível de significância de 5% (α=0,05) cujo processamento dos dados se deu com o auxílio do pacote estatístico Statistical Package for the Social Sciences – SPSS.

A metodologia constou de etapas que auxiliaram a análise dos dados e o alcance do objetivo final da pesquisa.

O Teste de Mann-Whitney foi aplicado com o intuito de verificar se há diferenças significativas no número de respostas “SIM” e “NÃO” para o bloco de questões relativas a uma dimensão da RSC, como por exemplo, Meio Ambiente, Público Interno, Fornecedores, Usuários e Cooperados, Governo e Sociedade, Comunidade e Valores, Transparência e Governança Cooperativa e assim, identificar as dimensões que diferenciavam entre si, quando comparadas as respostas como, por exemplo, a comparação elaborada entre as respostas Sim e Não de cada dimensão.

O teste de Mann-Whitney pode ser utilizado para testar hipóteses de que duas populações têm a mesma distribuição, sendo que a única exigência do teste é de que as observações devam ser feitas em escala ordinal (VIEIRA, 2004).

Callegari-Jacques (2004) acrescenta, ainda, o teste tem como objetivo de comparar duas amostras, não pareadas, de distribuição não normal e escala numérica ordinal, intervalar ou razão.

Como forma de operacionalizar a pesquisa, organizaram-se as hipóteses a serem testadas da seguinte forma:

- H_0– O número de cooperativas que marcaram “SIM” é igual ao número de cooperativas que marcaram “NÃO”;
- H_1 – O número de cooperativas que marcaram “SIM” é diferente do número de cooperativas que marcaram “NÃO”.

Assim, entende-se que os respondentes que marcaram “SIM” concordam que a cooperativa possui a característica expressa no item do questionário e os respondentes que marcaram “NÃO” concordam que a cooperativa não possui a devida característica expressa no item.

Para a exposição dos resultados foi-se utilizado o gráfico de blocos pelo fato de se tratar de uma forma mais dinâmica de apresentação dos dados e uma melhor forma de demonstrar as quantidades de respostas “Sim” e “Não” obtidas com a pesquisa.

3.7 Análise Agrupada de Dados por Dimensão (Contribuição ao Modelo do IARSE)

Como o instrumento de pesquisa proposto pelo o IARSC para a pesquisa sobre a RSC em cooperativas é bastante completo e abrange inúmeros aspectos relevantes à RSC tornando-o, assim, extenso, buscou-se elaborar a análise comparativa dos dados dimensão por dimensão, unindo todos os aspectos tratados, contudo, dispondo de resultado geral de cada dimensão.

Porém, para a análise sistemática desse modelo foi elaborada comparações, com o auxílio do Teste do Mann-Whitney, de duas formas: no primeiro momento foi feito uma comparação de cada dimensão do modelo, tendo com o objetivo de analisar o nível de significância individual e assim, ter a possibilidade da afirmação

ou não de qual das dimensões aproximariam as cooperativas de possuírem práticas consideradas socialmente responsáveis.

No segundo momento da análise, foi elaborada a comparação de forma global, utilizando a junção de todos os dados das dimensões com o intuito de ter uma visão geral da RSC nas cooperativas, e assim, buscando a confirmação da análise feita de forma individual.

CAPÍTULO 4 - ANÁLISE, RESULTADOS E DISCUSSÕES DA PESQUISA

Este capítulo versa sobre a análise e das discussões dos resultados obtidos na pesquisa após serem tratados.

A análise partiu do pressuposto que quanto maior o número de respostas indicando que as cooperativas de saúde possuem características de Responsabilidade Social, mais próxima as cooperativas de saúde estarão do status de "Socialmente Responsáveis". Considerando esse raciocínio, entende-se que uma forma de julgar o objeto de investigação usando um critério estatístico é verificar se o número de respostas "Sim", que possuem a característica, é significativamente diferente do número de respostas "Não", não possuem a característica. Se essa diferença for significativa, então a existência do conjunto de características investigadas de Responsabilidade Social não decorre apenas de aleatoriedades, ou seja, alternância natural dessas características dentro da dimensão pesquisada.

4.1 - Dimensão Valores, Transparência E Governança Cooperativa

Figura 6 - Valores, Transparência e Governança Cooperativa.

Resumo de Teste de Hipótese

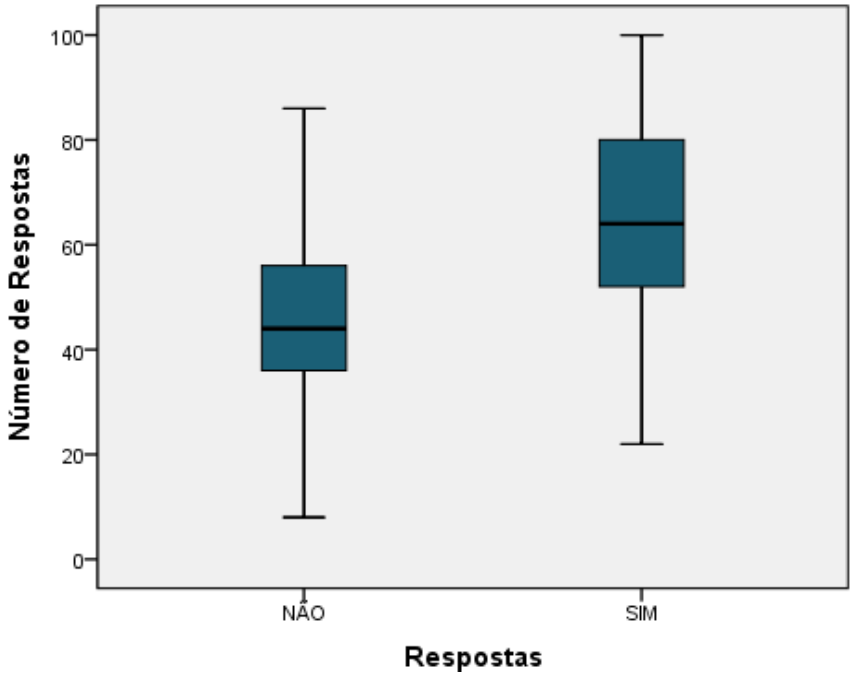
	Hipótese nula	Teste	Sig.	Decisão
1	A distribuição de Número de Respostas é a mesma entre as categorias de Respostas.	Teste U de Mann-Whitney de amostras independentes	,000	Rejeitar a hipótese nula.

São exibidas significâncias assintóticas. O nível de significância é ,05.

FONTE: Elaboração Própria (2015)

Dado que o Valor-P do Teste U foi menor que o nível de significância, rejeita-se a hipótese nula de que o número de respostas “SIM” é igual ao número de respostas “NÃO”. Logo a dimensão que trata de Valores, Transparência e Governança Cooperativa possui diferença significativa entre as respostas “SIM” e “NÃO”.

Gráfico 2 - Valores, Transparência e Governança Cooperativa



FONTE: Elaboração Própria (2015)

O Gráfico2 expõe que os respondentes que optaram pela resposta SIM são maioria, podendo afirmar que a partir da dimensão sobre Valores, Transparência e Governança Cooperativa as cooperativas de saúde da Paraíba possuem práticas que as aproximam do status de cooperativas socialmente responsáveis.

Vale ressaltar, que a partir da análise dos dados perceberam-se casos atípicos, ou seja, que destoaram da maioria das respostas, em que dos 108 respondentes 92% confirmam a existência de reuniões, boletins informativos, e-mail, entre outros, como forma de informar e facilitar a participação nas decisões da cooperativa.

Em se tratando dos Valores que as cooperativas devem buscar, Vergara, Silva e Gomes (2003) afirmam que os valores das organizações podem constituir uma fonte de aprendizagem organizacional, fazendo com que haja uma concretização de boas práticas entre os membros das organizações e assim repercutindo, por sua vez, em práticas socialmente responsáveis. Ou seja, a partir do instante que a consciência de práticas responsáveis é unida aos valores organizacionais, a cooperativa passa a alcançar uma proximidade do status de socialmente responsável.

Acrescentando a essa ideia Tamayo (2007) corroboram no aspecto de que os valores exercem importante influência por se tratar de um grande canalizador de aspectos motivacionais dos grupos de interesse, no ambiente de trabalho, pelo fato de atender as exigências dos indivíduos, como também as necessidades para o alcance dos objetivos organizacionais.

A transparência é tida como um dos aspectos relevantes para o princípio da participação democrática dos membros, pois com o sistema de autogestão, as cooperativas precisam ter relações confiáveis, com troca de informações completas e acessíveis a todos os grupos de interesse. O clima amigável e de confiança presente nas organizações derivam de uma comunicação clara no ambiente interno e externo, a partir de que todas as práticas, não se restringindo apenas as práticas econômico-financeiras, direcionem-se à criação de valor para a organização (OLIVEIRA, et. al., 2014).

Buscando uma definição para o que seria a transparência dentro das organizações, identificaram-se algumas possibilidades de definição e até de aplicação do termo. A Organização de Cooperação para o Desenvolvimento Econômico (OEDC, 2014) define a transparência no âmbito da gestão pública, como sendo a ponte vital para o fortalecimento da relação do poder público com o cidadão através de informações claras e objetivas. Essa definição podendo ser aplicada, também, no âmbito das organizações de autogestão em que as ações realizadas de forma transparente ajudam na concretização das relações de confiança entre a cooperativa e os grupos de interesse.

O termo Governança pode ser passível de inúmeras interpretações direcionando para o âmbito cooperativista, Ventura et al. (2008) definem como sendo um conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos cooperados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo sua continuidade e os princípios do cooperativismo.

Com base no exposto, percebe-se a importância dos aspectos abordados nessa dimensão para as cooperativas, que a partir da prática e/ou inclusão delas se tem maior proximidade com o status de Cooperativa Socialmente Responsável. Assim pode-se afirmar que com base nos aspectos de Valores, Transparência e Governança Cooperativa as cooperativas de saúde do Estado da Paraíba possuem características de uma organização com Responsabilidade Social.

4.2. Dimensão Público Interno

Figura 7 - Público Interno

Resumo de Teste de Hipótese

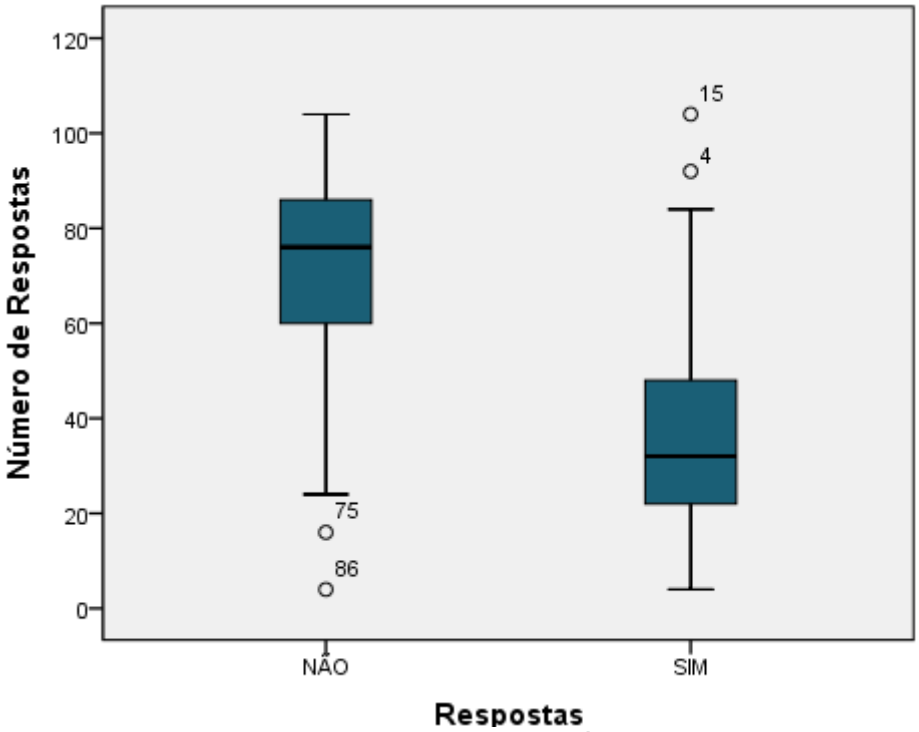
	Hipótese nula	Teste	Sig.	Decisão
1	A distribuição de Número de Respostas é a mesma entre as categorias de Respostas.	Teste U de Mann-Whitney de amostras independentes	,000	Rejeitar a hipótese nula.

São exibidas significâncias assintóticas. O nível de significância é ,05.

FONTE: Elaboração Própria (2015)

O resumo de Teste de Hipótese demonstra que o Valor-P do teste da dimensão sobre o Público Interno é menor de que o nível de significância (α=0,05). Assim rejeitando-se a hipótese nula de que o número de respondentes que marcaram “SIM” é igual ao número de respondentes que marcaram “NÃO”. Concluindo essa dimensão possui diferença significativa entre as respostas.

Gráfico 3 - Público Interno



FONTE: Elaboração Própria (2015)

Partindo do pressuposto de quanto mais respostas “SIM” as cooperativas de saúde se aproximam do status de responsáveis socialmente, essa dimensão as

afasta, pois houve mais respostas negativas. A partir das respostas “NÃO,” demonstradas pelo gráfico de bloco, tem-se a conclusão de que com base na dimensão sobre Público Interno, as cooperativas de saúde não se enquadram no status de Cooperativas Socialmente Responsáveis.

Tratando-se dos casos atípicos dessa dimensão, 96% responderam “SIM” para uma questão sobre o respeito da diversidade que possui o foco na adaptação da estrutura para os portadores de necessidades especiais (PNE’s), demonstrando a preocupação das cooperativas de saúde com a inclusão dos PNE’s.

Para as respostas “NÃO” houve, também, alguns casos atípicos, como por exemplo, em relação à existência de programas de prevenção e tratamento de dependência alcoólica ou de drogas realizada pela cooperativa em que 96%dos respondentes afirmaram a “NÃO” existência. Em relação à possibilidade de redução da carga horária ou trabalho em casa para os funcionários com filhos pequenos, a quantidade de formação oferecida aos envolvidos, preparação e preocupações com a aposentadoria, troca de experiências e a busca de informação sobre a prevenção e redução do impacto na redução do pessoal, em média 92% afirmou a não existência dessas práticas.

Outro caso atípico foi em relação à inclusão de programa de erradicação do analfabetismo em que foi percebido que dos 108 respondentes 92% afirmou na Não existência de programas na área. Em compensação, esse fato pode ser justificado pela desnecessidade de tal programa, visto que, para a atuação em cooperativas de saúde há a necessidade de apresentação de conhecimentos e formações específicas à saúde.

Segundo Martins (2006) o público interno é o principal *stakeholders* e que a partir do instante que se busca a implantação de boas práticas para com essa dimensão, essas intenções refletem em todos os outros grupos de interesse. Como consequência de boas ações no âmbito da Responsabilidade social, elas usufruem da maior possibilidade de estabelecer bons relacionamentos com parceiros de grande importância, atrair colaboradores mais bem qualificados e capacitados, como também de aumentar a confiabilidade do público interno para com a organização (BRANCO; RODRIGUES, 2006).

A organização que busca ter maior preocupação com o público interno vai além da obrigação, seja do cumprimento das leis trabalhistas, da observação das condições de trabalho e saúde, por sua vez, praticam essas ações por acreditarem

que possam construir um ambiente melhor e de uma sociedade mais justa (DORNELAS, 2005). Bueno e Seo (2009) em seus estudos sobre a importância do público interno na responsabilidade social constataram que as práticas que valorizam a diversidade dos seus colaboradores contribuem para uma melhor condição de empregabilidade, reflexão ética e o desenvolvimento profissional.

Assim como para as empresas convencionais, o público interno se trata, também, de um dos fatores chaves para o bom desempenho das cooperativas, a partir do instante que há uma preocupação com a eficiente troca de informação para com todos os cooperados, melhores condições de trabalho para que todos envolvidos desempenhem suas atribuições, respeitar o indivíduo e a diversidade. Os aspectos que estão sendo esquecidos pelas cooperativas de saúde, estão afastando-as da possibilidade de que a partir dessa dimensão as cooperativas possam ser consideradas como Cooperativas Socialmente Responsáveis.

4.3. Dimensão Meio Ambiente

Figura 8 - Meio Ambiente

Resumo de Teste de Hipótese

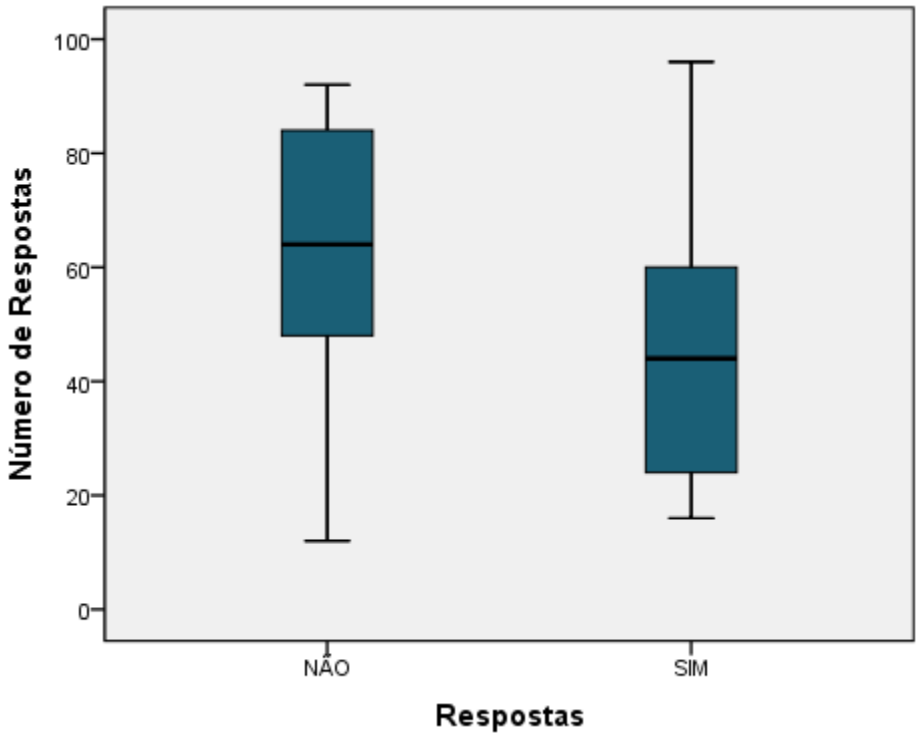
	Hipótese nula	Teste	Sig.	Decisão
1	A distribuição de Número de Respostas é a mesma entre as categorias de Respostas.	Teste U de Mann-Whitney de amostras independentes	,008	Rejeitar a hipótese nula.

São exibidas significâncias assintóticas. O nível de significância é ,05.

FONTE: Elaboração Própria (2015)

Como Valor-P do Teste U foi abaixo do valor de significância (0,05) se rejeita a hipótese nula de que o número de Respondentes “SIM” é a mesma do número de respondentes “NÃO” para essa dimensão.

Gráfico 4 - Meio Ambiente



FONTE: Elaboração Própria (2015)

A partir do Gráfico 4 pode-se atestar que a maioria dos respondentes afirmam que as cooperativas de saúde não possuem prática de responsabilidade social relacionadas ao meio ambiente. Percebe-se que pela extensão dos blocos houve considerável variação nas respostas, fato que se chama atenção, pois diante de um mercado tão exigente e consciente as cooperativas ainda resistem na atuação sem possuir uma visão ambiental mais apurada.

A representatividade das cooperativas de saúde vai de encontro ao que é buscado atualmente pelas organizações de um modo geral, pois grandes campanhas de conscientização para aplicação de medidas socioambientais estão no cenário, contradizendo com o que é realizado pelas cooperativas.

A não absorção de práticas relacionadas ao meio ambiente pode resultar em barreiras de mercado para as organizações, visto que conceitos relacionados ao meio ambiente e responsabilidade social estão sendo bastante explorados pelas empresas, buscando atender a parcela de mercado consciente. Leão e Lima (2013) acrescentam que a presença desses conceitos no âmbito organizacional pode trazer considerável contribuição para a vantagem competitiva de mercado.

Como dentre os aspectos relacionado a esse indicador há a preocupação com as consequências e resultado das ações das cooperativas fazendo-se

necessário citar sobre a Política Nacional do Meio Ambiente que engloba a Política Nacional dos Resíduos Sólidos. Como algumas das cooperativas pesquisadas atuam com prestação de serviços médicos, há a necessidade de destinação correta dos resíduos no pós-consumo.

Segundo o portal do Ministério do Meio Ambiente (2014) a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) contém parâmetros que permite o avanço no tocante aos principais problemas ambientais, sociais e econômicos decorrentes do manejo inadequado dos resíduos sólidos. Esses parâmetros ajudam na criação de hábitos de consumo sustentável e instrumentos de que proporcionem a reciclagem, reutilização e a destinação adequada aos resíduos. Busca-se, também, a eliminação dos lixões através da elaboração de seus Planos de Gerencialmente de Resíduos Sólidos.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) foi instituída pela Lei 12.305 como exposto no Quadro resumo abaixo:

Quadro 11 - Responsabilidade da Lei 12.305 sobre PNRS

Dispõe sobre	Destina-se	Sobre quem	Sujeitos à Lei
Princípios, objetivos, instrumentos e diretrizes.	Gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos.	Geradores de resíduos sólidos, poderes públicos e aos instrumentos econômicos aplicáveis.	- Pessoa física ou jurídica de Direito Público e/ou Privado; - Responsáveis direta ou indiretamente pela geração de resíduos; - Pessoas que desenvolvam ações relacionadas à gestão e gerenciamento de resíduos.

FONTE: (MMA, 2015)

Assim, nota-se que a maior porcentagem das cooperativas não possui uma política de Gestão do Meio Ambiente, deixando de atender a um grande requisito que é esperado que seja aplicado pelas organizações, afastando-as do status de cooperativa socialmente responsável.

4.4 Dimensão Fornecedores

Figura 9 - Fornecedores

Resumo de Teste de Hipótese

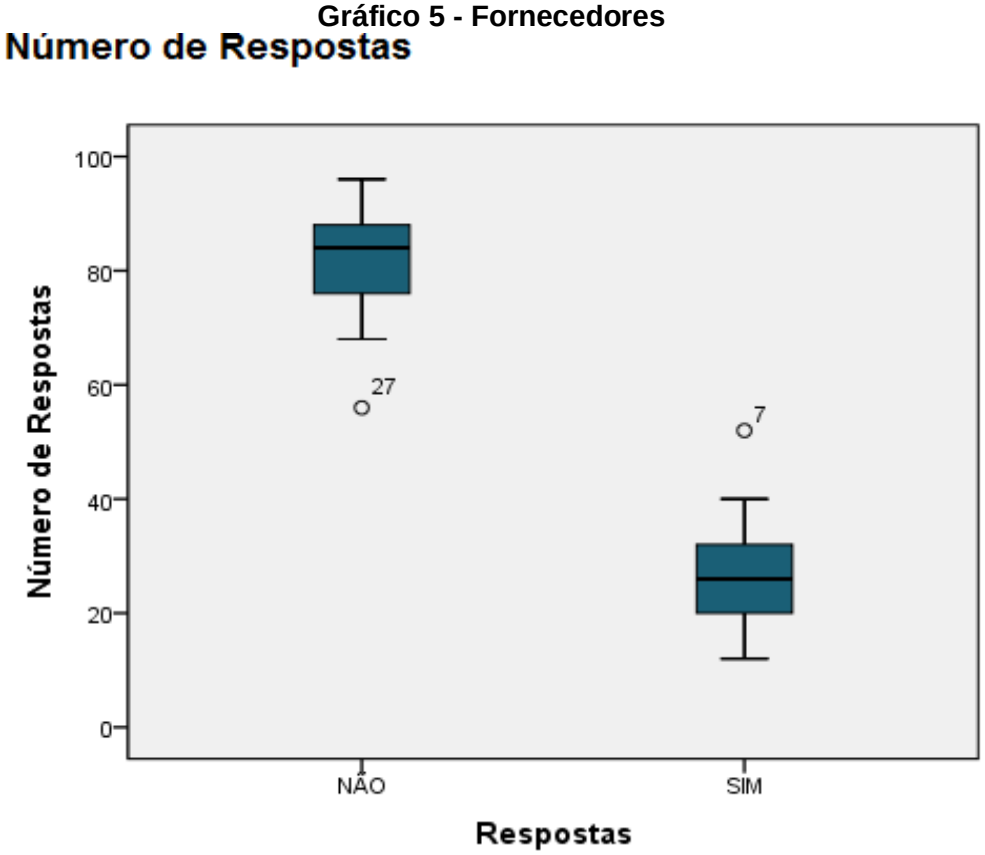
	Hipótese nula	Teste	Sig.	Decisão
1	A distribuição de Número de Respostas é a mesma entre as categorias de Respostas.	Teste U de Mann-Whitney de amostras independentes	,000	Rejeitar a hipótese nula.

São exibidas significâncias assintóticas. O nível de significância é ,05.

FONTE: Elaboração Própria (2015)

Com base no resultado do Teste U, o valor-P foi muito abaixo do valor de significância, assim, rejeita-se a hipótese de que o número de respondentes que possuem práticas de responsabilidade social em relação às práticas aplicadas com os fornecedores é igual ao número de respondentes que marcaram “NÃO”;

Gráfico 5 - Fornecedores



FONTE: Elaboração Própria (2015)

Como se pode observar no Gráfico 5 há pouca variedade na quantidade de respostas demonstrada pelo alto índice dos blocos, em que prevaleceu o “NÃO”, possibilitando o entendimento que as cooperativas não possuem práticas de Responsabilidade Social direcionadas aos fornecedores.

Dentre os aspectos abordados nessa dimensão, o processo de seleção dos fornecedores é uma questão-chave para as organizações, no dia de hoje. Para o bom desempenho das organizações é necessário que se busque atribuir critérios rígidos. Fornecedores que possuem práticas socialmente responsáveis, processos éticos, respeito aos seus funcionários e critérios na aquisição da matéria-prima tendem a prestar serviços com melhor confiabilidade, buscando sempre estabelecer maior relação de intimidade com as organizações foco.

Para que uma organização possa dispor de um produto ou serviço que possa atender a satisfação do cliente é necessário estabelecer uma relação de alto nível de solidez com os fornecedores e de caráter mutuamente benéfico (SANTOS, et at., 2010). Assim sendo, as cooperativas deve estabelecer, também, esse vínculo, buscando os melhores fornecedores de materiais que possibilitem a melhor prestação do serviço de saúde, tendo como resultado dessa parceria a melhoria nos resultados.

Vale ressaltar, ainda, que as cooperativas devem ter maior preocupação com o quesito fornecedor, por dois motivos: Primeiro: na filosofia do cooperativismo têm-se o ideal da Intercooperação, em que as cooperativas devem buscar maior relação com todos os grupos de interesse, buscando o desenvolvimento comum. Assim cabem, também, as cooperativas a conscientização dos fornecedores na aplicação de ações socialmente responsáveis; Segundo, pelo fato de algumas cooperativas atuarem com prestação de serviços médicos, tendo contato direto com o cuidado, manutenção e prevenção da vida humana, há a necessidade de maior conhecimento dos seus fornecedores no tocante à qualidade e origem dos produtos fornecidos, sempre prezando pelo melhor serviço possível.

A ausência dessas questões pode ser percebida no Gráfico 5 em que os respondentes afirmam que a maioria das cooperativas não possui critérios de responsabilidade social para com os fornecedores, podendo assim, afirmar que com base na dimensão dos fornecedores, as cooperativas de saúde não se aproximam do status de Cooperativas Socialmente Responsável.

4.5 Dimensão Usuários e Cooperados

Figura 10 - Usuários e Cooperados

Resumo de Teste de Hipótese

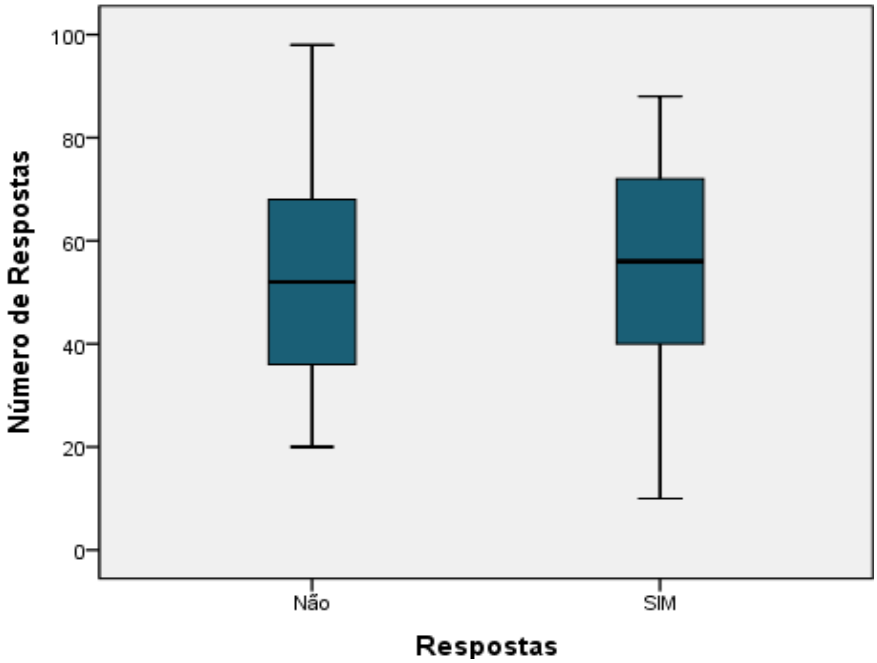
	Hipótese nula	Teste	Sig.	Decisão
1	A distribuição de Número de Respostas é a mesma entre as categorias de Respostas.	Teste U de Mann-Whitney de amostras independentes	,138	Reter a hipótese nula.

São exibidas significâncias assintóticas. O nível de significância é ,05.

FONTE: Elaboração Própria (2015)

Como demonstrado na Figura 10, o Valor-P é superior ao nível de significância, aceitando a hipótese nula de que para a dimensão sobre usuários e cooperados o número de respondentes que marcaram “SIM” é igual ao número de respondentes que marcaram “NÃO”.

Gráfico 6 - Usuários e Cooperados



FONTE: Elaboração Própria (2015)

A partir do Gráfico 6, nota-se que houve pequena variação no número de respostas, como também houve uma equiparação entre os respondentes do “SIM” e do “NÃO”. Tendo como ideia de que a análise das respostas é elaborada a partir de que quanto maior o número de respostas que indicam a existência das

características de responsabilidade social da dimensão em questão, mais próximo estará as cooperativas de saúde do status de “Socialmente Responsável”. Sendo que, nessa dimensão a diferença entre as opções de resposta não foi tão consistente a ponto de permitir a possibilidade de aproximação ao status de cooperativa socialmente responsável.

A dimensão, Usuários e Cooperados, envolvem as questões de responsabilidade social relacionada, primeiro, aos usuários que se trata da parcela do grupo de interesse que se beneficiam com a prestação dos serviços de saúde em geral, ou seja, o cliente final. E Segundo lugar tem-se os cooperados que são a parcela do grupo de interesse que desempenham as ações designadas às cooperativas de saúde, como também, acredita-se que seja um dos mais interessados no bom desempenho das organizações de autogestão. Em alguns casos, a participação dessa parcela do grupo de interesse se confunde, pois em alguns casos, o usuário é o próprio cooperado, assim questionando-se o porquê da equiparação das respostas.

Alguns aspetos em relação aos usuários e cooperados são observados em relação à gestão e posse, como explica Costa (2007) que os proprietários das cooperativas correspondem aos membros associados a ela e que possuem deveres e direitos de propriedade sobre essa organização coletiva; outro aspecto é que as ações aplicadas pelas cooperativas são resultado do nível de esforço coletivos dos seus cooperados. Percebe-se assim que ações de RS não estão sendo aplicadas pelos cooperados em benefício próprio.

A partir dos dados analisados nessa dimensão, não se pode considerar que as cooperativas de saúde não se aproximam do status de cooperativas socialmente responsáveis, pela não realização de práticas de responsabilidade social direcionadas aos Usuários e Cooperados.

4.6 Dimensão Comunidade

Figura 11 - Comunidade

Resumo de Teste de Hipótese

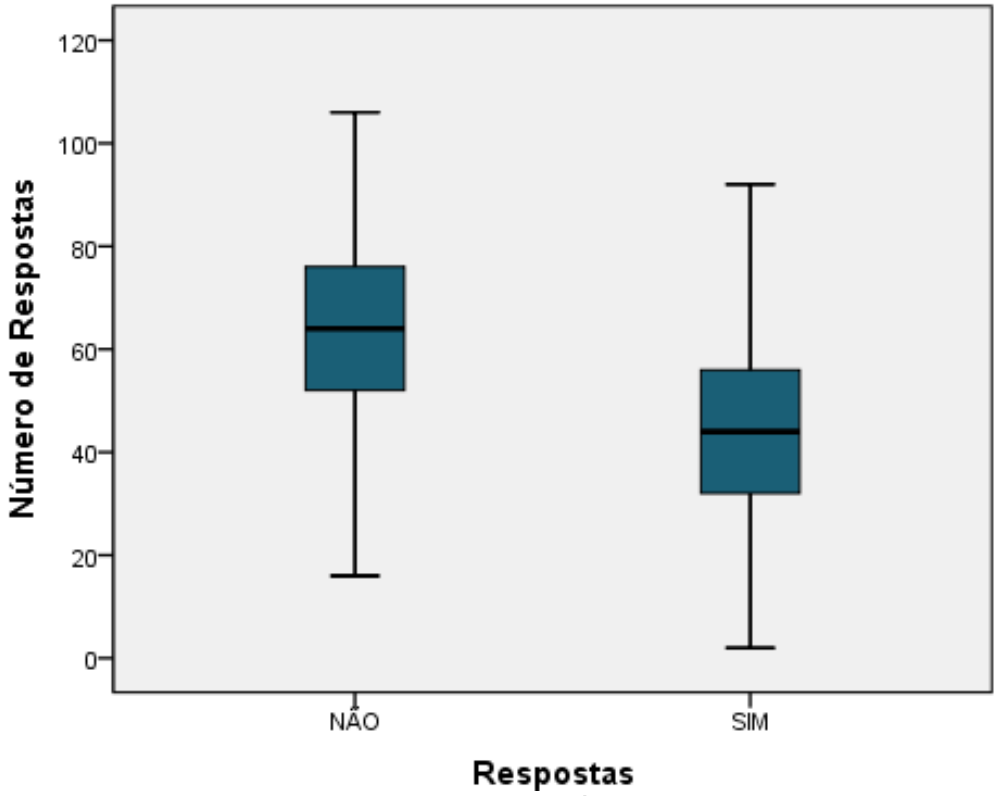
	Hipótese nula	Teste	Sig.	Decisão
1	A distribuição de Número de Respostas é a mesma entre as categorias de Respostas.	Teste U de Mann-Whitney de amostras independentes	,000	Rejeitar a hipótese nula.

São exibidas significâncias assintóticas. O nível de significância é ,05.

FONTE: Elaboração Própria (2015)

O valor-P para a dimensão sobre Comunidade é inferior ao nível de significância, como demonstrado na Figura 11. Assim, rejeita-se a hipótese nula de que o número de respondentes que afirmam que as cooperativas de saúde possuem características de responsabilidade social seja igual ao número de respondentes que discordam.

Gráfico 7 - Comunidade



FONTE: Elaboração Própria (2015)

Com base na exposição do Gráfico 7, nota-se que em se tratando da dimensão sobre Comunidade, há uma pequena variação no número de resposta, podendo entender que a maioria dos respondentes comungam da mesma concepção. Em relação às respostas, tem-se que a maior parte dos respondentes afirma que as cooperativas não possuem ações de responsabilidade social em relação à Comunidade.

O que chama atenção na dimensão comunidade é o fato bastante conflitante de conceitos entre os dados observados, ou seja, o que é praticado pelas cooperativas e a essência do cooperativismo, pois esse aspecto está intimamente relacionado a um dos princípios do cooperativismo que consiste na busca por melhorias da Comunidade a qual está inserida. O resultado vai de encontro ao que deve ser pregado pelas cooperativas. Ações que vão além da prestação de serviço de saúde são importantes para que o ideal de que a cooperativa tenha um viés na preocupação com a Sustentabilidade da comunidade em que foi inserida devem ser aplicadas através de políticas planejadas e aprovadas pelos cooperados.

Vale ressaltar, também, que a falta de direcionamento correto e a falta de fidelidade na aplicação dos princípios cooperativistas são uma das principais causas do encerramento das cooperativas, como citado anteriormente.

Dentre as respostas identificaram-se alguns casos atípicos no tocante ao recebimento de reclamações ou manifestações por parte da comunidade por alguns motivos: no primeiro caso ao serem questionados pelo tráfico de veículos em excesso, causando ruídos e transtorno em que 93% dos respondentes afirmaram que não possuem reclamação; o segundo caso é sobre o mal uso e manejo dos veículos das cooperativas, em que 96% afirmou que não receberam reclamações; e por fim o último caso versa sobre a interferência nos sistemas de comunicação em que 98% dos respondentes afirmam que não receberam reclamações.

Esses casos atípicos podem ser justificados por causa da especialidade das cooperativas e o objetivo a qual os veículos são utilizados. Geralmente são ambulâncias que só estão em tráfico quando solicitado alguma ocorrência.

Assim, a preocupação com a RSC pode até existir entre as cooperativas de saúde do Estado da Paraíba, mas nota-se que há a falta de ações de grande impacto para a comunidade, como também para os cooperados. Conclui-se, então, a partir da dimensão analisada, as cooperativas não se aproximam do status de cooperativas socialmente responsáveis.

4.7 Dimensão Governo e Sociedade

Figura 12 - Governo e Sociedade

Resumo de Teste de Hipótese

	Hipótese nula	Teste	Sig.	Decisão
1	A distribuição de Número de Respostas é a mesma entre as categorias de Respostas.	Teste U de Mann-Whitney de amostras independentes	,006[1]	Rejeitar a hipótese nula.

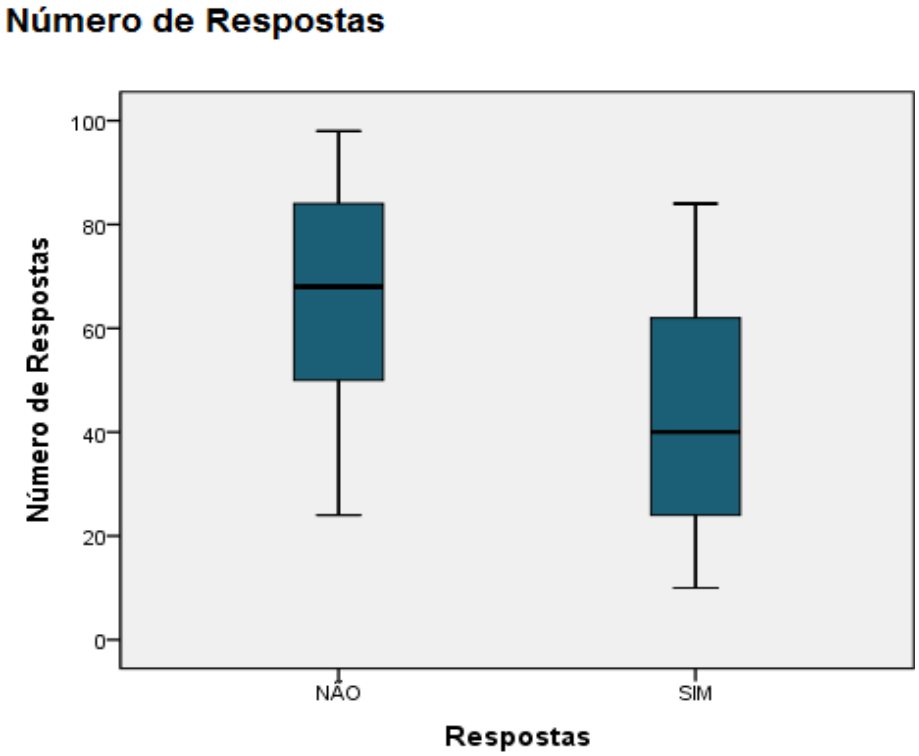
São exibidas significâncias assintóticas. O nível de significância é ,05.

[1]A exata significância é exibida para este teste.

FONTE: Elaboração Própria (2015)

Para a dimensão sobre Governo e Sociedade, rejeita-se a hipótese de que o número de respondentes que afirmam que as cooperativas de saúde possuem práticas de RS em relação ao Governo e Sociedade seja igual ao número de respondentes que afirmam que não há práticas relativas a essa dimensão, pelo fato de que o nível de significância é superior ao Valor-P.

Gráfico 8 - Governo e Sociedade



FONTE: Elaboração Própria (2015)

O Gráfico 8 apresenta maior variação no número de respostas, em que há alterações nas opiniões acerca dos aspectos da RSC em relação ao Governo e Sociedade. Em mais um caso é constatado que as cooperativas não apresentam práticas relacionadas a esta dimensão.

Em relação às questões políticas, pode-se afirmar que as cooperativas de um modo geral, não possuem um papel participante em campanhas político-partidárias. Elas buscam não se envolverem diretamente nos processos eleitorais, como forma de evitar a ligação da imagem da organização com algum partido político específico, esquivando-se, assim da conscientização e da importância, para seus membros, na participação do processo democrático.

Por se tratarem de cooperativas de saúde e por estarem em contato constante com inúmeros usuários e membros, percebe-se que as cooperativas não buscam usufruir da sua liderança social e da sua influência para atuarem como agentes propulsores da conscientização da comunidade em relação às cobranças de seus direitos e necessidades perante o poder público.

Conclui-se que, após a análise dos dados referente à dimensão Governo e Sociedade pode-se afirmar que as cooperativas afastam-se do status de Cooperativas Socialmente Responsáveis.

4.8 Sumarização de todo o Questionário

Figura 13 - Responsabilidade Social – Comparação completa

Resumo de Teste de Hipótese

	Hipótese nula	Teste	Sig.	Decisão
1	A distribuição de Número de Respostas é a mesma entre as categorias de Respostas.	Teste U de Mann-Whitney de amostras independentes	,000	Rejeitar a hipótese nula.

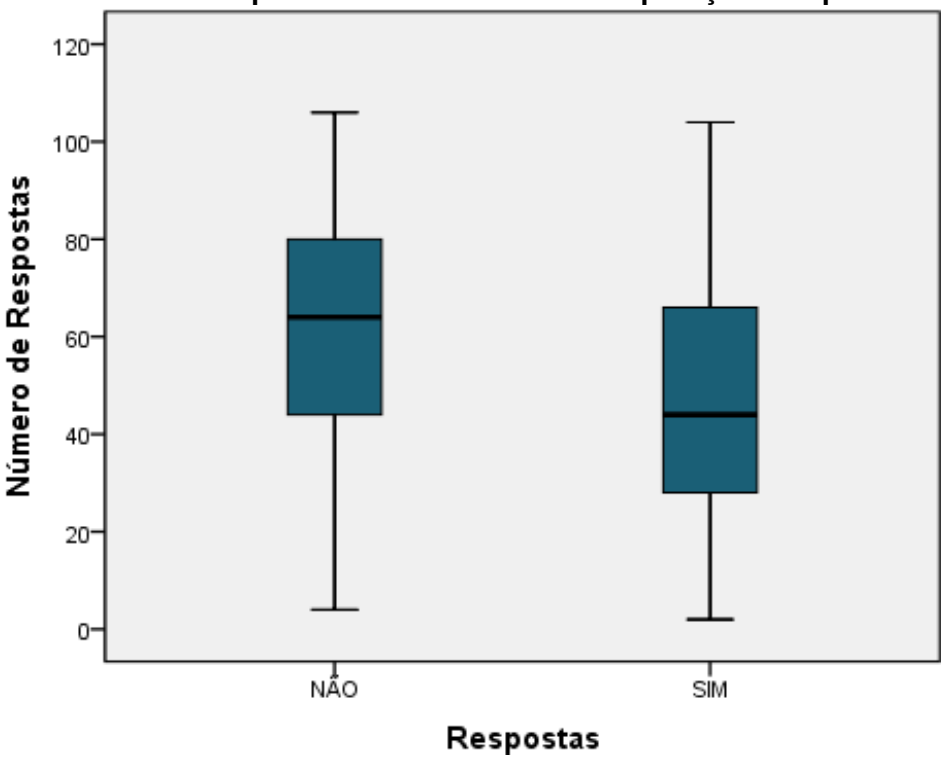
São exibidas significâncias assintóticas. O nível de significância é ,05.

FONTE: Elaboração Própria (2015)

A Figura 13 apresenta que o Valor-P é inferior ao nível de significância, ou seja, rejeita-se a hipótese nula de que o número de respondentes que afirma que as cooperativas possuem características que possam considerá-las Socialmente

Responsáveis é igual ao número de respondentes que afirmam não possuírem tais características.

Gráfico 9 - Responsabilidade Social – Comparação completa



FONTE: Elaboração Própria (2015)

Buscando maior precisão na análise, buscou-se fazer um teste de comparação que englobasse todas as dimensões como forma de confirmar os resultados encontrados por este estudo. Na visão global, tem-se que houve pequena variação no número de respostas.

Confirmando o que foi observado nas análises individuais das dimensões, a maioria dos respondentes afirma que as cooperativas de saúde não possuem práticas com características que as aproximem do status de Socialmente Responsáveis.

A responsabilidade social corporativa trata-se da busca voluntária da prática de comprometimento organizacional com o desenvolvimento da sociedade e da prevenção do meio ambiente, ou seja, são as ações que estão além de principal função da cooperativa. Sendo que, como observado, as cooperativas de saúde não estão aplicando esses conceitos, apesar de serem aspectos que estão sempre em pauta entre as organizações e entre os consumidores conscientes.

Conclui-se então que, de uma forma geral as cooperativas estão restringindo-se apenas à prestação do serviço de saúde, não desenvolvendo práticas socialmente responsáveis. Esse dado contrapõe-se a todos os conceitos abordados neste estudo sobre a RSC, como também aos princípios do cooperativismo, visto que a partir do instante que se é aplicado algum benefício ou prática socialmente responsável, consequentes benefícios à comunidade serão percebidos.

CAPÍTULO 5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo versa sobre as considerações finais acerca das pesquisas bibliográficas, da pesquisa de campo junto às cooperativas, buscando atender a solução doa questão problemas como também concluir sobre os resultados obtidos e apresentados no Capítulo 4, além de propor recomendações e sugestões para pesquisas futuras.

5.1 Conclusões

A partir das análises das dimensões constatou que:

- **Valores, Transparência e Governança Cooperativa:** conclui-se que, as cooperativas de saúde do Estado da Paraíba aproximam-se do status de Cooperativas Socialmente Responsáveis pelo fato de que possuem ações com características que auxiliam no desempenho das cooperativas em relação à cultura organizacional, aos princípios éticos, ao processo de eleição dos grupos diretivos, preocupação com o indivíduo, entre outros. Isso pode ser confirmado a partir da observância dos dados coletados em que as cooperativas de saúde buscam aplicar questões de direitos humanos no processo de decisão, como também a inclusão de aspectos éticos na relação com seus *stakeholders* com o intuito de manter a transparência nas suas ações. Confirma-se, ainda, pelo fato de que as cooperativas possuem campanhas contra atos ilícitos, como por exemplo, o suborno, corrupção, caixa dois, para conseguirem vantagem competitiva; utilizam meios eficientes de comunicação para manter os usuários e cooperados informados de todos os processos e decisões; combatem a corrupção e extorsão; desenvolvem debates sobre aspectos éticos e a declaração de valores da organização; buscam aplicar ações éticas no cotidiano de forma espontânea; possuem políticas de adesão a novos membros e usuários de forma transparente; coíbem a troca de informações como forma de benefício individual de algum membro; têm um sistema de feedback eficientes para as reclamações e sugestões dos usuários e cooperados; determinam critérios transparentes e de boa acessibilidade a todos os interessados ao pleito; e possuem formas adaptadas de comunicação a cada grupo de interesse.

- **Público Interno:** nessa dimensão, alguns aspectos de grande importância estão sendo esquecidos pelas cooperativas de saúde. Concluiu-se, então, que as cooperativas não se aproximam do status de Socialmente Responsáveis por não se preocuparem com questões relacionadas ao diálogo e a participação do público interno, das questões de trabalho, remuneração, demissão e aposentadoria. Para confirmar esses fatos os dados coletados demonstram que as cooperativas de saúde não aplicam algumas ações de responsabilidade social para com o público interno, como por exemplo, a independência nas eleições das comissões de trabalho; a ausência de políticas de inclusão de grupos discriminados; não possuem política de equiparação dos cargos no tocante aos gêneros, como também não possuem programas de contratação de PNE,s de pessoas com idade superior aos 45 anos e de desempregados com mais de dois anos; não possuem programas de qualificação de grupos minoritários para contratação e inclusão; não dispõe de um aporte para os funcionários ou cooperados que possuem filhos pequenos como, por exemplo, creches ou horários flexíveis; não buscam medir o nível de satisfação do público interno; em relação aos cuidados com a saúde e segurança, as cooperativas não buscam aplicar ações corretivas oriunda das avaliações, como também não há capacitação do público interno sobre a prevenção de riscos; não captam as informações sobre saúde e condições de trabalho; não dispõe de programas de prevenção à dependência de drogas, saúde reprodutiva, prevenção às DST´s, a saúde da mulher e nem ao estresse; não há normas e processos de combate ao assédio moral e nem de aposentadoria voluntária;
- **Meio Ambiente:** fator de extrema importância e preocupação para as organizações nos dias de hoje. Contudo, as cooperativas de saúde não estão buscando aplicar práticas de gestão ambiental impactante ou ações com grande expansividade. Assim, concluiu-se que as cooperativas não se aproximam do status de Cooperativas Socialmente Responsáveis por não apresentarem práticas com características para tanto. Para ratificar essa conclusão se tem os dados que expõe os vários aspectos não abordados pelas cooperativas de saúde. As cooperativas de saúde não possuem programas de conscientização da preservação da biodiversidade, educação, e conscientização ambiental para a comunidade em geral, em se tratando do

gerenciamento dos impactos das atividades das cooperativas no meio ambiente, as cooperativas não possuem plano emergencial para ações de risco, práticas que melhorem a eficiência logística, gerenciamento de resíduos, danos dos produtos ou serviços no pós-consumo; em se tratando da cadeia de valor, as cooperativas não aplicam parâmetros de gestão ambiental para a seleção de fornecedores, não praticam auditórias ambientais, e nem práticas com certificações ambientais, como também não buscam iniciativas para uso de energia renovável e nem o uso eficiente da água;

- **Fornecedores:** buscando analisar a RSC como um ciclo, tem-se a necessidade de aplicar esses conceitos como forma de propagar, também, aos seus parceiros. Então, concluiu-se que as cooperativas de saúde não se aproximam do status de Cooperativas com práticas de RSC por não buscarem propagar esse conceito para com seus parceiros e fornecedores. Fato comprovado pela ausência de ações caracterizadas por serem socialmente responsáveis como, por exemplo, o critério em relação ao uso ético de banco de dados de caráter privado, campanha de conscientização da RSC para com os parceiros, aplicação de prazo formal para conformidade de critérios de RSC, não conhecem a origem detalhada da matéria-prima, não instituem critérios de seleção, para os fornecedores, em relação ao trabalho forçado, trabalho infantil; as cooperativas, também não se preocupam em selecionar fornecedores que possuem boas práticas como o comércio justo e nem práticas de RSC, não tem como norma o tratamento justo aos fornecedores independente do seu porte, não possuem um mecanismo de troca de informação como transmissão dos ideias da RSC;
- **Usuários e Cooperados:** partindo da ideia de que os usuários e cooperados são os beneficiários da prestação do serviço das cooperativas de saúde, não se pode concluir que as organizações de autogestão se aproximam, ou não, do status de Cooperativas com RSC, mas a partir da observância dos dados, percebe-se que as cooperativas de saúde não apresentam políticas ou padrões com características socialmente responsáveis para essa dimensão. Isso se confirma pelo fato de que as cooperativas não aplicam penalidades ao violar a Lei do consumidor em relação a não disponibilizar informações sobre os serviços; em compensação disponibilizam informações que não condizem

com a realidade para conquistar novos usuários ou cooperados; em relação aos dados cadastrais dos usuários e cooperados, as cooperativas de saúde não informam previamente que irão utilizar os dados cadastrais, como também buscam coletar informações além do que é necessário;

- **Comunidade:** um dos princípios do cooperativismo consiste na preocupação com a comunidade a qual a cooperativa está inserida. Mesmo tendo este aspecto como princípio, as cooperativas de saúde não aplicam ações de responsabilidade social ante a comunidade, afastando-as do status de Cooperativas Socialmente Responsáveis. Verifica-se a ausência no gerenciamento dos impactos da cooperativa na comunidade, pois não há a participação em discussões sobre os problemas sociais, não contribuem com melhorias de infraestrutura que possam ser usufruídas pela sociedade, não há levantamentos sobre as necessidades e expectativas das organizações locais, também não divulgam as ações das organizações beneficiárias; em relação ao financiamento de ações sociais, não há divulgação dos projetos e nem incentivo ao trabalho voluntário, não dispõe ao bem público os bens e a infraestrutura obsoletas para atividade social;
- **Governo e Sociedade:** em relação a essa dimensão, as cooperativas de saúde não possuem práticas que as aproximem do status de cooperativas socialmente responsáveis, pelo fato que não preveem atitudes punitivas para aos diretores que favorecerem aos agentes dos setores públicos, como também participem de fraudes de editais; em relação a disseminação do conceito de RS, as cooperativas não desenvolvem ações que facilitem a compreensão e evolução do conceito de RS como estratégia de gestão; não compartilham informações de práticas bem sucedidas de RSC.

Assim, conclui-se que os resultados apontam que as cooperativas de saúde precisam rever suas práticas, como forma de melhorar a sua relação com a Responsabilidade Social, visto que a aplicação de práticas primordiais para as organizações está sendo esquecidas a ponto de quebrarem o que é pregado pelo cooperativismo.

5.2 Discussão dos objetivos

Como meio de se atingir o objetivo geral e os específicos desta dissertação, seguiu-se uma sistemática com três etapas: revisão bibliográfica, pesquisa de campo e análise dos dados.

O objetivo Geral desta dissertação foi atendido com o Capítulo 4 - Análise, Resultados E Discussões Da Pesquisa, a partir da apresentação dos dados e da análise de cada dimensão pesquisada, como meio de identificar a existência ou não de práticas de RSC nas Cooperativas de Saúde.

A elaboração do referencial teórico possibilitou o atendimento de vários objetivos específicos. Para contextualizar o mercado a qual as cooperativas de saúde estão inseridas e atender ao objetivo específico de número 1, têm-se os tópicos 1.1 e 1.2 que tratam da contextualização e da justificativa, permitindo assim, a localização as cooperativas de saúde no acirrado mercado competitivo.

O objetivo específico de número 2 foi atendido com a apresentação do Capítulo 2 – Referencial Teórico, e que tópicos sobre o cooperativismo, gestão, definições e conceitos da RSC possibilitam a consolidação do arcabouço teórico sobre o tema abordado.

O objetivo específico de número 3 foi atendido com o tópico 2.4 em que foram identificados os principais conceitos e definições sobre RSC apresentado pelos institutos de pesquisas e alguns estudiosos. O objetivo específico de número 4 foi atendido com os tópicos 2.4 e 2.5, pois foi apresentada uma análise da possível aplicação das teorias pelas cooperativas, buscando elaborar uma relação entre as teorias e os princípios cooperativistas.

No Capítulo 4, buscou-se elaborar um cenário da aplicação da RSC nas cooperativas, analisando e discutindo os dados, como também demonstrando os aspectos que ainda não estão sendo abordados e nem postos em prática pelas cooperativas. Assim, atendendo ao objetivo específico número 5.

E por fim, o objetivo específico de número 6 é atendido com o Capítulo 4 ao buscar fazer uma sondagem da RSC dentre os processos gerenciais das cooperativas de saúde.

5.3 Recomendações e Sugestões

Além da contribuição ofertada pela referida dissertação, são propostas algumas recomendações e sugestões para as cooperativas de saúde, como também para futuros estudos a cerda do tema:

- Maior conscientização dos grupos de interesse das cooperativas de saúde sobre a importância de práticas de RSC;
- Perceber a importância do reconhecimento e desenvolvimento do público interno;
- Buscar desenvolver relações íntimas e transparentes com seus parceiros;
- Propagar os conceitos e práticas de RSC;
- Atualizar-se no tocante as questões ambientais, como por exemplo, a lei dos resíduos sólidos;
- Aplicar os princípios básicos do cooperativismo;
- Utilização e disseminação de novos estudos a respeito da RSC;

Assim, considera-se que este estudo tenha contribuição, não só para o âmbito acadêmico, mas para o âmbito mercadológico e para os diversos segmentos do cooperativismo, podendo ser seguido pelas outras especialidades, como forma de disseminar o conceito e a importância de serem consideradas Cooperativas Socialmente Responsáveis.

Por fim, o autor considera que, do ponto de vista acadêmico os resultados da pesquisa demonstraram que os objetivos foram atingidos.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Cristina Caetano de. **RESPONSABILIDADE E SUSTENTABILIDADE SOCIAL: Uma análise da evolução dos investimentos sociais das cooperativas mineiras.** Disponível em: http://www.brasilcooperativo.coop.br/downloads/Gecom/ebpc/II_EBPC_Aguiar.pdf. Acessado: 19 de novembro de 2013.

ALIGLERI, Lilian Mara. **A ADOCÃO DE FERRAMENTAS DE GESTÃO PARA A SUSTENTABILIDADE E A SUA RELAÇAO COM OS PRINCÍPIOS ECOLÓGICOS NAS EMPRESAS.** 2011. 178 f. Tese (Doutorado) - Curso de Administração, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

ALVES VELHO, G. C.; et al. **Relatório da Comissão de Integridade de Pesquisa CNPq.** Disponível: http://www.ppggev.ufscar.br/wp-content/uploads/2011/10/Normas-Etica-e-Integridade-Pratica-Cientifica-CNPq.pdf Acessado: 10 de fevereiro de 2015.

AZAPAGIC, A. **Systems Approach to Corporate Sustainability: A General Management Framework**. Process Safety and Environmental Protection, v. 81, n. 5, p. 303-315, 2003. http://dx.doi. org/10.1205/095758203770224342

BANA e COSTA, C. A. PIRLOT, M. **Thoughts on the future of multicriteria field: basic convictions and outline for a general methodology.** Multicriteria Analysis Berlim: Springer Verlang, 1997.

BANA e COSTA, C.A.; SILVA, F. N. **Concepção de uma 'boa' alternativa de ligação ferroviária ao porto de Lisboa: uma aplicação da metodologia multicritério de apoio à decisão e à negociação**. Investigação Operacional v. 14 p. 115-131, 1994.

BANSAL, P. **The Corporate Challenges of Sustainable Development.** Academy of Management Executive, v. 16, n. 2, p. 122-131, 2002. http://dx.doi.org/10.5465/ AME.2002.7173572

BARAKAT, Simone Ruchdi. **Alinhamento entre responsabilidade social corporativa e estratégia: estudo de caso Itaú Unibanco.** 2013. 141 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Administração, São Paulo, São Paulo, 2013

BARBOSA, José Elber Marques. **GESTÃO DE COOPERATIVA: um estudo relacional do modo de organização do trabalho e desempenho organizacional no ramo de transportes de pessoas.** 2010. 155 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Administração, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

BRANCO, M; RODRIGUES, L. Corporate social responsibility and resource based perspectives. **Journal of Business Ethics**, v. 69, n. 2, p. 111-132, 2006. DOI 101007/s10551-006-9071z

BELL, S.; MORSE, S. **Sustainability indicators: measuring the immensurable.**2 ed. Gateshead: Earthscan, 2008.

BELLEN, H. V. **Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa.** Rio de Janeiro: FGV Editora, 2005.

BELTON, V.; STEWART, T. J. **Multiple Criteria Decision Analysis: An Integrated Approach**. Norwell: Kluwer Academic Publishers, 2002.

BENATO, J. V. A. **ABC do Cooperativismo**. 4. ed. São Paulo: OCESP, 1997

BEUREN, Ilse Maria. **Como elaborar trabalho monográficos em contabilidade: teoria e prática.** São Paulo: Atlas, 2003.

BERTUOL, Rafael; CANÇADO, A. C.; SOUZA, M. F. A.; **A prática dos princípios cooperativistas: um estudo de caso no Tocantins.** AOS – Amazônia, Organização e Sustentabilidade v. 1, n. 2 2012

BMF&BOVESPA – **BOLSA DE VALORES DO ESTADO DE SÃO PAULO. Mercado: Ações – Índices**. Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br/indices/ResumoIndice.aspx?Indice=ISE&Idioma=pt-br >. Acesso em: 24 de novembro de 2013.

BODNARUK, A.; MASSA, M.; SIMONOV, A. Alliances and corporate governance. **Journal of Financial Economics**, v. 107, n. 3, p. 671–693, mar. 2013.

BORBA, Paulo Rocha Ferreira. **Relação entre desempenho social corporativo e desempenho financeiro de empresa no Brasil.** 2005. 127 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Administração, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Atlas, 1988

BRASIL. **Lei do Cooperativismo. Nº. 5.764**. 16 de dezembro de 1971. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5764.htm >. Acesso em: 17 de novembro de 2013.

BRASIL. **Lei do PNRS. Nº12.305/10.** Disponível em: http://www.mma.gov.br/pol%C3%ADtica-de-res%C3%ADduos-s%C3%B3lidos. Acessado em 20 de dezembro de 2014.

BRUNDTLAND, G. H. **Our Common Future.** Report of the World Commission on Environment and Development. Oxford: Oxford University Press, 1987.

BUENO, P. G.; SEO, E. S. M. Responsabilidade Social Corporativa e sua relação com o Público Interno. **Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente**, v. 4, n. 3, 2009.

CALADO, Aldo Leonardo Cunha. **Modelo de mensuração de sustentabilidade empresarial:** uma aplicação em vinícolas localizadas na Serra Gaúcha. 2010. 216 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Agronegócio, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

CALLEGARI, Jacques. **Bioestatística: princípios e aplicação**. São Paulo: Artmed. 2004

CAMPOS, F. M.; LEMME, C. F. **Exame da Metodologia dos Índices Internacionais do Mercado Acionário e da experiência brasileira na área do investimento socialmente responsável.** In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE GESTÃO EMPRESARIAL E MEIO AMBIENTE - ENGEMA, 9., 2007, Curitiba. Anais. Curitiba, 2007. Disponível em: <http://engema.up.edu.br/arquivos/engema/pdf/PAP0090.pdf>. Acesso em: 22 novembro de 2013.

CANÇADO, Airton Cardoso. **Autogestão em Cooperativas Populares: os desafios na prática.** 2004. 134 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

CANÇADO, A. C., SOUZA, M. D. F. A., DE CARVALHO, J. E. F. B., & IWAMOTO, H. M. Desfazendo um mal entendido: discutindo as diferenças entre lucros e sobras. **Administração Pública e Gestão Social.** 2013

CARROLL, A. B. A **Three-dimensional Conceptual Model of Corporate Performance.** Academy of Management Review, v. 4, p. 497-505, 1979.

CARROLL, A. **The pyramid of corporate social responsibility: toward the moral management of organizational stakeholders.** Business Horizons, v. 34, n. 4, p. 39-48, Jul/Aug, 1991.

_____. **Corporate Social Responsibility: evolution of a definitional construct**. Business Society, London, v. 38, n. 3, p. 268-295,1999.

CASTELLINI, C.; et al. **A multicriteria approach for measuring the sustainability of different poultry production systems**, Journal of Cleaner Production, v. 37, p. 192-201, ISSN 0959-6526, 2012 http://dx.doi.org/10.1016/j.jclepro.2012.07.006

COCHRAN, P. L; WOOD, R. A. Corporate social responsibility and financial permformance. **Academy of Management Journal.** Ada, v. 27, n. 1, 1984

COLLISON, D. J.; COBB, G.; POWER, D. M.; STEVENSON, L. A. **The Financial Performance of the FTSE4Good** Indicies. Corporate Social Responsibility and Environmental Management, v. 15, p. 14-28, 2008.

COSTA, Tonny Robert Martins da. **Responsabilidade Social nas Empresas: estudo dos índices das bolsas de valores.** 2007. 184 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Administração, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

CLARKSON, M. B. A Stakeholder Framework for Analyzing and Evaluating Corporate Social Performance. **Academy of Management Review**, v. 92, p. 105-108, 1995.

CLARO, P. B. O; *et al*. **Entendendo o conceito de sustentabilidade nas organizações.** Revista de Administração, Universidade de São Paulo, São Paulo, v. 43, n. 4, p. 289-300, 2008.

CRANE, A.; et al. **The Oxford Handbook of corporate Social Responibility.** New York: Oxford University Press, 2008.

DALE, V. H.; et al. **Indicators for assessing socioeconomic sustainability of bioenergy systems: A short list of practical measures,** Ecological Indicators, v. 26, p. 87-102, http://dx.doi.org/10.1016/j.ecolind.2012.10.014.

DAVIS, K. The case for and against business assumption of social responsibilities. **Academy of Management Journal**, v. 16, n. 2, p. 312-22, 1973

DOW JONES INDEXES. **Dow Jones sustainability world indexes guide v. 7.0.**Disponível em: http://www.sustainability-indices.com/. Acessado em 22 de novembro de 2013.

DORNELAS, M. A. **Responsabilidade social versus filantropia empresarial: um estudo de casos na cadeia automobilística de Minas Gerais**. Dissertação (Mestrado em Administração, área de concentração em Dinâmica e Gestão de Cadeias Produtivas) – Universidade Federal de Lavras. Lavras (MG), 2005.

DUTRA, Ademar. **Metodologia para Avaliar e Aperfeiçoar o Desempenho Organizacional: Incorporando a Dimensão Integrativa À Mcda Construtivista-Sistêmico-Sinergética.** 2003. 320 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Engenharia da Produção, Universidade Federa de Santa Catarina200, Florianópolis, 2003.

DYLLICK, T.; HOCKERTS, K. **Beyond the business case for corporate sustainability.** Business Strategy and the Environment, v. 11, p. 130-141, 2002.http://dx.doi.

ECHEVERRI, A. V. D. P. Corporate Transparency and Green Management. **Journal of Business Ethics**, v. 95, n. 3, p. 487–506, 5 fev. 2010.

ELKINGTON, John. **Sustentabilidade:** canibais de garfo e faca**.** São Paulo: M. Books, 2012.

ENSSLIN, L.; et al*.* **Apoio à decisão: metodologias para estruturação de problemas e avaliação multicritério de alternativas.** Florianópolis: Insular, 2001

ETHOS, Instituto. **Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social.** Disponível em: <http://www.uniethos.org.br/sistemas/ifc/default.asp>. Acessado em: 18 de novembro de 2013

_____. **Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social.** O que é RSC. Disponível em: http://www.uniethos.org.br/DesktopDefault.aspx?TabID=3344&Alias=ethos&Lang=pt-BR&init. Acessado em: 20 de março de 2014.

EUROPEAN COMMISSION – EC. 2002. **Communication from the Commission Concerning Corporate Social Responsibility: A Business Contribution to Sustainable Development.** Bruxelas: COM, 2002. Disponível em: http://europa.eu/legislation_summaries/employment_and_social_policy/employment_

rights_and_work_organisation/n26034_en.htm. Acessado em: 10 de novembro de 2013.

FARGNOLI, M.; MINICIS, Margherita De; TRONCI, Massimo. **Design Management for Sustainability: An integrated approach for the development of sustainable products.** Journal of Engineering and Technology Management. 10.1016/j.jengtecman.2013.09.005

FREEMAN, R. Edward. Strategic Mangement: a **stakeholder approach.** Boston: Pitman, 1984.

FRIEDMAN, M. The social responsibility of business is to increase its profits. **New York Times Magazine**, v 13, 1970.

FROEMMING, Lurdes Marlene Seide; SOUZA, Nevil Queiroz de. **A responsabilidade social corporativa e a importância do marketing social.** Revista de Administração, v. 8, n. 15, 2009.

GADELHA, Maria Albenisa. **Análise das Percepções de Responsabilidade Social empresarial a partir do modelo tridimensional performance social: o caso de uma industria do setor alimentício.** 2010. 171 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Engenharia de Produção, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010

GARVIN, D. A. **The processes of organization and management. Sloan Management** Review, v. 39, n. 4, p. 33-50, 1998

GARRIDA, E.; MELÉ, D. **Corporate Social Responsability Theories: Mapping the Territory.** Journal of Business Ethics, v. 53, n. 1-2, p. 51-71, 2004.GLOBAL

GIACON, Joice Cavalheiro Ribeiro. **Seleção de fornecedores por análise de decisão multicritério e otimização combinatória considerando aspectos de logística e sustentabilidade.** 2012. 140 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Engenharia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 1991

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 1999

GRAJEW, O. **Filantropia e responsabilidade social.** 2002.Disponível em: http://www.filantropia.org/artigos/oded_grajew.htm. Acessado em 20 de março de 2014.

GUSMAO, Aucélio. **Responsabilidade Social.** Disponível em < http://www.unimedjp.com.br/noticia/aucelio-gusmao-fala-sobre-responsabilidade-social-em-entrevista-a-jornal/2765>. Acessado em 20 de novembro de 2014.

HELENO, Maria Lizete Lopes. **Avaliação do impacto da implantação da Responsabilidade Social através das Relações com os Stakeholders.** 2008. 132 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Estratégia Empresarial, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2008

HENDERSON, D. **Misguided Virtue: false notions of corporate social responsibility.** Wellington: New Zealand Business Round Table, 2001.

HESLIN, P. A.; OCHOA, J. D. Understanding and developing strategic corporate social responsibility. **Organizational Dynamics,** v. 37, n. 2, p.125-144, 2008.

IBASE. **Responsabilidade Social e Ética nas Organizações**. Disponível em: <<http://www.ibase.br/pt/>. Acesso em: 22 de novembro de 2013.

IARSE. IRSC. Disponível em:< http://www.iarse.org/>. Acessado em 05 de maio de 2014

JONES, M. T. Corporate Social Responsability Revisited, Redefined. **California Management Review**, v. 22, n. 2, 1980.

KARDEC, A.; FLORES, J.; SEIXAS, E. **Gestão Estratégica e Indicadores de Desempenho**. Rio de Janeiro: Qualitymark: ABRAMAN, 2002

KEENEY, R. L.; RAIFFA, H. **Decisions with Multiple Objectives: Preferences and Value Tradeoffs.** New York: Wiley, 1976

KOUIKOGLOU, V. S.; PHILLIS, Y. A. **Application of a Fuzzy Hierarchical Model to the Assessment of Corporate Social and Environmental Sustainability.** Corporate Social Responsibility and Environmental Management. v. 18, p. 209–219, 2011.

LAKATOS, E. M.; MARCONDI, M. A. **Técnicas de Pesquisa.** São Paulo: Ed Atlas, 1986

LAZONICK, W.; O' SULLIVAN, M. Maximizing Shareholder Value: A new ideology for corporate Governance. **Economy and Society**, v. 29, n.1, 2000

LEÃO, Renata Miranda Andrade; LIMA, Gilson Brito Alves. Abordagem estratégica sobre segurança, meio ambiente e saúde (SMS) e responsabilidade social corporativa (RSC). **Relatórios de Pesquisa em Engenharia de Produção**, v. 13, n. 10, p. 132-143, 2013.

LIMA, J. C. **Decisions with Multiple Objectives: Preferences and Value Tradeoffs.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 19, n. 56, out. 2004, p. 45-62.

LOURENÇO, I. C.; BRANCO, M. C. **Determinants of corporate sustainability performance in emerging markets: the Brazilian case.** Journal of Cleaner Production, v. 57, p. 134–141, out. 2013.

LUZ, K. G. *et al.***Análise do Ciclo de Vida Organizacional nas Micro e Pequenas Empresas**. Disponível em: <<http://www.ww.aedb.br/seget/artigos11/30814276.pdf>. Acesso em: 22 maio 2013.>.

MAHONEY, M.; POTTER, J. **Integrating health impact assessment into the triple bottom line concept**. Environmental Impact Assessment Review, v. 24, n. 2, p. 151-160, 2004.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Cooperativas de Trabalho**. São Paulo: Editora Atlas, 2006.

MARTINS, T. B.; CAVALCANTE, R. F. L.; SOUSA FILHO, J. M. Comunicação da Responsabilidade Social na Internet: Uma abordagem voltada para o público interno. **Revista FACECLA**, v. 13, n. 2, p. 219-232, 2014.

MARTINS, Elvis Silveira. **Estudo da Sustentabilidade Empresarial em uma Cooperativa Gaúcha.** 2006. 146 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Administração, Universidade do Vale do Itajaí, Biguaçu, 2006.

MATTEN; D; CRANE, A Corporate Citizenship: Towards na Extended Theorical Conceptualization. **Academy of Management Review,** v. 30, n. 1, 2005

MELO NETO, Francisco Paulo de; BRENNAND, Jorgina Melo. **Empresas Socialmente Sustentáveis: o novo desafio da gestão moderna.** Rio de Janeiro: Qualitymark, 2004

MIRANDA, R. A.; AMARAL, H. F. Governança corporativa socialmente responsável como estratégia de criação de valor. **Estudos do CEPE**, p. 5–31, 2004.

MONDAL, Bedrich; JANOUSKOVA, Svatana, HAK, Tomas**. How to understand and measure environmental sustainability: Indicators and targets.** Ecologial Indicators. V. 12, p. 4-13, 2012. doi:10.1016/j.ecolind.2011.04.033

MOURA, L. G. V**. Indicadores para a avaliação da sustentabilidade em sistemas de produção da agricultura familiar: o caso dos fumicultores de Agudo-RS.** 2002. 249f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

MUNASINGHE, M. **Sustainable development triangle.** Disponível em: <http://www.eoearth.org/article/Sustainable_development_triangle>. Acesso em: 15 nov. 2013.

NASCIMENTO, L. F.; LEMOS, A. D. C.; MELLO, M. C. A. **Gestão Sociambiental Estratégica.** Porto Alegre: Bookman, 2008.

NEELY, A.; RICHARDS, H.; MILLS, J.; PLATTS, K.; BOURNE, M. **Design Performance Measure: a Structure Approach.** International Journal of Operation and Production Management, Bingley, v.17, n.11, p. 1131-1152, 1997.

NOVAES, José Roberto P. Cooperativismo: Acumulação e mudança social. In: LOUREIRO, Maria Rita Garcia (org.). **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1981.

OCB. Organização das Cooperativas Brasileira. Disponível: http://www.ocb.org.br/site/ramos/index.asp. Acessado em 10 de dezembro de 2013.

OECD. **Organization for Economic Co-operation and Develoment**. Disponível em: http://www.oecd.org/tax/transparency/GFannualreport2013.pdf. Acessado em 20 de Dezembro de 2014.

OLIVEIRA, Juliana Melo; LAGES, André Maia Gomes; DANTAS, Niedja Figueiredo. **Development Indicators: A Review Under Construction**.Munich Personal RePEc Archive. Disponível em: http://mpra.ub.uni-muenchen.de/30113/. Acessado em: 24 de novembro de 2013.

OLIVEIRA, Marcelle C.; et al. Os efeitos da adoção dos conceitos e das práticas de Governança Corporativa na Transparência das Informações Evidenciadas por Empresas Brasileiras do Setor de Papel e Celulose. Disponível em: http://www.congressousp.fipecafi.org/web/artigos42004/178.pdf. Acessado em: 20 de Dezembro de 2014.

OLIVEIRA, N. G. I. **Desenvolvimento sustentável e noções de sustentabilidade.** In: INDICADORES econômicos ambientais na perspectiva da sustentabilidade. Porto Alegre: FEE, 2005.

PAWLOWSKI, A. **How many dimensions does sustainable development have?** Sustainable Development, San Francisco, v.16. n.2, p.81-90, 2008.

QUAZI, A. M.; O`BRIEN D. An Empirical Test of a Cross-national Model of Corporate Social Responsibility. **Journal of Business Ethics,** [S.l.], v. 25, 2000

QUELHAS, F. C. **Responsabilidade social corporativa.** Disponível em: <http://www.excelenciaemgestao.org/Portals/2/documents/cneg6/anais/T10_0261_1208.pdf>. Acesso em: 26 de novembro de 2013.

RAMALHO, Ângela Maria Cavaltanti. **A Tessitura da Responsabilidade Social Corporativa: Desafios para o consumo e desenvolvimento.** 2011. 257 f. Tese (Doutorado) - Curso de Recursos Naturais, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2011.

RAMETSTEINER, Ewald; PÜLZL, Helga; ALKAN-OLSSON, Johanna; FREDERIKSEN, Pia; **Sustainability indicator development—Science or political negotiation**, Ecological Indicators, v. 11, n. 1, p 61-70, ISSN 1470-160X, 2011,http://dx.doi.org/10.1016/j.ecolind.2009.06.009

RAMOS, Tomás B.; CAEIRO, Sandra. **Meta-performance evaluation of sustainability indicators, Ecological Indicators**. Volume 10, Issue 2, March 2010, Pages 157-166, ISSN 1470-160X, http://dx.doi.org/10.1016/j.ecolind.2009.04.008

RICHARDSON, Robert Jarry et al. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999

RIOS, G. S. L. **O Que é Cooperativismo**. São Paulo: Brasiliense, 1987

ROCHA, Tatiana Aparecida Collho. **Análise do Relatório GRI enquanto ferramente para mensuração da sustentabilidade empresarial**. 247 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Programa de Pós-Graduação em Administração das Organizações, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2012.

SEBRAE. Conceito de Cooperativas. Disponibilizado em <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/>. Acessado em 10 de dezembro de 2013.

SERRA, F.A.R; FERREIRA, M.P; TEIXEIRA, W.A. **A responsabilidade social no Brasil: O caso da cooperativa Cocamar.** Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais – OCEMG. Working Pape, v. 7, n. 16, 2008.

SILVA, G. DA. ANÁLISE DE MERCADO COMO FERRAMENTA PARA O TERCEIRO SETOR. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, n. 14, p. 58–71, 2012.

SILVA, Ricardo Moreira (org.) **A energia do Cooperativismo**. João Pessoa: Sal da Terra, 2010

SILVERMAN, David. **Interpretação de Dados Qualitativos: Métodos para análise de entrevistas, textos e interações.** Porto Alegre: Artmed, 2009

SINGH, R. K.; MURTHY,H, R.; GUPTA, S, K.; DIKSHIT, A. K. **An overview of sustainability assessment methodologies**. Ecological Indicators, v. 9, p. 189-212, 2009.

STARIK, M.; RANDS, G. P. **Weaving an integrated web: multilevel and multisystem perspectives of ecologically sustainable organizations.** Academy of Management Review, New York, v.20, n.4, p.908-935, 1995

STROBEL, Juliana Scapulatempo. **Modelo para Mensuração da Sustentabilidade Corporativa através de Indicadores.** 2005. 184f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Curso de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, 2005.

TAMAYO, A. **Impactos dos valores da organização sobre o estresse ocupacional.** Revista de Administração Contemporânea, v. 1, n. 2, p. 20-33, maio/ago. 2007.

TEZZA, Rafael; et al. **A metodologia multicritério de apoio à decisão construtivista para a identificação e avaliação de habilidades para o setor de estamparia têxtil**. Revista Gestão da Produção, Operações e Sistemas. V. 1, p. 125-142, 2012.

TIRONI, L. F.; SILVA, L. C. E. ; VIANA, S. M.; MEDICI, A. C **Critérios para geração de indicadores de qualidade e produtividade no setor público. Brasília:** IPEA/MEFP, 1992.

VENTURA, E. C. F.; FONTES FILHO, J. R.; SOARES, M. M. **Governança Cooperativa: diretrizes e mecanismos para fortalecimento da governança em cooperativas de crédito.** Brasília: BACEN, 2009

VERAS NETO, Francisco Quintanilha. **Cooperativismo**: **nova abordagem sócio-jurídica.** Curitiba: Juruá, 2002.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

VERGARA, S.; SILVA, D. e GOMES, A. **Olga: a semeadora de grãos e de Responsabilidade Social na história do grupo Nova América**. Organização & Sociedade. V. 11, n. 31, 2004.

VIEIRA, Sonia. **Bioestatística: tópicos avançados**. Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 2004.

UNGC, United Nations Global Compact. **The tenprinciples.** Disponível em: <http://www.unglobalcompact.org/abouttheGc/TheTenprinciples/index.html>. Acessado em 25 de fevereiro de 2014.

WARTICK, S. L.; COCHRAN, P, L. The evolution of the corporate social performance model. **Academy of Management Reviw**, Ada, v. 10, n. 4, 1985

WOOD, Donna J. Measuring Corporate Social Performance: A Review. **International Journal of Management Reviews.** 2010. DOI: 10.111/j.1468-23702009.00274.x

WORLD BUSINESS COUNCIL FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT - WBCSD. Eco-Efficiency: Creating more value with less impact. Disponível em: http://www.wbcsd.org/web/publications/eco_efficiency_creating_more_value.pdf Acessado em 24 de novembro de 2013

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: Planejamentos e Métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2010

ZAMCOPÉ, F. C.; ENSSLIN, L.; ENSSLIN, S. R. Construção de um modelo para avaliação da sustentabilidade corporativa: um estudo de caso na indústria têxtil. **Gestão&Produção**, v. 19, n. 2, p. 303–321, 2012.

Portais Visitados

Unimed Marília - http://www.unimedmarilia.com.br/

Instituto ATKWHH - http://www.institutoatkwhh.org.br/compendio/?q=node/64

RSC - http://www.responsabilidadesocial.com/entrevista/luis-ulla/

SESCOOP-PB https://paraibacooperativo.wordpress.com/paraiba-cooperativo/

http://www.sustainability-indices.com/

ANEXO

Universidade Federal da Paraíba
Centro de Tecnologia
Departamento de Engenharia de Produção
Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção

Prezado Respondente,

Esta pesquisa está sendo realizada para ser apresentada academicamente em forma de dissertação para a conclusão do Mestrado em Engenharia da Produção PPGEP/UFPB, que tem como objetivo analisar a Responsabilidade Social Corporativa das Cooperativas de Saúde no Estado da Paraíba.
Trata-se de uma pesquisa acadêmica sob a orientação do Prof. Dr. Ricardo Moreira da Silva, sem nenhum propósito de fiscalização, controle, divulgação das suas atividades, apenas será analisado os resultados.
O instrumento utilizado é o presente questionário contendo questões com respostas SIM e NÃO e de fácil resposta.
A pesquisa está sendo aplicada pelo mestrando Eufrásio Vieira estudante do Mestrado em Engenharia de Produção do PPGEP/UFPB.

Desde já agradeço a sua colaboração.

Att,

Eufrásio Vieira
E-mail: eufrasiovieira@hotmail.com

Valores, Transparência e Governança Corporativa		
1 – Compromissos éticos		
A cooperativa:	Sim	Não
1.1 – Inclui o respeito aos Direitos Humanos como critério formal em seus processos de tomada de decisão e nas suas relações com terceiros?		
1.2 - Suas operações são de acordo com a declaração de princípios da Organização Internacional do Trabalho (OIT)?		
1.3 – Expõe seus compromissos éticos por meio de material institucional, pela Internet, ou de outra forma que seja apropriada para seus stakeholders?		
O código de ética e a declaração de Valores da Organização:		
1.4 – Contempla três ou mais dos seguimentos públicos de interesse:		

público interno, fornecedores, usuários/associados, governo ou comunidade?		
1.5 – Proíbem explicitamente a utilização de práticas ilícitas (corrupção, extorsão, suborno, caixa dois, contabilidades paralelas, entre outros) para a obtenção de vantagem comercial?		
1.6 – São explícitos com referência aos compromissos éticos na gestão da informação de caráter privado obtidas durante o processo de integração das cooperativas com seus *stakeholders* (usuários/ parceiros; empregados, fornecedores, governo, comunidade, entre outros.)?		
1.7 - São explícitos no que se refere ao compromisso com a transparência e veracidade das informações prestadas a todas as partes?		
1.8 – Promovem o combate à corrupção e a extorsão, e se é criado um ambiente para estimular e assegurar a participação de todos os públicos da cooperativa no debate sobre os conteúdos do Código de Ética e na Declaração de Valores da organização?		
1.9 – Estimula a coerência entre os valores e princípios éticos da cooperativa e sua aplicação por parte do público interno e de seus usuários/cooperados?		
1.10 – Explicita pautas e procedimentos de relação ética e transparente com a Administração Pública em todos os níveis?		
2 - Segurança na Cultura Organizacional		
2.1 - A cooperativa possui comitê formal ou responsável para tentar resolver as questões éticas incluindo a avaliação do impacto das operações comerciais desenvolvido pela cooperativa, garantindo a coerência dos valores da organização?		
2.2 - As questões éticas são abordadas em pesquisas de clima organizacional, avaliação ou ferramenta similar?		
2.3 - Os empregados da cooperativa demonstram familiaridade no seu dia a dia com os temas e condutas contemplados pelo Código de ética, aplicando-os de forma espontânea?		
3 - Governança Cooperativa		
A direção da cooperativa		
3.1 - Tem alguma política de adesão de novos membros/associados voluntários, aberto a todas as pessoas que desejam utilizar os serviços da cooperativa e disposta a aceitar as responsabilidades e exercer os direitos de associação; sem discriminação em razão da orientação sexual, as diferenças socioeconômicas, físicas, nacionalidade, idade, religião, raça ou sexo?		
3.2 - Usa estudo, pesquisas e apoio especializado para melhor informar a resolução de dilemas éticos e socioambientais relativos aos direitos humanos?		

Ela tem uma estrutura de:		
3.3 - Previne/coíbe abuso de poder de seus membros?		
3.4 - Previne/coíbe fraudes para obter informações privilegiadas para benefício pessoal?		
3.5 - Desencoraja o suborno e outras práticas de corrupção, a criação de contas paralelas, ou secretas?		
3.6 - Desencorajar a elaboração de documentos que não refletem com precisão as transações?		
Considerando que a cooperativa caracteriza-se pelo controle democrático de seus membros; que a democracia vai além da época de eleição, e que algumas vezes os cooperados são obrigados a terem um sistema de representação baseada na eleição de delegado. A organização:		
3.7 - A organização adota mecanismos formais e frequentes de comunicação; tais como reuniões, boletins informativos impressos, e-mails (entre outros); para fornecer informações e facilitar a participação efetiva dos usuários nas principais decisões da cooperativa?		
3.8 - Analisa e dá respostas rápidas e eficazes para as sugestões e preocupações dos usuários/cooperados?		
3.9 - A empresa tem mecanismos formais para evitar qualquer influência sobre o voto dos delegados?		
3.10 - Usa os espaços em meios de comunicação para informar ao usuários/cooperados sobre temas importantes da cooperativa?		
Em relação aos órgãos do Governo, a Cooperativa:		
3.11 - Conta com Comissões de Trabalho para tratar de projetos específicos?		
3.12 - Procura envolver o maior número de pessoas nas comissões de trabalho e órgãos de decisão?		
3.13 - Toma medidas concretas para promover a maior participação possível de usuários/cooperados na cooperativa (por exemplo, através de uma comunicação regular de reuniões da Comissão ou liga para as associações representativas da sociedade civil)?		
4 - Eleição de Órgãos Diretivos		
No que diz respeito aos órgãos sociais, a cooperativa:		
4.1 - Durante o processo de eleição dos novos membros é disseminado, com igualdade de condições, as informações sobre a lista de candidatos apresentados e as suas propostas?		
5 - Renovação dos Órgãos Diretivos		
A cooperativa:		

5.1 - Implementa sistema para atrair e envolver jovens na comunidade (como benefícios adicionais para jovens, horários flexíveis de trabalho e formação, entre outros)?		
5.2 - Articula instâncias formais, para orientações ou estágios, em que as pessoas com mais experiências podem transmitir os seus conhecimentos às novas gerações?		
6 - Diálogo com Público Interesse		
A cooperativa:		
6.1 - Identifica os principais grupos de interesse, conhecendo suas expectativas e pontos de vista?		
6.2 - Mantém uma comunicação regular com as partes interessadas ou com os grupos que criticam a natureza dos processos, produtos ou serviços?		
6.3 - Inclui as expectativas ou as demandas legítimas dos diferentes públicos de interesse em suas decisões e operações?		
6.4 - Possui ferramentas de comunicação adaptadas a cada grupo de interesse?		
6.5 - Possui indicadores de desempenho resultantes do diálogo com as partes interessadas?		
6.6 - Vale-se de metodologia de diálogo estruturado com o público de interesse, tais como a Norma AA10006 (Diretrizes para Gestão da Qualidade)?		
6.7 - Comunica aos grupos de interesse informações econômico-financeiros da cooperativa?		
6.8 - Comunica aos grupos de interesse informações sobre o impacto social das atividades da cooperativa (positivo ou negativo)?		
6.9 - Comunica aos grupos de interesse informações sobre o impacto ambiental das atividades da cooperativa (positivo ou negativo)?		
Para promover a interação com os diferentes grupos de interesse, a cooperativa se vale dos seguintes mecanismos:		
6.10 - Reuniões regulares e periódicas?		
6.11 - Publicação e Divulgação do Balanço Social?		
6.12 - Caixas de sugestões?		
6.13 - Envios periódicos e sistemáticos de e-mails?		
6.14 - Outros canais e mecanismos de interação?		
7 - Relação com a Concorrência		
A cooperativa:		
7.1 - Têm registrado reclamações ou denúncias de concorrência desleal nos últimos três anos?		

7.2 - Expõe publicamente e com frequência, seus princípios com relação à concorrência (por exemplo, por meio da página na web, de material institucional, relatório anual, boletins informativos, entre outros)?		
8 - Balanço Social		
8.1 - Inclui dados desfavoráveis e discute essas questões com os principais grupos de interesse em publicar informações acerca de seu desempenho em aspectos sociais e ambientais?		
8.2 - As informações sobre a situação econômico-financeira das atividades da cooperativa são auditadas por terceiros?		
8.3 - As informações sobre os aspectos e impactos sociais e ambientais das atividades da cooperativa são auditadas por terceiros?		
8.4 - Na elaboração do Balanço Social, a cooperativa envolve, pelo menos, quatro dos seguintes grupos de interesses: comunidade, público interno, usuários/associados, fornecedores, governo e sociedade (por exemplo, por meio de contatos com organizações de defesa do meio ambiente, sindicatos, organizações ligadas à saúde pública e direitos humanos, ONG's locais, entre outros)?		
8.5 - A cooperativa incorpora também, como parte do Balanço Social, críticas, sugestões, declarações e testemunhos dos grupos de interesses?		
8.6 - O processo de divulgação do Balanço Social contempla, pelo menos quarto dos seguintes grupos de interesses: comunidade, público interno, usuários/associados, fornecedores, governo e sociedade?		
8.7 - A cooperativa expõe dados sobre aspectos econômico-financeiros, sociais e ambientais de suas atividades na internet?		
8.8 - Os dados coletados e utilizados para elaboração do Balanço Social são empregados no planejamento estratégico da cooperativa?		
8.9 - Envia o Balanço Social as entidades educativas da comunidade para que os alunos e docentes se informem sobre a importância do bom funcionamento, da criação de valor e do impacto total da cooperativa na sociedade?		
PÚBLICO INTERNO		
Diálogo e Participação		
9 - Gestão Participativa		
9.1 - A cooperativa possui políticas e mecanismos formais para ouvir, avaliar e monitorar as preocupações, sugestões e críticas dos empregados, a fim de resolvê-los e agregar novos aprendizados e conhecimentos?		
9.2 - Os integrantes das Comissões de Trabalho são eleitos pelos próprios trabalhadores, sem interferência da direção da cooperativa?		
10 - Relação com os Sindicatos		
A Cooperativa		
10.1 - Fornece informações a seus trabalhadores e permite reuniões		

sindicais em horário de trabalho para facilitar a atividade sindical?		
10.2 - Possui um acordo coletivo com o sindicato principal da cidade?		
11 - Respeito ao Indivíduo		
Compromisso com o futuro das crianças		
A cooperativa:		
11.1 - Possui políticas explícitas contra o trabalho infantil em seus contratos com terceiros?		
11.2 - Discute com outras organizações de economia social ou apresenta sugestões práticas contra o trabalho infantil no setor?		
11.3 - Possui algum programa específico de contratação de estagiários sob a lei?		
12 - Valorização da Diversidade		
A cooperativa		
12.1 - Possui políticas explicitas contra a discriminação (por raça, sexo, idade, nacionalidade, orientação sexual, entre outros)?		
12.2 - Possui políticas de capacitação profissional que buscam melhorar a qualificação da formação de grupos comumente discriminados, como minorias étnicas, portadores de HIV, entre outros?		
12.3 - Monitora os quadros buscando equidade na participação de homens e mulheres em todos os postos de trabalho?		
12.4 - Monitora os quadros buscando equidade na participação de homens e mulheres em cargos de direção?		
12.5 - Paga salários e oferece benefícios idênticos a homens e mulheres que exerçam a mesma função em qualquer nível hierárquico?		
12.6 - Possui normas e procedimentos para combater situações de assédio sexual, garante uma estrutura formal e neutra de denúncia e exame dos casos, amparando o denunciante?		
12.7 - Mantém um programa especial para contratação de pessoas com necessidades especiais?		
12.8 - Implementa e remove as barreiras arquitetônicas que impedem as pessoas com necessidades especiais se movimentar com facilidade em todas as dependências da cooperativa (rampas, banheiros especiais, sinalização, entre outros)?		
12.9 - Tem recebido acusações ou denúncias por discriminação?		
12.10 - possui uma política de contratação de indivíduos com idade superior a 45 anos e desempregados a mais de dois anos?		
12.11 - Apoia projetos comunitários que visam melhorar a oferta de profissionais qualificados provenientes de grupos comumente discriminados no mercado de trabalho (como grupos de extrema pobreza, ex-presidiários, entre outros)?		

Quanto à necessidade de promover a conciliação da vida profissional com a vida familiar, a cooperativa:		
12.12 - Implementa um sistema de horários de trabalhos flexíveis para os pais com filhos menores de 6 anos ou dependentes de pessoas?		
12.13 - Oferece alternativa (por exemplo, trabalhar em casa) aos empregados com filhos menores de 6 anos ou dependentes de pessoas?		
12.14 - Apresenta algum serviço próprio ou contratado de creche para os filhos dos trabalhadores/associados?		
A cooperativa oferece os benefícios abaixo relacionados a seus funcionários, indiscriminadamente, independente do cargo hierárquico:		
12.15 - Plano de saúde familiar		
12.16 - Auxílio para educação dos filhos		
12.17 - Financiamento da casa própria		
Trabalho Descente		
13 - Política de Remuneração, benefícios e carreira		
A cooperativa:		
13.1 - Possui metas para reduzir a distância entre a maior e a menor remuneração paga pela cooperativa?		
12.2 - Executa pesquisas para analisar o nível de satisfação dos funcionários?		
12.3 - Oferece os mesmos benefícios de seus empregados permanentes aos colaboradores contratados?		
12.4 - Incorpora clausulas especificas para erradicar o trabalho escravo em seus contratos e negociações com fornecedores?		
No caso de bonificação da cooperativa:		
12.5 - Foi estabelecido por meio de negociação com uma comissão de empregados ou com sindicatos e em conformidade com a legislação aplicada?		
12.6 - A cooperativa oferece aos empregados bonificações adicionais baseadas em elementos da sustentabilidade, tais como êxito a médio e longo prazo, alcance de metas relacionadas ao melhor desempenho social e ambiental?		
14 - Cuidado com a saúde, segurança e condições de trabalho		
A cooperativa:		
14.1 - Identifica claramente e avalia todos os possíveis riscos laborais?		
14.2 - Aplica ações corretivas decorrentes da avaliação?		
14.3 - Informa aos trabalhadores de todos os riscos ocupacionais possíveis?		
14.4 - Define objetivos para melhorar a segurança e a saúde no trabalho?		

14.5 - Capacita os trabalhadores sobre as questões relacionadas a prevenção dos riscos profissionais?		
14.6 - Articula meios para receber críticas e sugestões dos trabalhadores sobre as questões de saúde e condições de trabalho e segurança?		
14.7 - É certificada por normas que garantam a saúde e segurança?		
14.8 - Oferece algum programa de prevenção e tratamento da dependência do álcool e drogas?		
14.9 - Oferece algum programa específico para a saúde da mulher?		
14.10 - Possui uma política de respeito à privacidade de seus empregados no que se refere a informações confidencias (incluindo informações médicas) obtidas e mantidas?		
14.11 - Possui normas e processos para combater situações de assédio moral que são divulgados e devidamente comprovados por uma estrutura formal e neutra de denúncia e exame dos casos?		
14.12 - Promove os exercícios físicos durante o horário de trabalho?		
14.13 - Oferece um programa de saúde reprodutiva e prevenção de doenças sexualmente transmissível?		
14.14 - Promove programas de combate ao estresse para os empregados, especialmente para aqueles que apresentam características mais estressantes (tais como operadores de *call center*, caixas, entre outros)?		
14.15 - Paga as horas extras de todos os empregados?		
14.16 - Capacita seus empregados no manuseio profissional e responsável de veículos em via pública (manejo defensivo, em condições de risco, entre outros)?		
14.17 - Possui um sistema para obter informações sobre a forma de conduzir veículos dos funcionários da cooperativa?		
15 - Compromisso com o desenvolvimento profissional e a empregabilidade		
A cooperativa:		
15.1 - Mantém um programa de erradicação de analfabetismo (absoluto / funcional) e educação básica ou ensino secundário entre seus empregados, com metas e recursos definidos?		
15.2 - Possui um programa de elaboração de perfil para identificar as capacidades a serem desenvolvidas?		
15.3 - Considerando seu papel social em relação aos estagiários e jovens aprendizes, possui um sistema objetivo e transparente que seleciona e dá acesso; oferece boas condições de trabalho, aprendizado e desenvolvimento profissional e pessoal em nas respectivas áreas de estudo com o devido acompanhamento?		
15.4 - Há desenhado um plano de carreira para o público interno?		
15.5 - Oferece formação ao público interno com temas que contribuem ao desenvolvimento local?		
15.6 - Oferece formação ao público interno sobre responsabilidade da		

cooperativa na sociedade?		
15.7 - Oferece formação ao público interno sobre economia social?		
15.8 - Conta com um Relatório Anual de Formação?		
Este relatório informa sobre:		
15.9 - O número de atividade de formação realizada com trabalhadores;		
15.10 - O número de horas de formação em horário laboral;		
15.11 - O número de horas de formação fora de horário de trabalho;		
15.12 - O número de pessoas que receberam treinamento;		
15.13 - Estatuto profissional, idade e gênero de pessoas que receberam treinamento;		
15.14 - O número de ações de formação realizada com usuários/parceiros;		
15.15 - Tipo e conteúdo das atividades de formação.		
16 - Comportamento frente aos demitidos		
16.1 - Teve reclamações laborais relacionadas a demissões nos últimos três anos?		
16.2 - Apresenta programas de aposentadoria voluntária?		
16.3 - Avalia periodicamente a rotatividade dos funcionários e tem políticas para minimizar e melhorar esse indicador?		
16.4 - Busca estabelecer um diálogo com instâncias do governo local, especialistas, ONG's e sindicatos para compreender, entender, prever e reduzir o impacto de uma eventual necessidade de redução do pessoal?		
16.5 - Busca parcerias com organizações especializadas para desenvolver programas de capacitação?		
17 - Preparação para aposentadoria		
A cooperativa:		
17.1 - Envolve a família dos empregados no processo de preparação para aposentadoria?		
17.2 - Participa da elaboração de políticas públicas para a terceira idade?		
17.3 - Possui um programa para incorporar, resgatar e transmitir a experiência dos aposentados?		
17.4 - Participa ou apoia programas ou campanhas públicas ou privadas de valorização da terceira idade?		
MEIO AMBIENTE		
Responsabilidade frente às gerações futuras		
18 - Compromisso da cooperativa com a melhora da qualidade ambiental		
18.1 - Possui uma comissão de usuários/cooperados para considerar temas de impactos ambientais?		
18.2 - Participa de comitês/conselhos locais ou regionais para discutir a questão ambiental com o governo e a sociedade?		

18.3 - Possui políticas, programas e processos específicos de conservação ambiental para atuar em áreas protegidas?		
18.4 - Possui políticas explícitas de não utilização de materiais e insumos provenientes da exploração ilegal de recursos naturais (como madeira, animais, entre outros)?		
18.5 - Dispõe de processos para elaboração de diagnóstico, análises e ação sistêmica para melhorar a qualidade ambiental?		
18.6 - Contribui com a preservação da biodiversidade por meio do apoio a projetos de conservação de áreas protegidas, programas de proteção aos animais em extinção, entre outros?		
19 - Educação e consciência ambiental		
19.1 - Desenvolve periodicamente campanhas internas de redução do consumo de água, papel, plásticos descartáveis e de racionalização do consumo de energia?		
19.2 - Desenvolve periodicamente campanhas internas de educação para o consumo consciente e reciclagem de materiais?		
19.3 - Capacita o público interno sobre os descartes correto de resíduo tóxico (cartucho de tinta, pilhas, baterias, colas, solventes, entre outros)?		
19.4 - Incentiva o uso racional dos veículos da cooperativa e pessoal, buscando aproveitar o transporte de pessoas?		
Essas atividades destinam-se a:		
19.5 - cooperados?		
19.6 - Usuários/parceiros?		
19.7 - familiares dos trabalhadores?		
19.8 - Comunidade em geral?		
19.9 - Organizações da comunidade (escolas, ONG's, meios de comunicação, entre outros)?		
20 - Gerenciamento do impacto das atividades da cooperativa no meio ambiente		
A cooperativa:		
20.1 Possui um plano de emergência ambiental que engloba todos os processos, produtos ou serviços que envolvem situações de risco e treina seus empregados em intervalos frequentes para enfrentar tais situações?		
20.2 - Possui política e sistema de monitoramento que buscam aumentar a qualidade ambiental da logística e da gestão de frota (tanto para os veículos da cooperativa quanto para os veículos que presta serviço à cooperativa)?		
20.3 - Possui iniciativas baseadas na participação dos usuários/cooperados para o gerenciamento de resíduos, para a coleta de materiais tóxicos ou para reciclagem de produtos no pós-consumo?		

20.4 - Oferece a seus usuários/cooperados informações detalhadas sobre danos ambientais resultantes do uso e do destino final de seus produtos?		
20.5 - Discute com os empregados, usuários/cooperados, fornecedores, e com a comunidade os impactos ambientais causados por produtos e serviços?		
20.6 - Prioriza a contratação de fornecedores com bom comportamento ambiental comprovado?		
Entre os requisitos exigidos para fazer parte da cadeia de valor da cooperativa, destacam:		
20.7 - A realização de auditórias ambientais?		
20.8 - A adoção de normas ambientais certificadas?		
20.9 - A apresentação de planos de redução de consumo de papel, água, embalagens, plástico, produtos químicos e racionalização do consumo de energia elétrica?		
21 - Minimização de entradas e saídas de materiais		
Em seus processos de prestação de serviços, a cooperativa:		
21.1 - Possui iniciativas para o uso de fontes de energia renovável (eólica, solar, entre outras)?		
21.2 - Possui iniciativas para o uso eficiente da água, do solo e da energia?		
21.3 - Possui iniciativas que garantem a sustentabilidade dos recursos críticos (em especial o caso de cooperativas cuja função é a principal é a provisão deste recursos, como as que servem água potável a seus usuários/cooperados)?		
21.4 - Mantêm ações de controle da poluição causada por veículos próprios e de terceiros a seu serviço?		
A cooperativa possui um sistema de monitoramente com metas específicas:		
21.5 A racionalização e bom uso da energia?		
21.6 - A redução do consumo de água?		
21.7 - A redução do consumo de papel?		
21.8 - A redução da geração de resíduos sólidos?		
21.9 - A redução da emissão de dióxido de carbono e outros gases do efeito estufa na atmosfera?		
Em relação aos usuários/cooperados e a comunidade em geral, a cooperativa:		
21.10 - Promove a racionalização e o cuidado com a energia?		
21.11 - Promove a redução do consumo de água?		
21.12 - Promove a redução do consumo de papel?		
21.13 - Promove a redução da geração de resíduos sólidos?		

FORNECEDORES		
Seleção e avaliação dos fornecedores		
22 - Critérios de seleção e avaliação dos fornecedores		
A cooperativa:		
22.1 - A seleção de fornecedores inclui como critério a prática efetiva de processos éticos de gestão da informação de caráter privado utilizadas por fornecedores em suas relações com clientes ou com o mercado em geral (base de dados de usuários/cooperados, pesquisa de opinião, informação sobre as operações de negócios, entre outros)?		
22.2 Possui uma política explícita ou programa específico de Responsabilidade Social para sua cadeia de suprimentos?		
22.3 - Discute questões relacionadas à Responsabilidade Social com seus fornecedores, buscando o treinamento e adequação dos critérios de gestão da responsabilidade?		
22.4 - Estabelece um prazo formal para a conformidade de seus fornecedores com seus critérios de Responsabilidade Social?		
22.5 - Ao exigir práticas de Responsabilidade Social de seus fornecedores, realiza visitas de inspeção para verificar essas práticas?		
22.6 - Conhece em profundidade a origem da matéria-prima, insumos e produtos utilizados em sua produção ou nas operações diárias e tem a garantia de que as origens dos direitos humanos, laborais e o meio ambiente são respeitados?		
22.7 - Adota critérios de compra que considerem a garantia de origem para evitar a aquisição de produtos 'piratas', falsificação ou frutos de roubo de cargas?		
23 - Trabalho infantil na cadeia de suprimento		
23.1 - Possui como prática o procedimento periódico de investigação, verificação e elaboração de informes sobre sua cadeia de suprimento, realizando inspeções in loco e exigindo documentação comprobatória da não existência de mão de obra infantil?		
24 - Trabalho forçado e/ou escravo na cadeia de suprimento?		
24.1 - Possui como prática o procedimento periódico de investigação, verificação e elaboração de informes avaliação e acompanhamento de seus fornecedores, exigindo documentação comprobatória da não existência de mão de obra infantil?		
25 - Relacionamento com os trabalhadores terceirizados		
A cooperativa:		
25.1 - Integra os trabalhadores terceirizados a seus programas de treinamento e desenvolvimento profissional?		

25.2 - Possui um número de trabalhadores terceirizados inferiores a 20% do total do quadro de funcionários?		
25.3 - Possui uma política de integração dos funcionários terceirizados à cultura, valores e princípios da cooperativa?		
26 - Apoio ao desenvolvimento de fornecedores		
A cooperativa:		
26.1 - Prioriza, um momento de selecionar seus fornecedores, indivíduos ou grupos da comunidade, tal como outras cooperativas, associações de bairro e organizações com projetos de geração de renda para os grupos excluídos (populações de baixa renda, grupos aborígenes, grupos de inclusão de social de jovens pobres e deficientes, entre outros)?		
26.2 - Apoia organizações que praticam e promovem o comércio justo?		
26.3 - Tem como norma o tratamento justo aos fornecedores, privilegiando ao pequeno fornecedor (com prazos de pagamentos justos, programas de qualidade e capacitação, entre outros)?		
26.4 - Estimula a formação de redes de cooperativas de fornecedores, ajudando-os a adequar-se aos novos modelos?		
26.5 - Possui uma política de compras que privilegia os fornecedores com certificação socioambiental (como a ISO 14000)?		
26.6 - Têm mecanismos formais que permitem que seus valores e princípios (tais como boa condições de trabalho, ausência de mão de obra infantil e escrava, proteção ao meio ambiente, equidade de gênero, transparência, participação e redução de contas) são transmitidas a cadeia de fornecedores?		
26.7 - Possui um intermediador de fornecedores ou função análoga para assegurar uma relação com esse público?		
26.8 - Envia pessoal da cooperativa para colaborar com a implementação de práticas de Responsabilidade Social nos fornecedores?		
USUARIOS E COOPERADOS		
Dimensão social do consumo		
27 - Relações responsáveis		
27.1 - Atualiza, sempre que é necessário, o material de comunicação destinado a usuários e cooperados (como rótulos, embalagens, folhetos, notas fiscais, manuais, instruções, termos de garantia e material de publicidade, entre outros) para torna o relacionamento mais transparente e maior segurança em usar seus produtos e serviços?		
27.2 - Chama a atenção e informa a seus usuários e cooperados as alterações nas características de seus produtos ou serviços (composição, qualidade, prazo, peso, preço, entre outros)?		
27.3 - Tem uma política formal contra a propaganda que coloque crianças e adolescentes, idosos, mulheres, minorias em situações de discriminação,		

humilhação ou de risco?		
27.4 - Realiza análise prévia dos elementos de publicidade para verificar a conformidade com seus valores éticos e com a legislação da defesa do consumidor?		
27.5 - Não se vale dos defeitos ou deficiências dos produtos ou serviços dos concorrentes para promover seus produtos ou serviços?		
27.6 - Teve, nos últimos anos, algum elemento de comunicação que haja sido objeto de reclamação por parte dos usuários e cooperados, fornecedores ou concorrentes?		
Com relação à violação da Lei de Defesa do consumidor, a cooperativa:		
27.7 - Aplica penalidade pela não disponibilização de informações, rotulações, entre outros?		
27.8 - Nos últimos três anos têm sido notados, observados, relatados e ou punido por Associações de defesa do consumidor ou organizações que fiscalizam a Lei da Defesa do Consumidor?		
Como forma de melhorar seus produtos e ou serviços e a relação com os usuários e cooperados, a cooperativa:		
27.9 - Analisa suas dúvidas, sugestões e reclamações recebidas após alcançar o bom desempenho de suas atividades?		
27.10 - Cria formulários (ou outro tipo de suporte formal) para documentar sugestões recebidas?		
27.11 - Analisa as melhorias que podem ser implementadas?		
27.12 - Responde e ou esclarece aos usuários e cooperados as dúvidas e questionamentos?		
27.13 - Estabelece metas e prazos para solucionar os problemas documentados?		
28 - Qualidade do serviço		
28.1 - Tem um intermediador usuário e cooperado ou função similar?		
28.2 - Oferece um Serviço de Atenção aos Usuários e ao Cooperado ou outra forma de serviço especializado para receber sugestões, opiniões e reclamações dos seus produtos e serviços?		
28.3 - Promove treinamento contínuo de seu pessoal de atenção ao público para uma relação ética e de respeito aos direitos dos usuários e cooperados?		
28.4 - Treina e incentiva seu pessoal de atenção ao usuário e ao cooperado a reconhecer as falhas e atuar com rapidez e autonomia nas resoluções de problemas?		
28.5 - Adverte continuamente o seu pessoal de atenção aos usuários e ao cooperado sobre a importância do uso de procedimentos éticos na		

obtenção, manutenção e utilização das informações de caráter privado resultante das interações com os usuários e cooperados?		
28.6 - O Serviço de Atendimentos ao usuário e ao cooperado é monitorado por indicadores de desempenho?		
28.7 - As opiniões dos usuários e cooperados expressas por meio do serviço de atendimento ao usuário e consumidor são consideradas nos processos de tomada de decisão da cooperativa?		
28.8 - A venda de produtos e serviços, da cooperativa, utiliza apenas argumentos verdadeiros para convencer os potenciais usuários e cooperados?		
28.9 - Possui uma política explícita de não subornar para obtenção de compra de bens ou contratação de serviços?		
29 - Conhecimento e Gerenciamento dos danos dos produtos e serviços		
A cooperativa:		
29.1 - Mantêm um programa especial focado na saúde dos usuários e cooperados sobre produtos e serviços?		
29.2 - Possui sistemas ágeis e capacita sua equipe para responder com rapidez e de forma transparente as situações de crises?		
29.3 - Teve, nos últimos três anos, reclamações, acusações públicas ou alegações pelo não cumprimento do regulamento ou atividades de prevenção relacionadas à saúde e segurança de seus membros e parceiros?		
29.4 - Teve, nos últimos cinco anos, publicações, produtos ou serviços que tiveram que ser retirados do mercado por pressão dos usuários e cooperados ou por órgão de defesa do consumidor?		
29.5 - Utiliza produtos proibidos em outros países, mas comercializado no Brasil?		
29.6 - Possui uma política formal de proteção à privacidade e ou um sistema de gestão das informações privadas dos usuários e parceiros?		
29.7 - Quando busca informações pessoais dos usuários e cooperados, os informam, previamente que os dados serão usados?		
29.8 - Solicita informações pessoais, não mais além do que o necessário para os objetivos da necessidade em questão?		
29.9 - Fornece informações de registro de usuários e cooperados a terceiros somente quando é autorizado?		
29.10 - Possui uma política que permite aos usuários e cooperado a inclusão, alteração e exclusão de seus dados do banco de informações da cooperativa?		
29.11 - Possui registros de reclamações por falta de respeito da privacidade dos usuários e membros e as avaliam periodicamente?		
COMUNIDADE		

Relação com a comunidade local		
30 - Gerenciamento do impacto da cooperativa na comunidade		
A cooperativa:		
30.1 - Reconhece a comunidade em que atua como parte interessada e importante nos seus processos de decisão?		
30.2 - Participa ativamente da discussão de problemas comunitários e da busca soluções para eles?		
30.3 - Contribui com melhoras na infraestrutura ou no ambiente local que possam ser usadas pela comunidade (salões comunitários, oficinas, escolas, hospitais, parques, entre outros)?		
30.4 - Tem um programa para usar, a medida do possível, o maior número de pessoas da comunidade, dando formação, com o intuito de melhorar as habilidades em cooperação com sindicatos, ONG's, representantes da comunidade, autoridades públicas, entre outras?		
30.5 - Tem práticas de compra e investimentos para promover o desenvolvimento socioeconômico da comunidade em que está presente?		
30.6 - Conscientiza e treina seus empregados para que promovam e encarem os valores e tradições da comunidade onde atua?		
Nos últimos três anos, a cooperativa recebeu reclamações ou manifestações da comunidade (petições, protestos) pelos motivos abaixo:		
30.7 - Excesso de lixo, geração de odor, efluentes e outras formas de poluição (sonora, visual, entre outros)?		
30.8 - Excesso de tráfico de veículos, causando ruídos e transtornos?		
30.9 - Mal uso e manejo descuidado dos veículos da organização?		
30.10 - Excessos de trabalhos mal realizados nas podas das árvores urbanas, nas calçadas, entre outras operações?		
30.11 - Interferência nos sistemas de comunicação?		
31 - Relação com as organizações locais		
A cooperativa:		
31.1 - Há um levantamento das necessidades e expectativas locais antes de desenhar o projeto?		
31.2 - Realiza na comunidade, em conjunto com organizações locais, campanhas educacionais e ou de interesse público?		
31.3 - Conhece o trabalho das organizações beneficiadas pelas políticas de apoio da cooperativa entre seus funcionários, cooperados e fornecedores?		
31.4 - Divulga as atividades da organização beneficiaria em seus meios de comunicação, sites, entre outros?		
31.5 - Procura envolver seus funcionários e usuários e ou cooperados em projetos os quais colaboram e incentivam a atuar voluntariamente na organização associada?		

31.6 - Dialoga com a organização beneficiaria sobre o papel de cada um na aliança, sempre procurando acompanhar os resultados que esta aliança pode chegar?		
31.7 - Busca conciliar seus interesses com os da organização beneficiada?		
31.8 - Oferece orientação aos processos de aprendizagem das pessoas da comunidade, como por exemplo, convênios com entidades de formação para a realização das atividades de trabalho?		
31.9 - Oferece serviços (dados dos equipamentos ou a contratação de organizações especializadas) para ajudar a melhorar a gestão das organizações comunitárias?		
31.10 - Registra (fotografia, filmes) e Sistematiza seus aprendizados e os da comunidade para poder compartilhar com outras cooperativas ou empresas que desejam fazer investimento social de qualidade?		
31.11 - Possui critérios claros, preestabelecidos e conhecidos para orientar a eleição das organizações que a cooperativa apoia técnica e financeiramente?		
32 -Financiamento da ação social		
A cooperativa:		
32.1 - Inclui a ação social e suas responsabilidades no processo geral de planejamento estratégico?		
32.2 - Utiliza especialistas no ciclo de planejamento, monitoramento e evolução da ação social?		
32.3 - Planeja sua ação social buscando maximizar seu impacto em longo prazo?		
32.4 - Otimiza o impacto de sua ação social fomentando recursos de outras cooperativas ou organizações privadas e ou participação de órgãos públicos?		
32.5 - Tem um procedimento de consulta periódica ao benefício de sua ação social, monitorando por meio de indicadores de desempenho?		
33 - Compromisso da cooperativa com a ação social		
A cooperativa:		
33.1 - Possui mecanismos para estimular fornecedores e outros grupos de interesse a fazer doações de materiais ou monetárias aos projetos sociais da comunidade apoiados pela cooperativa?		
33.2 - Divulga internamente os projetos que apoia e desenvolve, oferecendo oportunidades de trabalho voluntário e estimulando a participação dos empregados?		
33.3 - Autoria o uso controlado de horas pagas para o trabalho voluntário dos seus empregados?		
Com referência a legislação da ação social, a cooperativa:		

33.4 - Possui um comitê ou conselho, com membros de diferentes áreas da cooperativa, e da comunidade me geral, para tratar de temas correspondentes para tratar da área em que atua?		
Em se tratando da comunicação das atividades de ação social, a cooperativa:		
33.5 - Informa aos sócios sobre as doações que realiza?		
33.6 - Pede relatórios de contas e medição dos impactos das organizações beneficiadas com as doações?		
33.7 - Comunica aos sócios este relatório de contas e os impactos sociais alcançados?		
33.8 - Anuncia as doações em dinheiro, oferece subsídios em espécies?		
33.9 - Põe à disposição das organizações de bem público a própria infraestrutura (obsoleto ou não) para atividades sociais, educacionais e culturais?		
Considerando o Fundo para Educação e Promoção da Cooperativa prevista na Lei 5. 764/71		
33.10 - Destina para estes fins as porcentagens estabelecidas por lei?		
33.11 - Destina para este fim porcentagens superior aos estabelecidos por lei?		
GOVERNO E SOCIEDADE		
Transparência Política		
34 - Papel das cooperativas em campanhas político-partidárias		
A cooperativa:		
34.1 - Foi nos últimos cinco anos, mencionada negativamente por fornecer fundos para campanhas político-partidária?		
34.2 - Tem normas explícitas do não uso do poder econômico para influenciar o desenvolvimento de campanhas político-partidário?		
34.3 - Estimula e forma seus empregados e usuários e cooperados envolvidos na avaliação e acompanhamento do desempenho dos candidatos eleitos?		
35 - Práticas anticorrupção e Suborno		
A cooperativa:		
35.1 - Foi mencionada na imprensa nos últimos cinco anos por suspeita de ter participado de algum incidente que envolveu o oferecimento ou recebimento de suborno ou a prática de corrupção de agentes públicos ou privados?		
35.2 - Prevê medidas punitivas aos diretores, colaboradores e empregados envolvidos em favorecer agentes do setor público ou privado?		
35.3 - Possui uma política de não apoio e não participação em processos		

que tem objetivo a manipulação de editais de competência público ou privado?		
36 - Liderança e Influência Social		
A cooperativa:		
36.1 - Patrocina e realiza campanhas em meios de comunicação exclusivamente relacionada às questões de interesse público?		
36.2 - Inter-relaciona ativamente com organizações de ensino de todos os níveis para a elaboração de propostas para melhora da qualificação da mão de obra do setor em que atua e das demais áreas econômicas da comunidade?		
36.3 - Estimula e patrocina projetos de desenvolvimento de pesquisa e tecnologia interagindo ativamente com a comunidade acadêmica local ou regional?		
36.4 - Utiliza seu poder para responsabilizar o governo para que garanta a prestação eficiente dos serviços públicos necessários?		
Atividades de Intercooperação:		
36.5 - Participa de organizações que aglutinam outras empresas de economia social ou federações, e utiliza esse espaço para atualizar e discutir suas dificuldades, necessidades e formas de motivação em busca de melhores condições para as cooperativas e para as comunidades?		
37 - Participação em projetos sociais e governamentais		
A cooperativa:		
37.1 - Adota ou desenvolve parcerias com organizações públicas ou privadas perseguindo melhorar a qualidade da educação, assistência social, da saúde e ou da infraestrutura pública, erradicar o trabalho infantil e ou o trabalho escravo, incentivar a produção de renda, promover a segurança alimentar, entre outros?		
37.2 - Patrocina programas de bolsas escolares públicos ou privados para garantir a igualdade no acesso das oportunidades para crianças e adolescentes?		
38 -Apoio a consolidação do conceito e prática da Responsabilidade Social		
A cooperativa:		
38.1 - Diferencia claramente em prática, o conceito de Responsabilidade Social (como estratégia integral de gestão) de filantropia (doações, apoio, entre outros) e o marketing social?		
38.2 - Desenvolve estratégias de gestão com Responsabilidade Social proporcional à influência econômica, social e ambiental da organização?		
38.3 - O investimento que realiza na comunicação das políticas de responsabilidade social implementados é proporcional ao investimento em		

Responsabilidade Social?		
38.4 - Apoia e financia a promoção do conceito e a prática da Responsabilidade Social, a realização de atividades de investigação e desenvolvimento, a elaboração de ferramentas de gestão responsável e a atualização dos bancos de boas práticas de Responsabilidade Social?		
38.5 - Sistematiza e compartilha suas próprias experiências de gestão socialmente responsável com outras cooperativas e organizações promotoras da Responsabilidade Social?		
38.6 - Investe tempo e recursos em aprender e compreender a evolução do conceito de Responsabilidade Social como estratégia integral de gestão?		